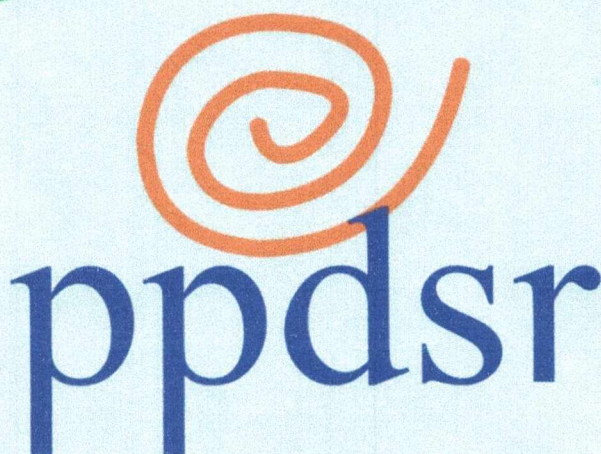


UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO

Centro de Ciências Sociais Aplicadas



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

MESTRADO

DANIELLE SANTOS DE FREITAS

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: lutas e contradições na atuação
da Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária

São Luís

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO MARANHÃO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
MESTRADO EM DESENVOLVIMENTO SOCIOESPACIAL E REGIONAL

DANIELLE SANTOS DE FREITAS

**DESENVOLVIMENTO SOCIAL: lutas e contradições na atuação da Rede de Bibliotecas
Comunitárias Ilha Literária**

SÃO LUÍS

2022

DANIELLE SANTOS DE FREITAS

**DESENVOLVIMENTO SOCIAL: lutas e contradições na atuação da Rede de Bibliotecas
Comunitárias Ilha Literária**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA) para obtenção do título de mestre.

Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Territórios e Planejamento

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

SÃO LUÍS

2022

DANIELLE SANTOS DE FREITAS

DESENVOLVIMENTO SOCIAL: lutas e contradições na atuação da Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional da Universidade Estadual do Maranhão (PPDSR/UEMA) para obtenção do título de mestre.
Linha de Pesquisa: Movimentos Sociais, Territórios e Planejamento.

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro

Aprovado em: 16 /12 /2022

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro (Orientador)
Doutor em Ciência Política
Universidade Estadual do Maranhão



Profª. Dra. Rosirene Martins Lima (Membro Interno)
Doutora em Meio Ambiente e Desenvolvimento
Universidade Estadual do Maranhão



Profª. Dra. Maria Mary Ferreira (Membro Externo)
Doutora em Sociologia
Universidade Federal do Maranhão

Freitas, Danielle Santos de.

Desenvolvimento social: lutas e contradições na atuação da rede de bibliotecas comunitárias Ilha literária / Danielle Santos de Freitas. – São Luís, 2023.

129f

Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioespacial e Regional) - Universidade Estadual do Maranhão, 2023.

Orientador: Prof. Dr. Bráulio Roberto de Castro Loureiro.

1.Bibliotecas comunitárias. 2.Estado. 3.Sociedade civil. 4.Leitura. 5.Emancipação humana. I.Título.

CDU: 316.42:027

AGRADECIMENTOS

A caminhada percorrida durante esses últimos anos foi de muitas angústias, mas recompensadora e essencial para alcançar o objetivo proposto. Compartilhar vivências, com as pessoas queridas, transformou essa trajetória árdua em dias mais leves.

Agradeço primeiramente a Deus, por ter me concedido o fôlego de vida, pela saúde, proteção e força para enfrentar as diversidades.

A minha mãe (in **memoriam**) por todo amor e dedicação. Agradeço por lutar e acreditar em mim. Te amo!

Ao meu filho e sobrinho, Igor e Victor, alegrias da minha vida que proporcionam um colorido especial ao meu dia a dia.

Ao querido companheiro Roosevelt Lins, pela parceria de sempre, por lançar luz no meu caminho, pelo incentivo, por todo amor e dedicação. Obrigada!

As minhas queridas irmãs, Giselle e Rafaelle, as quais estão sempre comigo, fornecendo o apoio e o incentivo, sobretudo, no processo de articulação entre: maternidade e estudo/trabalho. Sem os quais minha dedicação na pesquisa seria impossível.

Ao professor e orientador Dr. Bráulio Loureiro, pela acolhida e incentivo, por todo o seu empenho e por todo o trabalho desenvolvido. Obrigada!

As professoras Dr^a Mary Ferreira e Dr^a Rosirene Lima, que gentilmente aceitaram compor esta banca examinadora. Agradeço pelas relevantes contribuições ao trabalho.

A turma de Mestrado 2021.1, por todo o aprendizado coletivo construído e partilhado, em especial aos amigos Lohanne e Nogueira.

A toda Rede Ilha Literária em especial a Thaís, Nádia, Rose, Narlize, Nelza, Claudileude e Wandeth pela enorme gentileza em participar dessa investigação, sem a qual essa pesquisa não seria possível. A toda comunidade dos bairros do Coroadinho e da Cidade Operária. E a todos que contribuíram direta ou indiretamente. Muito Obrigada!

A CAPES pelo subsídio financeiro necessário para a realização desta pesquisa. E por fim ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional – PPDSR da Universidade Estadual do Maranhão – UEMA. Agradeço imensamente pela oportunidade de realizar esse mestrado em uma universidade pública, com um corpo docente de alta qualidade.

Desejo um dia que isso não seja um privilégio de poucos e sim que todos possam ter a oportunidade de exercer esse direito. Viva à Educação pública de qualidade!

“Instrui-vos, porque precisamos da vossa inteligência. Agitai-vos, porque precisamos do vosso entusiasmo. Organizai-vos, porque carecemos de toda vossa força”. (Gramsci).

“Ela virá, a revolução, e trará ao povo, não só direito ao pão, mas também à poesia”. (Trótsky).

RESUMO

Este trabalho pretende investigar a atuação da Rede de bibliotecas comunitárias “Ilha Literária” no âmbito da efetivação do direito humano à leitura no bairro do Coroadinho e da Cidade Operária, duas comunidades periféricas de São Luís. Com o objetivo de perceber se e de que modo esses espaços públicos contribuem para o desenvolvimento social das comunidades às quais estão inseridas. Para apreendermos criticamente tal movimento, nossas análises foram ancoradas no materialismo histórico enquanto perspectiva metodológica. Em relação ao referencial teórico que serviu de base e sustentação para o desenvolvimento da presente pesquisa, priorizou-se autores que trabalham com uma análise crítico-dialética da realidade social, processo indispensável para a compreensão do objeto em estudo. Entre as principais referências, tem-se: Karl Marx e Friedrich Engels, Antonio Gramsci, Jorge Acanda, Ricardo Antunes, Virgínia Fontes, Allyson Mascaro, Carlos Montaña, entre outros. Como instrumentos de coleta de dados utilizamos a pesquisa bibliográfica nas principais bases de dados de pesquisa e a pesquisa documental em fontes disponibilizadas pela Rede Ilha Literária, por meio de uma pesquisa de campo foi auxiliada por anotações em diário de campo, aplicação de entrevistas semi-estruturadas e aplicação de questionários. Os resultados da pesquisa apontam que mesmo frente ao avanço do capital, as bibliotecas comunitárias resistem e têm conseguido melhorar a vida do seu público e da comunidade em que estão inseridas por meio da aplicação humanizadora da leitura. Enfatiza-se que o livro de literatura, mediado sob uma perspectiva emancipatória, possibilita o discernimento sobre os Direitos Humanos, estimulando o desenvolvimento de sujeitos mais conscientes, com habilidades para melhor assimilar sua responsabilidade no mundo e de transformá-lo por meio de suas condutas. A teoria gramsciana levou-nos a identificar que os principais parceiros e subsidiadores da Rede Ilha Literária formam um conglomerado de Aparelhos Privados de Hegemonia que, junto a outros de alcances e potências diferenciados, formam uma complexa rede social composta por uma fração da burguesia brasileira, que atua sobre a educação pública em várias frentes, em especial, nas políticas públicas do livro e da leitura.

Palavras-chave: bibliotecas comunitárias; estado; sociedade civil; leitura; emancipação humana.

ABSTRACT

This paper aims to investigate the performance of the Community Library Network "Ilha Literária" in the context of the enforcement of the human right to reading in the Coroadinho and Cidade Operária neighborhoods, two peripheral communities of São Luís. The goal is to understand if and how these public spaces contribute to the social development of the communities where they are located. To critically understand this movement, our analyses were anchored in historical materialism as a methodological perspective. In relation to the theoretical referential that served as a basis and support for the development of this research, we prioritized authors who work with a critical-dialectical analysis of social reality, an indispensable process for the understanding of the object under study. Among the main references are: Karl Marx and Friedrich Engels, Antonio Gramsci, Jorge Acanda, Ricardo Antunes, Virgínia Fontes, Allyson Mascaro, Carlos Montaña, among others. As instruments of data collection we used bibliographic research in the main research databases and documentary research in sources made available by the Literary Island Network. Field research was aided by notes in a field diary, the application of semi-structured interviews and the application of questionnaires. The results of the research indicate that even in the face of the advance of capital, community libraries resist and have been able to improve the lives of their audience and the community in which they are inserted through the humanizing application of reading. It is emphasized that the literature book, mediated from an emancipatory perspective, enables the discernment of Human Rights, stimulating the development of more conscious subjects, with abilities to better assimilate their responsibility in the world and to transform it through their conducts. Gramscian theory led us to identify that the main partners and subsidizers of the Literary Island Network form a conglomerate of Private Apparatuses of Hegemony that, together with others of differentiated scope and power, form a complex social network composed of a fraction of the Brazilian bourgeoisie, which acts on public education on several fronts, especially in the public policies of books and reading.

Keywords: community libraries; state; civil society; reading; human emancipation.

LISTA DE ABREVIATURA E SIGLAS

IFLA - International Federation of Library Associations
UNESCO - United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization
ICE-MA - Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão
FHC - Fernando Henrique Cardoso
UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, a Ciência e a Cultura
PNLE - Política Nacional de Leitura e Escrita
INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional
SNBP - Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas
SNC - Sistema Nacional de Cultura
MEC - Ministério da Educação
MinC - Ministério da Cultura
UFMA - Universidade Federal do Maranhão
CRB -13- Conselho Regional de Biblioteconomia
RNBC - Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias
PPL - Programa Prazer em Ler
CEPC - Centro Educacional e Profissional do Coroadinho
PUC-Rio - Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro
RSE - Responsabilidade Social Empresarial
IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente
PNLL - Plano Nacional do Livro e Leitura
SEMED - Secretaria Municipal de Educação
CRAS - Centro de Referência de Assistência Social
CMDCA - Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente
SESC - Serviço Social do Comércio
ALUMAR - Consórcio de Alumínio do Maranhão S.A.
ONU - Organização das Nações Unidas

LISTA DE QUADROS E FIGURAS

Quadro 1 – Comparativos entre Bibliotecas Públicas e Comunitárias.....	12
Quadro 2 – Respondentes da pesquisa.....	24
Figura 1 – Logo da Rede Ilha Literária.....	30
Quadro 3 – Bibliotecas da Rede Ilha Literária.....	31
Quadro 4 – Dados de abrangência da Rede Ilha Literária.....	32
Figura 2 – Computadores, impressoras.....	33
Figura 3 – Acervo da Biblioteca.....	34
Figura 4 – Classificação do Acervo.....	35
Figura 5 – Estantes organizadas.....	36
Quadro 5 – Modalidades de apoio da Rede Ilha Literária.....	37
Quadro 6 – Princípios da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RBNC).....	39
Quadro 7 – Fundamentos estratégicos da Rede Ilha Literária.....	40
Quadro 8 – Eixos e Atividades da Ilha Literária.....	46
Figura 6 – Indicações de Leitura de autoras negras.....	77
Figura 7 – Indicações de literatura indígena.....	78
Figura 8 – Postagens sobre eventos e manifestos da Ilha Literária.....	78

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1 A REDE DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS ILHA LITERÁRIA: HISTÓRIA, PRINCÍPIOS E AÇÕES.....	29
1.1. Delineamento histórico e caracterização socioespacial.....	29
1.2. Funcionamento das Bibliotecas.....	34
1.3. Estrutura Físicas e Constituição do Acervo.....	36
1.4. Gestão e Recursos.....	39
1.5. Itaú Social.....	45
1.6. Instituto C&A.....	45
1.7. Eixos Formativos e Projetos desenvolvidos pela Ilha Literária.....	47
1.8. Parceiros da Rede Ilha Literária.....	51
1.9. Desenvolvimento e Responsabilidade Social.....	51
2 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E A CONFLUÊNCIA DE PROJETOS POLÍTICOS.....	54
2.1 Projetos Políticos em disputa.....	54
2.2 Política neoliberal e a reconfiguração da questão social.....	59
2.3 Sociedade Civil e Movimentos Sociais.....	67
3 CONTRIBUIÇÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES: uma análise da atuação da Rede Ilha Literária.....	74
3.1 Ilha Literária: Desenvolvimento e emancipação social.....	74
3.2 O perfil e a visão dos sujeitos inseridos no cotidiano da Rede Ilha Literária.....	89
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	96
APÊNDICES.....	107
ANEXOS.....	119

INTRODUÇÃO

As bibliotecas comunitárias são instituições formadas e geridas pela comunidade, que de forma voluntária tentam suprir a carência informacional deixada pela precariedade ou inexistência de bibliotecas escolares e públicas na comunidade. (MACHADO, 2008).

No cenário brasileiro, o surgimento das bibliotecas comunitárias está atrelado e impulsionado pela precariedade das bibliotecas públicas, pois a falta de investimento na criação e manutenção destas bibliotecas impossibilita o atendimento a todas as comunidades e público a que se destina, deixando um quadro de vulnerabilidade principalmente nas comunidades periféricas e rurais.

As bibliotecas públicas são instituições mantidas pelo Poder Público em níveis federal, estadual e municipal. Segundo o Manifesto da IFLA/UNESCO (International Federation of Library Associations/ United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization), de 1994, as bibliotecas Públicas têm a finalidade de proporcionar acesso ao conhecimento e à informação a todos os cidadãos e cidadãs por meio de diversos recursos e suportes de maneira equânime, devendo promover a democracia por meio do conhecimento e da reflexão. (UNESCO, 1944; THE PUBLIC..., 2001).

Almeida Júnior (1997) cita que os objetivos da biblioteca pública descritos neste Manifesto evidencia a multiplicidade de funções que a mesma possui: educativa, cultural, recreativa e informativa, e por isso deve incentivar a leitura e criatividade nas crianças e jovens, promover conhecimento e apreciação da cultura em todas as suas manifestações, além de fornecer informação utilitária, científica e escolar a toda a sociedade. Nessas circunstâncias, observa-se o surgimento de novos tipos de bibliotecas para atender à população mais carente, a exemplo das bibliotecas populares e comunitárias. (SUAIDEN, 1995; ALMEIDA JUNIOR, 1997, MILANESI, 2002, 2003).

Gilda Verri (1996) afirma que as bibliotecas populares surgem de um processo que articula projetos das elites políticas brasileiras com as fortes influências de ordens religiosas vinculadas às perspectivas da Educação Popular. A implantação de bibliotecas populares nas comunidades do Recife teria como principal motivação a elevação do nível cultural da população, que para isso recorre à função social da biblioteca e do livro objetivando a redução das desigualdades entre ricos e pobres.

Destaca-se que Recife seguiu as experiências de bibliotecas populares defendidas pelo Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte, que tinham como padrão o modelo americano. Para Verri, os

objetivos e critérios não estavam bem claro pois, “negava-se ou tentava-se anular sua natureza política, deixando suas propostas e ações revestidas de aparências apolíticas”. (VERRI, 1996, p.28). Apesar disso, a expressão popular também foi aplicado pela sociedade para se reportar realmente a projetos populares, ou seja, do povo. Por essa razão, algumas bibliotecas comunitárias também são chamadas bibliotecas populares.

Em relação especificamente às bibliotecas populares do Recife, embora fossem mantidas pelo governo municipal com a preocupação da disciplina administrativo geográfica e da responsabilidade social, seu plano de criação foi feito precisamente em função da inoperância, pois sua atuação era reduzida a poucos usuários, limitando seus serviços “a uma elite tradicional, de cunho conservador”, voltado para pesquisas históricas ou jornalísticas e também pelo distanciamento da biblioteca pública dos bairros mais marginalizados da cidade. Contudo, para a autora as explicações sobre esse fenômeno são insuficientes no âmbito específico da Biblioteconomia e foi necessário buscar a contribuição da Sociologia o que resultou em um estudo sociológico sobre as bibliotecas populares da cidade de Recife no período de 1930 a 1964. (VERRI, 1996, 87).

Para Almeida Júnior (1997, p.93), bibliotecas “comunitárias” ou “populares” seria uma proposta de fugir dos estereótipos já consolidados em torno das bibliotecas públicas, onde o uso do adjetivo comunitária, ou popular, tornaria essa instituição mais atrativa, aproximando a instituição da comunidade ao redor. Porém essas bibliotecas oferecem as mesmas atividades da biblioteca pública.

Para ele, todas as concepções e projetos que de alguma maneira modificassem ou transformassem os trabalhos da biblioteca tradicional se encaixariam no conceito de bibliotecas comunitárias. Como exemplo o autor cita algumas iniciativas, tais como: “Biblioteca Ação Cultural”, “Biblioteca Centro Cultural” denominadas por Flusser, “Centro de Documentação Popular”, “Serviço Referencial e de Informação”, bem como “bibliotecas populares e comunitárias” (ALMEIDA JÚNIOR, 1993).

Verri (1996) ao falar da resistência das bibliotecas, enfatiza o caráter social desta instituição, onde segundo a autora a importância da biblioteca se dá na mediação que essa instituição faz do homem com sua obra. “Portanto é do desejo de agir, registrar, lembrar e da necessidade de divulgar e ou ampliar ideias e lutas que as bibliotecas se formam”. (VERRI, 1996, p.29).

Estas bibliotecas em sua maioria estão situadas em bairros periféricos onde a comunidade está mais exposta a privação de necessidades básicas, ao preconceito, exclusão e vulnerabilidade pela fraca atuação do poder público na oferta de bens e serviços. Por esse motivo geralmente são mantidas

por organizações sociais da sociedade civil. (MACHADO, 2008).

Para Prado, as bibliotecas comunitárias são: “instituição de memória e de interação de práticas de aprendizagens e de mudanças sociais”.(PRADO, 2009, p. 1). São também formas de organização social, criadas para a produção, troca e registro de conhecimentos locais, gerando, a partir disso, uma memória social (PRADO, 2009; MACHADO, 2008).

Machado elenca alguns importantes fatores que caracterizam as bibliotecas comunitárias:

1. a forma de constituição: são bibliotecas criadas efetivamente pela e não para a comunidade, como resultado de uma ação cultural.
2. a perspectiva comum do grupo em torno do combate à exclusão informacional como forma de luta pela igualdade e justiça social.
3. o processo participativo gerando articulação local e forte vínculo com a comunidade.
4. a referência espacial: estão, em geral, localizadas em regiões periféricas.
5. o fato de não serem instituições governamentais, ou com vinculação direta aos Municípios, Estados ou Federação. (MACHADO, 2009, p.88-89).

Para Machado (2010, p.10), “bibliotecas comunitárias são instituições criadas pela e para a comunidade e surgem em comunidades locais, de maneira espontânea ou a partir de um projeto social, individual ou coletivo”. Que possuindo apoio do Estado podem tornar-se espaços estratégicos para a implantação de políticas públicas de difusão e valorização da cultura e saberes locais.

A autora faz um quadro para diferenciar as bibliotecas públicas das comunitárias, o qual reproduzimos integralmente abaixo: Quadro 1.

Quadro-1 Comparativos entre Bibliotecas Públicas e Comunitárias

CARACTERÍSTICAS	BIBLIOTECAS PÚBLICAS	BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS
Fundamentação	Projeto Técnico	Projeto Político Social
Legitimidade	Dada pelas leis	Dada pelo grupo
Estrutura	Vinculada a órgão governamental	Vinculados a um grupo de pessoas podendo ou não ser parceira ou ter apoio de órgãos públicos e privados.
Hierarquia	Rígida altamente hierarquizada	Mínima-Flexível
Equipe Interna-Constituição	Funcionários da Administração Pública alocados no equipamento, independentemente do seu	Membros da Comunidade

	vínculo local.	
Equipe Interna postura	Dependência	Autonomia

Fonte: MACHADO, 2008, p.64.

Fernandez, Machado e Alves (2018) mencionam que as bibliotecas comunitárias se apresentam em diferentes concepções e interesses diversos. Para a academia, são objeto de pesquisa e de extensão universitária, majoritariamente no campo da Biblioteconomia e da Ciência da Informação. Para as empresas, configuram objeto de investimento em responsabilidade social.

Observando o (QUADRO1), as características das bibliotecas públicas justificam a ideia recorrente no imaginário popular, a de uma instituição defasada e ineficiente. Pode-se entender a formação dessa histórica consciência a partir das medidas e investimentos empregados na criação e manutenção dessas instituições, os quais permitem inferir quão insignificante o interesse que os governantes têm demonstrado em termos práticos e de ações concretas voltadas à educação popular. (ALMEIDA JÚNIOR, 1997; MILANESI; 2002, 2003).

Fica evidente que em uma sociedade fortemente pautada na desigualdade e em políticas educacionais restritivas, as classes dominantes se utilizam das instituições sociais como mecanismo de dominação das classes subalternas e impõem através delas suas concepções ideológicas.

As bibliotecas comunitárias nascidas desta constatação (QUADRO 1) são objetos de disputas devido às mudanças contemporâneas do capitalismo, sob a lógica neoliberal, que vêm induzindo novas relações entre o Estado e a sociedade e com o afastamento do Estado de suas obrigações com a questão social. Cria-se um espaço para as organizações e instituições da sociedade civil e as fundações empresariais atuarem junto à problemática social, desencadeada por uma crise sócio político-econômica sem precedentes na sociedade brasileira.(MONTAÑO, 2002; FONTES, 2008).

A submissão dos direitos sociais ao lucro econômico disputa lugar com a retórica de universalização de direitos. Todavia, o que se observa é que as políticas sociais que visam atender as populações mais vulneráveis, de pobreza ou extrema pobreza, têm sido políticas sociais focalizadas, e que não propõem um real movimento de acabar com as desigualdades sociais. Na concepção de Martins a leitura (2019, p.15) "[..] é também um instrumento de poder e de exclusão social historicamente mantido por vários aparelhos ideológicos: igreja, governos aristocráticos, poderes políticos e atualmente interesses econômicos."

Embora a leitura tenha um papel importantíssimo para alavancar as mudanças sociais. Para Martins (2005), o ato de ler e interpretar pode proporcionar uma formação integral dos indivíduos. Para

ela, a leitura é um processo de compreensão, que envolve vários elementos sensoriais, intelectuais, neurológicos, culturais, econômicos e políticos. Assim sendo, ao ler e fazer interpretação dessa leitura podemos compreender com maior facilidade o mundo.

Leyla Perrone-Moisés (2006) lista vários motivos importantes da leitura literária para todos:

1) ensinar literatura é ensinar a ler, sem leitura não há cultura; 2) porque os textos literários são aqueles em que a linguagem atinge seu mais alto grau de precisão e sua maior potência de significação; 3) porque a significação, no texto literário, não se reduz ao significado (como acontece nos textos literários, jornalísticos, técnicos), mas opera a interação de vários níveis semânticos e resulta numa possibilidade teoricamente infinita de interpretações; 4) porque a literatura é um instrumento de conhecimento e de autoconhecimento; 5) porque a ficção, ao mesmo tempo que ilumina a realidade, mostra que outros mundos, outras histórias e outras realidades são possíveis, libertando o leitor de seu contexto estreito e desenvolvendo nele a capacidade de imaginar, que é um motor das transformações históricas; 6) porque a poesia capta níveis de percepção de fruição e de expressão da realidade que outros tipos de texto não alcançam (PERRONE-MOISÉS, 2006, p. 27-28).

Logo, a leitura integra ao leitor a capacidade de interpretação, de compreensão, de formação e de crítica. Ler é uma fonte que aguça as percepções. Vai além de apenas interpretar signos e símbolos, e se torna um processo que integra novas ideias e visões de mundo. O leitor se torna um elemento essencial de criação junto do texto. A leitura apresenta ao indivíduo a capacidade de, não apenas ler palavras, mas de ler o mundo e a sociedade. Compreender, entender e perceber o seu papel dentro de seu contexto. Diante disso, chegamos à conclusão de que a leitura precisa ser inserida e incentivada a fazer parte de nossas vidas. (FREIRE, 2011).

Jorge Acanda (2006, p. 176) argumenta que o exercício do poder pela burguesia assenta-se “no controle das instituições que lhes conferem sentido, ou seja, aquelas que definem e justificam o indivíduo, ensinam-no a pensar de certa maneira e não de outra, indicam-lhe os valores que deve compartilhar, as aspirações permitidas e as fobias imprescindíveis”. Dessa forma, para algumas pessoas a leitura é algo muito distante de sua realidade, fazendo com que essas pessoas não consigam nem ao menos se imaginar na condição de leitor. Quando falta comida, água, moradia, acesso à saúde, saneamento básico. A leitura se torna algo dispensável produzindo uma crença de que leitura, informação, cultura, e lazer não é para todo mundo.

Esse pensamento é implantado ideologicamente. É essa a ideia que a exclusão gera nas classes subalternas “a ideia de que alguns bens culturais não lhes pertencem, que não são necessários para elas, que são supérfluos e que somente poucos têm direito a eles. O que termina por gerar um

convencimento de que ler e escrever não faz sentido para elas e, portanto, não são objetos de interesse, de desejo.” (CASTRILON *apud* FERNANDEZ; MACHADO e ROSA, 2018, p.6.)

Em relação ao Estado do Maranhão, especificamente na cidade de São Luís, a realidade não difere do restante do Brasil. A Pesquisa Retrato da leitura, livro, livrarias e sebos no Maranhão: desvendando práticas leitoras dos maranhenses e cadeia produtiva do livro, com dados levantados em treze municípios do Maranhão nos anos de 2015 a 2018, aponta para a pouca atenção dada às bibliotecas. Segundo Ferreira (2019, p.13), “No Maranhão, as políticas de leitura não conseguem alcançar as camadas sociais menos favorecidas, tendo em vista a precariedade das bibliotecas públicas e escolares, espaços considerados necessários para a formação de leitores e garantia do acesso à informação”. Porém, importantes ações têm sido empreendidas pela categoria bibliotecária ao longo dos últimos trinta anos para transformar estes indicadores. A autora chama atenção para a importância na atuação da Associação Profissional de Bibliotecários do Maranhão, do Departamento de Biblioteconomia e do Conselho Regional de Biblioteconomia para que a leitura, livro e bibliotecas estejam presentes nos planos governamentais em forma de políticas públicas e com orçamento definido. Esses órgãos que em atividades particulares e ou coletivas contribuem para chamar atenção da sociedade e de autoridades políticas para a urgência de se pensar políticas públicas para universalização do direito à leitura através de implantação de bibliotecas com estruturas adequadas, acervo atualizado e principalmente com profissional bibliotecário capacitado. (FERREIRA, 2019).

Outra prática importante tem sido a participação em audiências públicas que envolveram o Ministério Público, Comissão de Educação da Assembleia Legislativa do Maranhão, Fundação Cultural de São Luís, Secretaria de Estado da Cultura, Secretaria Municipal e Estadual de Educação, Câmara de Vereadores e foram realizadas nos anos de 2009, 2010, 2014, 2017, 2018 e em 2019. Momentos propícios onde a categoria tem socializado os resultados das pesquisas, pressionando as autoridades para o cumprimento da legislação que garante o direito à informação e ao conhecimento. Em todos esses eventos são aprovadas pautas de trabalho e compromissos firmados pelos gestores, porém, poucos desses compromissos tem sido realmente cumpridos. (FERREIRA, 2019; 2021).

Quanto maior a desigualdade social, maior a intensidade da exclusão social e dos seus mecanismos de reprodução. Nesse sentido, falar de analfabetismo em um contexto em que o conhecimento se constitui como capital cultural indispensável para o desenvolvimento em todos os aspectos, pressupõe afirmar que a formação de leitores e sua participação na cultura escrita se constitui em um cenário de disputas na luta de classes, quando os grupos hegemônicos ajustam seus interesses

na manutenção dos seus privilégios através do domínio da educação, do controle do saber como mecanismo de subordinação da classe trabalhadora. (MONTANO, 2007; FONTES, 2005).

O alto índice de analfabetismo que o Brasil enfrenta é uma consequência das desigualdades sociais que historicamente se impõem aos indivíduos que não sabem ler e nem escrever, o que gera um problema de estrutura social, e que influencia diretamente na efetividade da dignidade humana. O acesso à leitura literária é desigual. Apenas uma pequena parte da sociedade tem acesso a livros de forma eficiente, alguns têm contato circunstanciais e grande parte é destituída desse direito. As consequências da fragmentação e do descaso destinado à leitura no país se retratam os indicadores educacionais. Dados do Instituto Paulo Montenegro e da ONG Ação Educativa, divulgados em 2016 por meio da pesquisa Indicador de Alfabetismo Funcional (Inaf), apontam que 4% da população brasileira é analfabeta.

Neste estudo, 73% da população é considerada alfabetizada funcionalmente e 27% analfabetos funcionais. O universo da pesquisa é subdividido em três grupos, o grupo do alfabetismo elementar que corresponde a 42% das pessoas que conseguem (identificar informações em textos de extensão média e resolvem problemas envolvendo operações matemáticas básicas); o segundo grupo com 23% diz respeito a categoria intermediária são pessoas que conseguem (identificar informações literais em diferentes tipos de texto, interpretam e elaboram sínteses de textos, realizam pequenas inferências e operações matemáticas mais complexas envolvendo porcentagens, por exemplo); e o terceiro grupo com apenas 8% são o grupo dos proficientes (elaboram textos de maior complexidade, opinam sobre o posicionamento ou estilo de um autor, interpretam tabelas e gráficos e leem e compreendem certos modos de representação quantitativa, entre outras habilidades). (INAF, 2016).

Segundo a 5ª edição da pesquisa Retratos da Leitura no Brasil, realizada pelo Instituto Pró-Livro em 2019, que foi publicada em 2020, em parceria com o Itaú Cultural e aplicada pelo Ibope Inteligência, apenas 5% dos brasileiros frequentam bibliotecas ativamente, 13% vão de vez em quando. Entre as pessoas que frequentam bibliotecas, 53% afirma utilizar bibliotecas escolares e universitárias. E 54% utilizam as bibliotecas públicas, enquanto apenas 4% delas são usuárias de bibliotecas comunitárias.

Na pesquisa também foi identificado que apenas 3% dos entrevistados consideram a biblioteca como um local para participar de atividade ou evento cultural. Para 56% deles, as bibliotecas são apenas um lugar para estudar. Além disso, somente 16% percebem a biblioteca como um local para toda a população, 22% a consideram um local para acesso e empréstimo de livros e outros materiais.

(RETRATOS DA LEITURA, 2020).

A democratização do livro e da leitura constitui-se em um desafio constante. Embora exista implementação de inúmeros programas na área do livro, leitura, literatura e biblioteca –, “as ações de promoção da leitura ainda funcionam de forma descontínua e fragmentada no Brasil. Em se tratando de bibliotecas comunitárias o cenário é mais complexo, uma vez que essas organizações não são foco de atenção das análises e estatísticas nacionais”.(INSTITUTO C&A, p.19).

Nesse processo, importante papel é creditado à Lei nº13.696/2018, de instituição da Política Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), que foi implementada em 2018 pela União por intermédio do Ministério da Cultura e do Ministério da Educação, em cooperação com os Estados, o Distrito Federal e os Municípios e com a participação da sociedade civil e de instituições privadas.

A PNLE visa estratégias para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. A PNLE tem como regulamento o fortalecimento do Sistema Nacional de Bibliotecas Públicas (SNBP), no âmbito do Sistema Nacional de Cultura (SNC), para a promoção do estímulo ao conhecimento. Seus objetivos são:

- I democratizar o acesso ao livro e aos diversos suportes à leitura por meio de bibliotecas de acesso público, entre outros espaços de incentivo à leitura, de forma a ampliar os acervos físicos e digitais e as condições de acessibilidade;
- II - fomentar a formação de mediadores de leitura e fortalecer ações de estímulo à leitura, por meio da formação continuada em práticas de leitura para professores, bibliotecários e agentes de leitura, entre outros agentes educativos, culturais e sociais;
- III - valorizar a leitura e o incremento de seu valor simbólico e institucional por meio de campanhas, premiações e eventos de difusão cultural do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas;
- IV - desenvolver a economia do livro como estímulo à produção intelectual e ao fortalecimento da economia nacional, por meio de ações de incentivo ao mercado editorial e livreiro, às feiras de livros, aos eventos literários e à aquisição de acervos físicos e digitais para bibliotecas de acesso público;
- V - promover a literatura, as humanidades e o fomento aos processos de criação, formação, pesquisa, difusão e intercâmbio literário e acadêmico em território nacional e no exterior, para autores e escritores, por meio de prêmios, intercâmbios e bolsas, entre outros mecanismos;
- VI - fortalecer institucionalmente as bibliotecas de acesso público, com qualificação de espaços, acervos, mobiliários, equipamentos, programação cultural, atividades pedagógicas, extensão comunitária, incentivo à leitura, capacitação de pessoal, digitalização de acervos, empréstimos digitais, entre outras ações;
- VII - incentivar pesquisas, estudos e o estabelecimento de indicadores relativos ao livro, à leitura, à escrita, à literatura e às bibliotecas, com vistas a fomentar a produção de conhecimento e de estatísticas como instrumentos de avaliação e qualificação das políticas públicas do setor;

VIII - promover a formação profissional no âmbito das cadeias criativa e produtiva do livro e mediadora da leitura, por meio de ações de qualificação e capacitação sistemáticas e contínuas;

IX - incentivar a criação e a implantação de planos estaduais, distrital e municipais do livro e da leitura, em fortalecimento ao SNC;

X - incentivar a expansão das capacidades de criação cultural e de compreensão leitora, por meio do fortalecimento de ações educativas e culturais focadas no desenvolvimento das competências de produção e interpretação de textos. (BRASIL, 2018).

Em que pese a contribuição da PNLE para a instituição da leitura e escrita como um direito, críticas à mesma são dirigidas ressaltando que tais políticas públicas não conseguem de fato democratizar o acesso ao livro, mesmo porque ainda não se têm informações concretas para saber o que ocorrerá com a referida lei, haja vista sua redação e posterior ação estão fundamentadas em dois órgãos: MEC e MinC, sendo que este último foi extinto Em 1º de janeiro de 2019, a partir da reforma administrativa do atual governo, o MinC foi oficialmente extinto pela medida provisória nº 870, publicada em edição especial do Diário Oficial da União. (BRASIL, 2019).

Além disso, o conjunto de bibliotecas públicas é insuficiente para o alto número de habitantes, e não se constitui um espaço devidamente acessado por jovens das camadas populares. As bibliotecas comunitárias não têm o suporte e reconhecimento necessário do Estado. Somando-se a isso, o fato de políticas de acesso durante anos serem marcadas por avanços, estagnações e retrocessos, carecendo vir conjugadas a políticas de permanência. (MACHADO, 2008; FERREIRA, 2010; MARTINS, 2018).

Embora a Constituição de 1988 garanta o direito à educação, cultura e ao lazer, e seja a principal referência na democratização e no reconhecimento dos direitos sociais, devendo favorecer a participação social como alicerce na organização das políticas públicas, a sociedade brasileira, nas últimas décadas, vem sofrendo com um significativo desequilíbrio político, social e econômico, sendo as classes subalternas as que mais sofrem com a instabilidade em que o país se encontra.

Historicamente, a forma ineficaz como as políticas sociais são conduzidas no Brasil foram aprofundadas em 1990, durante o governo Fernando Henrique Cardoso, que submeteu o país a uma vertente externa macroeconômica sob a retórica de enfrentamento de uma “crise”. Segundo Sader (2003), houve um agravamento do desemprego, da precarização das condições de trabalho e consequentemente da pobreza e da fome. Diminuíram-se as funções reguladoras do Estado e abriu-se espaço para um discurso de solidariedade, com base na filantropia e transferência da responsabilidade do Estado com a questão social para modalidades de parcerias público-privada. Dessa forma, o “terceiro setor” é atraído e convocado pelo próprio Estado para interceder nas exigências de

formulações de políticas sociais em benefício das classes subalternas. (SILVA 2003; MONTAÑO, 2002; FONTES, 2006; 2008).

Além do que foi exposto, pensar em desenvolvimento através do acesso ao livro e da leitura em bibliotecas é um desafio. Justamente porque em um Estado em que as bibliotecas públicas em geral estão sucateadas, e, principalmente, onde uma considerável parcela da população não utiliza as bibliotecas públicas devido a inúmeros fatores e o maior deles a falta de investimento na área, o que vulnerabiliza aqueles que não possuem recursos suficientes para ter acesso a alguns bens e serviços.

No esforço de atenuar esses problemas, alguns atores sociais se unem para criar maneiras de contornar diversas precariedades do cotidiano das comunidades em situação de desigualdade social. Dessa forma, surgem as bibliotecas comunitárias com a finalidade de garantir que as pessoas em locais que não contam com a estrutura do poder público tenham acesso ao livro e à leitura. Uma das saídas dessas comunidades para contornar os problemas sociais oriundos da falta de políticas públicas eficazes, muitas vezes negligenciados pelo Estado é a criação de bibliotecas comunitárias.

Portanto, é importante situar que as pesquisas sobre Bibliotecas Comunitárias estão concentradas na criação e gestão desses espaços, e no incentivo à leitura, sendo a maioria dissertações. Havendo também estudos de casos específicos de uma biblioteca em particular (os relatos de experiência), estes em sua maior parte em forma de artigos científicos. (ALVES; SALCEDO; CORREIA, 2014). A exemplo apresentamos alguns trabalhos que mesmo de maneira distinta e com objetivos diferentes, dispuseram-se a discutir sobre essa temática: Todeska Badke (1984), Elisa Machado (2008), Mariana Alves (2017; 2020), Renata Toigo (2019).

Desde a graduação em Biblioteconomia, alguns questionamentos sobre os influentes fatores das bibliotecas comunitárias no desenvolvimento local e sua contribuição para o potencial criativo e crítico de crianças, jovens e adultos, foram surgindo. Principalmente durante a participação como voluntária em alguns projetos de incentivo à leitura, onde pude conhecer várias comunidades periféricas de São Luís, e vários municípios do interior do Maranhão, impulsionando, de alguma forma, o interesse pessoal pelo assunto.

A partir dessas experiências, realizou-se uma pesquisa de campo sobre projetos de leitura desenvolvidos em São Luís, conhecendo assim, a Rede Leitora Ler pra Valer, localizada no bairro do Coroadinho. Tal pesquisa subsidiou o trabalho de conclusão de curso em Biblioteconomia da UFMA, intitulado: **“BIBLIOTECA COMUNITÁRIA: espaço de ação social para a formação cidadã”**.

Nessa pesquisa identificou-se que estas bibliotecas eram a única fonte de informação para

60% de seus usuários, e que os mesmos não possuíam computadores e nem tinham acesso à internet em casa. Dos usuários, 2% eram analfabetos. Porém encontravam-se em processo de letramento e que 3% dos usuários que estavam no pré-vestibular, passaram para universidades públicas.

Na época da pesquisa, em 2014, eram apenas 8 bibliotecas localizadas no bairro Coroadinho, que recebiam apoio do programa Prazer em ler do Instituto C&A. Identificou-se que não havia um bibliotecário, se apontou a necessidade de articulação com Universidades, Conselho de Biblioteconomia, e outras instituições além do terceiro setor. Agora em 2021, a Rede já possui 15 bibliotecas, sendo 10 bibliotecas comunitárias no polo Coroadinho e 5 no polo Cidade Operária em São Luís, formando assim a Rede Ilha Literária. Esses são alguns fatores que despertaram uma necessidade preeminente de realizar uma investigação mais aprofundada dos aspectos sociais, subjetivos, estéticos e políticos dessas bibliotecas comunitárias. Elegendo assim, a Rede Ilha Literária como objeto de estudo.

Essa escolha se justifica para além do que já foi mencionado anteriormente, e também por essa Rede ter demonstrado uma evolução em relação à pesquisa anterior, atuando expressivamente para a aprovação da lei do Plano Nacional de Leitura e Escrita (PNLE), construindo uma história de luta na reivindicação de políticas públicas do livro, leitura e bibliotecas. E por estarem trabalhando de forma articulada com vários setores importantes no aprofundamento de conceitos e práticas de incidência nas políticas públicas, como o Departamento de Biblioteconomia da Universidade Federal do Maranhão (UFMA), o Conselho Regional de Biblioteconomia (CRB-13), e ter sido incluída no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas do Maranhão. Dessa forma, surgiram questionamentos sobre os reais impactos dessas bibliotecas para a comunidade. Como ocorrem essas iniciativas? Que tipo de impactos produzem?

O debate acerca do tema do desenvolvimento tem se demonstrado vasto e complexo. A existência de diferentes abordagens teóricas, metodológicas e epistemológicas para o trato da questão do desenvolvimento social intensificam a dificuldade de uma conceituação precisa.

Para os estudiosos da ciência política e econômica hegemônica o desenvolvimento está intrínseco ao processo de acumulação de capital. Contrário a isso, temos a perspectiva do desenvolvimento do ser humano, conforme caracterizado por Marx, que está ligado à prática livre do homem, de seu trabalho conscientemente centrado em uma nova dinâmica econômica, como resistência dos trabalhadores frente a exploração capitalista. Porto-Gonçalves (2004, p. 39) ressalta que, “Assim, desenvolver é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de

homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza.”

Percebe-se que as comunidades que são assistidas por empresas que investem em projetos sociais em comunidades periféricas acreditam no discurso otimista do “desenvolvimento”, que gera expectativa de mudança de vida. Essas comunidades são circundadas por esses discursos de ascensão social, de melhorias socioeconômicas. Porém, o panorama que se apresenta tem sido antagônico aos discursos difundidos.

Pereira e Penido (2010, p. 253) afirma que “O discurso do desenvolvimento circunscrito à esfera econômica, visível somente a partir de estatísticas, distancia-se da vida e da realidade das pessoas.” É justamente o aniquilamento das autonomias que causa o afastamento das raízes, que facilita a imposição de práticas vindas muitas vezes de outra cultura e resulta na uniformização social, que trarão prejuízos às comunidades locais. Dessa forma, gradualmente, destrói-se o direito de estabelecer o que será melhor para o lugar onde vivem, já que a resistência foi destruída pela confiança em modelos que, hipoteticamente, resultarão em melhores empregos, melhores renda e uma nova perspectiva de relacionar-se com o território, dito “desenvolvido”.

Concordamos com a afirmação de Singer (2004, p.86), que “mesmo sendo hegemônico, o capitalismo não impede o desenvolvimento de outros modos de produção [...]”. Santos e Rodríguez (2004) são contundentes em afirmar que falar em desenvolvimento alternativo é formular formas de pensamento e ação que sejam ambiciosos em termos de escalas, ou seja, sejam capazes de atuar nas escalas locais, regionais, nacionais, e até mesmo, globais, dependendo das necessidades das iniciativas concretas. Sob esse olhar, defende-se o verdadeiro desenvolvimento social, alicerçado na preocupação com o que é essencial a sociedade e que foge da ideologia do poder econômico e da tecnologia. Uma concepção de desenvolvimento que promova emancipação social, que tenha a educação humanizadora como privilégio e que forme seres humanos capazes de apreender e de produzir priorizando e respeitando a natureza. “O conhecimento local é um modo de ter consciência do lugar, um lugar específico (mesmo que não seja um lugar determinado ou delimitado por fronteira), uma maneira de dar ao mundo um significado.” (ESCOBAR, 2001, p.152, tradução nossa).

Portanto, pensando nesse desenvolvimento alternativo, que valoriza a diversidade, que dá importância à interação do ser humano com o meio ambiente e o impacto dessa relação, um desenvolvimento onde sua concepção política seja orientada pelos ideais de resistência e emancipação individual e coletiva. Buscou-se embasamento para responder os problemas desta investigação em autores que, de certa maneira, tenham como campo de estudo as questões que envolvem temas como

desenvolvimento social e cidadania, tais como: David Harvey (2008) e Paul Singer (2004; 2012).

Para compreender os dilemas e tensões que envolvem dinamicamente as relações e responsabilidades entre Estado e organizações da sociedade civil, considerando a complexidade nelas envolvida, bem como o fato de envolverem aspectos engendrados e interpretativos em devir, buscamos a contribuição de: Engels (2017; 1985); Gramsci (2001; 2014); Acanda (2006) e Poulantzas (2000); Montano (1999); Mascaro (2013) e Dagnino (1994; 2002; 2004 e 2006); Fontes (2009; 2005), entre outros.

A proposta de análise desta Dissertação se insere na área de concentração Desenvolvimento Regional e Diversidade do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Socioespacial e Regional (PPDSR) da Universidade Estadual do Maranhão (UEMA) através da linha de pesquisa: Movimentos Sociais Território e Planejamento.

A escolha do tema resulta, igualmente, da nossa compreensão da importância, sobretudo em tempos de ameaça à cultura e educação pública no Brasil, de analisar, com maior rigor teórico prático, iniciativas como a Rede Ilha Literária e seu alcance na promoção da democratização do acesso ao livro, leitura, literatura e biblioteca sob a perspectiva da leitura como um direito humano. Partimos da hipótese que a Rede Ilha Literária constitui espaço potencial para ampliar o acesso de jovens das camadas populares ao livro, leitura e bibliotecas através da troca de saberes e experiências e de ações e atividades coletivas.

Estudos sobre esse objeto específico mostram-se relevantes para ampliar as análises sobre o real, bem como para socializar concepções e projetos de ação de apoio e incentivo à leitura que representam alternativas para se pensar e fazer uma educação emancipatória e comprometida com a construção de uma sociedade mais justa e humana – como nossas observações empíricas indicam ser o caso da Rede Ilha Literária.

O problema principal dessa pesquisa está dividido em duas questões: 1) Como se dá a atuação da Rede de bibliotecas comunitárias Ilha Literária no que se refere à promoção do direito à leitura e à literatura? E 2) Como essas práticas que envolvem leitura e informação no contexto das bibliotecas comunitárias contribuem para o desenvolvimento social e educacional das comunidades?

Em meio a essas questões – problema, foram objetivos da pesquisa. Geral: investigar a atuação da Rede de bibliotecas comunitárias “Ilha Literária” em São Luís, a fim de perceber se e de que modo esses espaços públicos contribuem para o desenvolvimento social. Específicos: identificar as concepções e práticas que estruturam a atuação da Rede Ilha Literária; Discutir conceitos relevantes

para compreensão entre Educação, Cultura e Política no âmbito das Ciências Sociais; e Analisar o conjunto de informações e dados levantados a respeito da atuação da Rede Ilha Literária de modo a observar seus impactos sociais.

Esta dissertação está pautada nos pressupostos do método dialético, em razão de uma opção teórica e das especificidades do tipo de estudo a ser realizado (LEFEBVRE, 1975; FRIGOTTO, 1994). A opção pelo aporte da teoria crítica e marxista está manifesta na concepção de desenvolvimento e de políticas sociais e na necessidade de se buscar uma investigação propositiva sob a ótica da totalidade, da historicidade e da dialética. Mais que análise da realidade, pretende-se avançar na dimensão da transformação, ao demonstrar a importância das várias manifestações sociais e políticas que permeiam o universo das bibliotecas comunitárias.

O método dialético possibilita uma apreensão da realidade em sua totalidade. A ideia de totalidade possibilita captar as conexões entre as diversas proporções dos fenômenos sem se perder nos enredos das especificidades. Para isso, se faz necessário buscar a origem dos fenômenos em suas manifestações particulares e nas conexões que estabelecem entre si e com a realidade mais ampla que os engloba. (NETTO, 2011).

A visão da totalidade possibilita entender que a realidade vai além dos fenômenos percebidos pelo pesquisador, é um constante fazer-se e transformar-se, do qual se capta o momento atual, considerando que esse momento atual ocorre no movimento histórico que parte de condições e gera outras condições. Esta totalidade, “é uma totalidade concreta, inclusiva e macroscópica, de máxima complexidade, constituída por totalidades de menor complexidade” (NETTO, 2011, p. 56).

Nessa mesma perspectiva, Lowy (1978) afirma que o materialismo histórico dialético permite vislumbrar um prisma da totalidade, sendo a estrutura desta totalidade, “sempre uma estrutura histórica” (LOWY, 1978, p. 99). O autor enfatiza que o princípio da totalidade é uma categoria metodológica que significa a percepção da realidade social no qual para se entender o todo, precisa-se entender cada parte que formam o conjunto, e não partes isoladas. Desse modo, só se pode entender o objeto se buscarmos entender como esse objeto se relaciona com o conjunto, histórico, social e econômico do momento. O delineamento para o alcance do processo da totalidade demanda uma investigação da realidade concreta, a realidade historicamente construída pelos indivíduos. Por ser este um processo complexo, para condução deste percurso, a abstração é fundamental, devido a sua:

[...] capacidade intelectual que permite extrair de sua contextualidade determinado (de uma totalidade) um elemento, isolá-lo, examiná-lo; é um procedimento intelectual sem o qual a análise é inviável – aliás, no domínio do estudo da sociedade, o próprio Marx insistiu com força que a abstração é um recurso indispensável para o pesquisador. A

abstração, possibilitando a análise, retira do elemento abstraído as suas determinações mais concretas [...] a realidade é concreta exatamente por isso, por ser a síntese de muitas determinações, a “unidade do diverso”, que é a própria totalidade. (NETTO, 2011, p. 44).

O materialismo histórico dialético em Marx consiste no comprometimento com o conhecimento do real, e principalmente com todo o processo histórico que influenciou em sua dinâmica. O método é dinâmico, está em movimento constante e não possui um regulamento com normas pré-definidas e ou instrução a serem seguidas, já que Marx não o conduz a partir de “um conjunto de regras.” (NETTO, 2011, p. 52). Na verdade, Marx, ao buscar analisar a sociedade burguesa e suas categorias no processo de apreensão da realidade, destacou a necessidade de se voltar ao objeto repetidas vezes, num constante movimento de idas e vindas, ele parte do material para alcançar o real, do concreto para o abstrato, da aparência para essência objetivando apreender a concepção e o crescimento do sistema capitalista de produção, suas contradições e todas suas categorias intrínsecas.

Assim como Paulo Netto (2011), entendemos que na abordagem dialética ressalta-se que o modo de produção da vida material condiciona o desenvolvimento da vida social, política e intelectual em geral. Reconhece-se a relação entre a objetividade e a subjetividade. Entende-se que a realidade vai além dos fenômenos percebidos pelos sentidos e incorpora a manifestação dos atores sociais, os valores do cientista, os significados produzidos, os conflitos e as contradições existentes. A contradição é outra importante e essencial categoria da análise dialética de Marx.

[...] uma análise dialética das ideologias ou das visões de mundo mostra necessariamente que elas são contraditórias que existe um confronto permanente das ideologias e das utopias na sociedade, correspondendo em última análise aos enfrentamentos das classes sociais ou grupos sociais que a compõem. Em nenhuma sociedade existe um consenso total, não existe uma ideologia dominante, existem enfrentamentos ideológicos, contradições entre ideologias, utopias, ou visões sociais de mundo conflituais, contraditórias. Conflitos profundos, radicais, que são geralmente irreconciliáveis, que não se resolvem em um terreno comum, em um mínimo múltiplo comum. (LOWY, 1978, p.17).

Para Neto (2009), o objeto da investigação de Marx, é a sociedade burguesa concebida no sistema capitalista. Para conhecer esse objeto, Marx busca analisá-lo em sua totalidade na gênese, na consolidação, no seu desenvolvimento. É na análise de Marx que todo o capitalismo se torna compreensível, pois ele descortina e revela os seus fetichismos, as suas contradições e os seus movimentos. O método em Marx “não se devem apenas a razões de natureza teórica e/ou filosófica: devem igualmente a razões ideopolíticas – na medida em que a teoria social de Marx vincula-se a um projeto revolucionário [...]” (NETTO, 2009, p.668).

Desse modo, a abordagem dialética possibilita posicionar o debate da objetividade da

pesquisa social em outro nível, ou seja, no sentido da objetivação. Objetivação que se funda no rigor no uso do instrumental teórico e técnico adequado para a realização da pesquisa. (MINAYO, 1999).

Como metodologia articuladora, desenvolvemos um estudo de caso, através de questionários (GIL, 2008) e entrevistas semiestruturadas (MINAYO, 2008), tendo sido realizado o acompanhamento na Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária de São Luís-MA. Trata-se de uma pesquisa de cunho qualitativo, que se vale da pesquisa de campo e que utiliza recursos como as observações, com respectivas anotações e sistematizações em diário de campo, entrevistas semiestruturadas, questionários e fontes primárias (documentos disponibilizados pela Rede, tais como relatórios, *folders*, *ebooks* e etc.) que constituem os dados de análise dessa pesquisa. Essas fontes nos trouxeram informações a respeito da história da Rede, as estratégias de atuação e as relações dentro e fora da comunidade.

A partir dessa lente, realizamos a coleta de dados utilizando-nos da pesquisa em bases bibliográficas relacionadas ao tema; da pesquisa documental; do mapeamento das agências e agentes presentes na direção da Rede Ilha Literária; da realização de entrevistas e sistematização dos dados presentes nas mesmas. Segundo Gil (1991), a pesquisa bibliográfica é baseada no levantamento e na análise da literatura disponível por meio de artigos científicos, livros, revistas acadêmicas de relevância, jornais e *websites*.

As visitas às bibliotecas foram realizadas em momentos diversos, entre os anos de 2021 e 2022. Por estarmos num momento delicado, no auge de uma pandemia, não conseguimos ter uma sistematização dessas visitas. Iniciamos a pesquisa, porém, como a Rede se encontrava fechada por conta dos decretos estaduais de controle sanitário, as suas atividades estavam sendo feitas de forma virtual. Nossas primeiras conversas se deram dessa forma. No dia 21 de junho fomos convidados a participar e conhecer um pouco sobre a atuação da Rede durante a Pandemia com o Festival Folclórico da Ilha Literária, que foi transmitido no dia 23 de junho de 2021 pelo canal do youtube da rede, cujo o tema era: o Maranhão tem histórias pra contar. Logo após, participamos como ouvinte também do Webnário Ilha Literária nos dias 11,12 e 13 de novembro de 2021.

Quando a biblioteca abriu parcialmente serviu como oportunidade de fazermos uma visita, e conseguirmos materiais físicos a respeito da Rede Ilha Literária e da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias. Nos foi apresentado algumas publicações em formato de *e-books*, uma produção conjunta de âmbito nacional, que serviram para entender a história, concepções e forma de atuação da Rede Ilha Literária e de toda a Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC). Recebemos

também alguns materiais produzidos pelas bibliotecas, *folders* com informações de horários de funcionamento, atividades oferecidas, endereços físicos e eletrônicos e contatos. Outras informações foram adquiridas em seu site e em suas redes sociais.

As entrevistas foram um meio importante de coleta de dados. Conseguimos mapear algumas práticas e sistemas de classificação presentes nas instituições entrevistadas, assim como alguns conflitos e contradições que não só emergiram na análise dos documentos como da observação participante. O critério de seleção dos entrevistados girou em torno da disponibilidade das pessoas envolvidas diretamente com a Rede. Procuramos entrevistar os gestores das bibliotecas, as bibliotecárias, e as mediadoras de leitura, os interagentes (usuários e comunidade, moradores ao redor dessas bibliotecas).

O processo de concessão dessas entrevistas demandou algumas solicitações através de conversas pelo *WhatsApp* e via *Google Meet*. Houve envio prévio do Projeto de Pesquisa e sua exposição em uma reunião geral da Rede a qual fomos convidados por uma de suas bibliotecárias, para que assim pudéssemos ter um contato com todos que fazem parte da administração da Rede, mesmo que de forma virtual, visto que de forma presencial não foi possível, o que foi uma ótima oportunidade para tirarmos algumas dúvidas que ainda persistiam. Essa era uma reunião geral da Rede e aconteceu no dia 10 de fevereiro às 15 h por meio da plataforma *Webex*.

Como amostra dessa pesquisa foram escolhidas duas bibliotecas, uma em cada polo. Ou seja, uma biblioteca comunitária no polo Coroadinho e outra no polo Cidade Operária. O critério para escolha das bibliotecas foi a disponibilidade para dar entrevistas e nos receber para uma visita presencial. Reforçando que essa pesquisa foi feita durante a pandemia, e muitas bibliotecas estavam fechadas.

Assim, em relação às depoentes desta pesquisa, foram entrevistadas duas bibliotecárias, 4 mediadoras de leitura; duas gestoras de bibliotecas, a comunidade que são os interagentes (30 pessoas), 15 em cada polo. Em relação aos interagentes, foram abordados na rua e alguns dentro da biblioteca. O critério para escolha era de morar perto dessas bibliotecas. Entre os interagentes dois foram indicados pelas mediadoras como sendo leitores mais assíduos das bibliotecas.

Quadro 2 – Respondentes da pesquisa

	QUANTIDADES	ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA	QUESTIONÁRIO
Bibliotecária	2	X	X

Gestora	2	X	
Mediadora de leitura	4	X	
Interagentes	30		X
Bibliotecas	2	Coroadinho	Cidade Operária

Fonte: própria autora, 2022

Nessa dissertação, optamos por não revelar os nomes dos entrevistados, tampouco os nomes das bibliotecas as quais representam, garantindo o sigilo e privacidade dos respondentes. Portanto, nos trechos onde fizemos uso de alguma parte das entrevistas, optamos por utilizar a primeira letra da função que ocupam na Rede, exemplo: Bibliotecária (o), Gestor (a), Mediador (a), seguida de um numeral (1,2,3). Para indicar as falas dos diferentes entrevistados e para as bibliotecas utilizamos números do algarismo romano (I; II), para que o sigilo e privacidade dos respondentes fossem preservados. Ex: B1 da Biblioteca(I) ou M3 da Biblioteca (II).

Procuramos compreender através das entrevistas, como presentes em todo movimento, as discordâncias e concordâncias existentes, a importância de integrarem a RNBC, as forças políticas que representam, a relação com a comunidade a qual estão inseridas, e como o consenso tem sido operado entre as instituições que, a princípio, representam projetos antagônicos de sociedade.

Nessa perspectiva, o trabalho foi organizado, além desta Introdução, em mais três seções. A primeira seção, intitulada “A Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária: História, Práticas e Princípios”, apresenta a caracterização e contextualização histórica da Rede Ilha Literária, buscando descrever sua implantação, seu objetivo, missão, visão, e seu público. Nessa seção, serão expostas todas as informações produzidas sobre a Ilha Literária de forma objetiva, seus projetos, parcerias e atividades. E suas próprias concepções sobre a definição de leitor, emancipação humana, de responsabilidade social e de desenvolvimento social.

Na segunda seção, “Dilemas e Tensões na relação Estado e Sociedade Civil”, o objetivo é situar o referencial teórico que embasa a análise sobre a atuação das bibliotecas comunitárias nos planos específico e geral tendo como pano de fundo a crítica ao sistema capitalista, buscando compreender as várias concepções de sociedade civil que disputam hegemonia nos espaços públicos e sua relação com o Estado. Considerando que as bibliotecas comunitárias estão inseridas em disputas e antagonismos, que se manifestam e são interpretadas de formas distintas. Buscou-se compreender as complexidades e contradições que envolvem essas relações nas obras de Marx e Engels (2017, 1985), Gramsci (2001; 2014) e Poulantzas (2000).

Na terceira e última seção, “Contribuições, Limites e Possibilidades: uma análise da atuação da Rede Ilha Literária”, retoma elementos dos dois capítulos anteriores, apresentando a articulação da pesquisa teórica e empírica. Será o plano da análise do que foi exposto no primeiro capítulo articulando com a base teórica. Aponta a partir de um olhar científico, crítico e investigativo os aspectos, na atuação da Rede Ilha Literária, que contribuem ou não para a construção de um real quadro de politização e emancipação dos indivíduos e contextos ao redor. Faz uma análise sobre a atuação dessa Rede, identificando suas potencialidades e deficiências. Serão levados em conta o entendimento que a Rede Ilha Literária tem sobre os conceitos de emancipação humana e desenvolvimento social sempre confrontando com a literatura.

Por fim, apresentamos as considerações finais, que sistematizam os resultados da pesquisa com o objetivo de fazer uma análise crítica de tudo que foi apresentado ao longo da dissertação, se o objetivo proposto foi alcançado, quais as dificuldades encontradas. Neste momento serão apontadas as limitações da pesquisa, e sugestões para novas pesquisas.

1 A REDE DE BIBLIOTECAS COMUNITÁRIAS ILHA LITERÁRIA: HISTÓRIA, PRINCÍPIOS E AÇÕES

Neste capítulo será feita a descrição da Rede Ilha Literária, desde sua criação, até suas concepções de Desenvolvimento e Responsabilidade Social. Busca-se portanto expor a forma como essa rede de bibliotecas se relaciona com as localidades em que atua tanto do ponto de vista social, como ambiental, buscando apresentar sua estrutura organizacional, forma de gestão, seus atores, horário de atendimento, formas de divulgação, parcerias e forma de obtenção de recursos, e tudo que envolve a sua sustentabilidade. Aqui será o momento de relatar o entendimento da Rede Ilha Literária sobre sua própria atuação.

Na procura por conhecer a trajetória da Rede Ilha Literária, seus parceiros e todos os atores envolvidos entramos em contato com a Rede por meio de suas redes sociais, marcamos visitas e tivemos acesso a alguns documentos, sua carta de princípios, regimento interno, manual de funcionamento das bibliotecas, e cinco *e-books*¹ sobre a riqueza de experiências e saberes das bibliotecas comunitárias, além de vários materiais infográficos, *folders* e projetos. (ANEXO 1 e 2).

Entre estes materiais, dois livros em especial nos foram indicados para melhor entender a história da Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária: O Livro: *Prazer em Ler: 10 anos de fomento à Leitura Literária* – A publicação está dividida em dois volumes, 1 e 2 e descrevem a trajetória do Programa Prazer em Ler (PPL), do Instituto C&A, desde sua criação, em 2006, até 2016. E o livro: *O Brasil que lê: Bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores*. Esta publicação divulgou a pesquisa “Bibliotecas Comunitárias no Brasil: impacto na formação de leitores” das pesquisadoras Cida Fernandez, Elisa Machado e Ester Rosa, editado pela própria RNBC em parceria com o Centro de Cultura Luiz Freire.

Essa pesquisa foi um mapeamento de todos os projetos de leitura do Brasil. Contou com o apoio e parceria do Itaú Cultural, PUC-Rio por meio do Instituto Interdisciplinar da PUC-Rio e da Cátedra UNESCO de Leitura PUC-Rio, e a JCastilho Consultoria. Além de localizar os projetos, territórios de atuação, apresenta perfis dos mediadores e impactos da promoção da leitura.

1.1. Delineamento histórico e caracterização socioespacial

1 <https://rnbc.org.br/publicacao/> Todos os e-books consultados podem ser acessados por esse link.

O início da Rede Ilha Literária está fortemente atrelado aos acontecimentos políticos, sociais e econômicos brasileiro, mais precisamente dos anos 2002-2016. A Rede Leitora começa suas atividades no ano de 2006, quando a União dos moradores da Vila dos Frades inaugura, com apoio do programa Prazer em Ler do Instituto C&A, o primeiro espaço de fomento à leitura do bairro Coroadinho.

Este espaço foi nomeado de “a casa de leitura”, que consistia numa sala de leitura. (não era uma biblioteca, pois seu acervo não estava organizado e não possuía um profissional bibliotecário). A rede leitora “Ler pra Valer” era formada por seis bibliotecas comunitárias com atendimento ao público em geral, mas em sua maioria crianças e adolescentes, e estavam atreladas a instituições não governamentais, sendo estas: União dos Moradores da Vila dos Frades; Centro Educacional e Profissional do Coroadinho; Associação Beneficente das Donas de Casa do Coroadinho – Criança Feliz; Associação Nossa Senhora da Conceição; Associação Beneficente das Mães da Vila dos Frades – Futuro do Amanhã.

Porém, o que viriam ser bibliotecas anteriormente eram brinquedotecas vinculadas às escolas comunitárias. Almeida (2020), em sua dissertação intitulada Cidadania e Desenvolvimento Social: Contradições e Limites na atuação do Instituto de Cidadania Empresarial do Maranhão (ICE-MA), relata que:

O primeiro projeto do ICE-MA, foi a instalação de brinquedotecas em parceria com escolas comunitárias no Polo do Coroadinho, na capital São Luís. A princípio, foram modeladas três brinquedotecas, denominadas pela equipe de “Espaços Lúdicos”. Em 14 de dezembro de 2002, os espaços foram implantados no Centro Educacional e Profissional do Coroadinho (CEPC) e nas Creches Alegria de Viver (Vila Conceição Coroadinho) e Semente da Esperança (Vila dos Frades – Coroadinho). Tinha por objetivo a preservação do direito de brincar das crianças e adolescentes, além de complementar a educação formal de seu público. (ALMEIDA, 2020 p.30)

De acordo com Almeida (2020, p. 30, *apud* Lima e Aracéa (2011), “a implantação desses espaços lúdicos teria sido essencial para que o ICE-MA fosse reconhecido como instituição voltada ao enfrentamento de problemas sociais”.

Paralelamente, no polo Cidade Operária a Rede Terra das Palmeiras inicia suas atividades em 2004, com projetos de leitura para crianças atendidas pela escola do Instituto Mariana evoluindo com o apoio da Associação de Escolas Católicas para outro projeto, o “Projeto Brincando e Aprendendo na Escola, na Família e na Sociedade”, que resultou no primeiro espaço de leitura da Rede denominado Monteiro Lobato.

A Rede Terra das Palmeiras é formada então no ano de 2012, apoiada pelo Instituto C&A

por meio do programa Prazer em Ler e formada por bibliotecas já existentes oriundas de instituições não governamentais como o Instituto Mariana, Instituto Santa Clara, Escola Comunitária Educando, Instituto Educacional Nossa Senhora Aparecida e Clube de Mães Santa Luzia. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021).

Do ponto de vista da Rede, o cenário social em que se encontravam era alarmante. Altíssimo número de analfabetismo e evasão escolar, muitos jovens sendo cooptados pelas drogas. As comunidades começaram a se articular e abriram salas de leituras para trabalhar a leitura com esses jovens, fazendo com que ocupassem seu tempo com atividades lúdicas e educativas.

Tanto a Rede Leitora Ler pra valer quanto a Rede Terra das Palmeiras tiveram suas atividades alicerçadas pelo apoio e incentivo de Institutos e Fundações Sociais que têm a Educação como causa social. Com isso, é possível inferir que esses projetos começaram ser impulsionados em 1990, com a disseminação do conceito de investimento social privado, um conceito que busca se diferenciar de formas mais tradicionais de filantropia. São, portanto, uma forma de atuação social do setor privado direcionadas às questões sociais e suas relações com Estado e Sociedade civil e principalmente ao conceito de Responsabilidade Social Empresarial (RSE). (KISIL, 2007; NOGUEIRA; SCHOMMER, 2009).

Para Fernandez; Machado e Rosa (2018), as bibliotecas comunitárias são consideradas objetos de investimento em responsabilidade social, a exemplo do Instituto C&A, com o Programa Prazer em Ler, do Instituto Ecofuturo, com o projeto Bibliotecas Comunitárias Ler é Preciso. Dentre as organizações não governamentais com atuação neste campo, destaca-se a Associação Vaga Lume, com o Programa Expedição.

É preciso atentar que essa instituição começa a ganhar força durante o Governo Lula (2003-2010), que se caracterizava pela retomada do desenvolvimentismo, também chamado por alguns autores de Neodesenvolvimentismo e ou Sociodesenvolvimentismo no país. Onde a cultura e educação tiveram estratégica importância. (FAGNANI, 2011; SINGER, 2012).

De acordo com Prado e Meirelles (2010), no meio intelectual o neo-desenvolvimentismo se substancializa a partir da publicação do livro: Novo-desenvolvimentismo: um projeto nacional de crescimento com equidade social que teve seu prefácio feito pelo até então vice-presidente do governo Lula, José Alencar. Este livro teria como fundamento fazer uma espécie de mediação entre extremos, ou até mesmo uma ponte entre o liberalismo e o socialismo. Esta forma de pensar o Estado ignora a existência dos antagonismos de classes e posiciona o Estado acima dos conflitos e a favor do capital.

Singer (2012), afirma que o “lulismo” é “um projeto político complexo, baseado no apoio da massa de excluídos e voltado para a superação da miséria sem o enfrentamento dos privilégios.” Machado e Prado (2010) apontam maior incidência na criação de bibliotecas comunitárias no Brasil durante esse tempo, onde os números de bibliotecas comunitárias simplesmente dobraram em relação aos anos anteriores.

Para Fernandez; Machado e Rosa (2018, p.25), este aumento constatado entre os anos de 2001 e 2006, está diretamente ligado aos:

[...] programas governamentais da área do livro, leitura e bibliotecas iniciados a partir de 2001, a exemplo do Programa Fome de Livro, de 2005; do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL), em 2006; e do Programa Mais Cultura, de 2007, por meio do Concurso Pontos de Leitura 2008 – Edição Machado de Assis.

As autoras chamam à atenção que, pela primeira vez na história das políticas públicas de cultura, o governo federal reconhece e incorpora as bibliotecas comunitárias em seus planos e investimentos (MACHADO, 2010). Durante o governo Lula proliferaram experiências inovadoras de administração local, protagonizadas por diversos movimentos sociais, e organizações de redes da sociedade civil. Que ampliaram sua presença, e intensificaram suas articulações, trazendo debates sobre novas perspectivas para construção de uma educação comprometida com a promoção de uma cultura democrática em que pautas sobre a superação do racismo, do sexismo, da LGBTfobia ganharam espaço.

Na oportunidade, consequentemente as parcerias, o voluntariado, encontram nas políticas públicas de educação e cultura local privilegiado de realização e nas bibliotecas comunitárias instrumento estratégico que conduz uma forte anuência por parte da sociedade. É consenso que o acesso à leitura, a educação e cultura de modo geral são ações que produzem melhoria na vida das pessoas. Portanto, essas tem sido as áreas designadas pela maioria dos empresários para direcionar as ações de suas fundações e institutos de responsabilidade social.

Desse modo, Martins (2021 p. 16) constata que a política cultural de democratização do livro e da leitura no Brasil é atravessada constantemente por “disputas de interesses, conflitos de classe e relações de poder tendo o seu percurso histórico marcado, fortemente, pelas tradições: autoritarismo, descontinuidades, caráter tardio e fragilidade institucional”, o que para o autor, impossibilita a “construção de um projeto de sociedade leitora”, pois as ações desenvolvidas voltadas a incluir esses sujeitos os caracterizam como consumidores.

Portanto, a Rede Ilha Literária surgiu desse processo histórico, social, cultural e político que culminou na junção de duas redes de bibliotecas comunitárias que atuavam separadamente em dois polos diferentes da cidade de São Luís-MA. A Rede Leitora Ler pra Valer do polo Coroadinho e a Rede Leitora Terra das Palmeiras da Cidade Operária. Ambas recebiam recursos do Programa Prazer em Ler do Instituto C&A.

A partir do ano de 2016, a Rede Leitora Ler pra valer e a Rede Leitora Terra das Palmeiras começam atuar conjuntamente como Rede Ilha Literária com a finalidade de, segundo a rede, unir forças na democratização da leitura e informação e na incidência das políticas públicas da área do livro, da leitura, da literatura e das bibliotecas. Essa união é representada pela logo (Figura 1).

Figura 1 – Logo da Rede Ilha Literária



Fonte: Site da Rede Ilha Literária

Segundo a Ilha Literária, “os dois barquinhos de papel representam o encontro das duas redes que ao se integrarem dividem um objetivo comum que está nos livros, nas bibliotecas e nas mediações dos livros.” (DIÁRIO DE CAMPO, 2021).

É importante ressaltar que a Rede Ilha Literária está localizada na cidade de São Luís em dois importantes polos periféricos : Conjunto Habitacional Cidade Operária e o bairro Coroadinho.

O Conjunto Habitacional Cidade Operária foi considerado o maior conjunto habitacional da América Latina. O conjunto foi estruturado em seis grandes unidades que se transformaram em grandes aglomerados populacionais nas redondezas, como: Santa Clara e Cidade Olímpica. Esta última, considerada uma das maiores ocupações da América Latina. Conforme aponta Burnett (2012, p. 11):

A ocupação da Cidade Operária deu-se de maneira bem peculiar: no início da década de 1980, no governo de João Castelo, foram construídas 7.500 unidades habitacionais, de um total de 15.000 previstas no projeto. No governo posterior, de Luís Rocha, foi realizado o sorteio dessas casas, porém, por estarem em completo abandono, encobertas por mato e com infraestrutura inacabada, houve a desistência de inúmeros beneficiados do projeto; propiciando, portanto, diversas invasões nas moradias.

Quanto ao bairro Coroadinho, é considerado a quarta maior favela do Brasil ou aglomerados subnormais (nome técnico dado pelo IBGE), conforme divulgado pelo Censo (2010). Além do mínimo de moradias, outro critério-chave para classificar essas áreas como aglomerados subnormais é carência: com origem em ocupações de locais públicos ou particulares, a maioria sofre a falta ou a inadequação de serviços públicos de qualidade, além de, em geral, estarem expostas à pobreza. Como podemos confirmar nos estudos de Pio e Araújo (2019, p.33), esse cenário não é recente:

O Bairro do Coroadinho surgiu de modo mais notável no cenário ludovicense na década de 1980, quando pessoas vindas do interior do Estado do Maranhão e de outras ocupações dentro de São Luís, resolvem se instalar às beiras do Rio Bicas e ali fixar moradia. Essa ocupação gerará uma disputa judicial pelas terras ocupadas e mesmo com decisão favorável para os moradores, não livrará a população do esquecimento e da ausência do Estado nesta região. Como ocupação “irregular”, não teve prioridade do estado em políticas públicas de desenvolvimento, e por décadas sofreu do descaso e esquecimento, fazendo com que os moradores tivessem que sobreviver em um local com precárias condições de vida.

A estrutura socioespacial resultante deste processo, de forma indubitável, revela as desigualdades sociais entre parte da população do espaço urbano dentro do processo de desenvolvimento nacional. Essas desigualdades são aprofundadas à medida que as populações se deslocam em direção à periferia regional, ou seja, esses fluxos migratórios vão intensificando as desigualdades regionais.

1.2. Funcionamento das Bibliotecas

A Rede possui 16 bibliotecas (Quadro-3), distribuídas em 10 bairros de São Luís: Coroadinho, Salinas do Sacavém, Vila Conceição, Vila dos Frades, Cidade Operária, Cidade Olímpica, Janaína, Santa Clara e João de Deus e uma na Vila Maranhão fazendo empréstimos e mediações de leitura de forma gratuita.

Quadro 3-Bibliotecas da Rede Ilha Literária

Coroadinho	Cidade Operária
Biblioteca Semente Literária	Biblioteca Josué Montello
Biblioteca Monteiro Lobato	Biblioteca Monteiro Lobato
Biblioteca Caminho do Conhecimento	Biblioteca Paulo Freire
Biblioteca Prazer em Ler	Biblioteca Arthur Azevedo
Biblioteca Wilson Marques	Biblioteca Portal da Sabedoria
Biblioteca Viajando Pela Alegria do Saber	Biblioteca Cora Coralina
Biblioteca Arco Íris do Saber	Vila Maranhão
Biblioteca o Fantástico Mundo da Leitura	Biblioteca Vale Ler
Biblioteca Mundo do Saber	

Fonte: Diário de Campo, 2022.

As bibliotecas funcionam de segunda a sexta-feira das 8 h às 11h30 e das 14 h às 17 h. Estão abertas ao público em geral e disponibilizando serviços de empréstimo, consulta local, orientação à pesquisa e mediação de leitura ver (Quadro-4).

Quadro 04 – Dados de abrangência da Rede Ilha Literária

ATENDIMENTOS	MEDIAÇÃO DE LEITURA	EMPRÉSTIMOS	ACERVO	QUEM FAZ	ABRANGÊNCIA
16.380 pessoas foram atendidas nas bibliotecas ao longo do ano	1.965, atividades de leitura em grupo que	Foram realizados 15.705 empréstimos de	26.756 livros literários, provenientes de doações e	Contam com 42 pessoas entre voluntários e	Atuam em toda região metropolitana de São Luís com 16

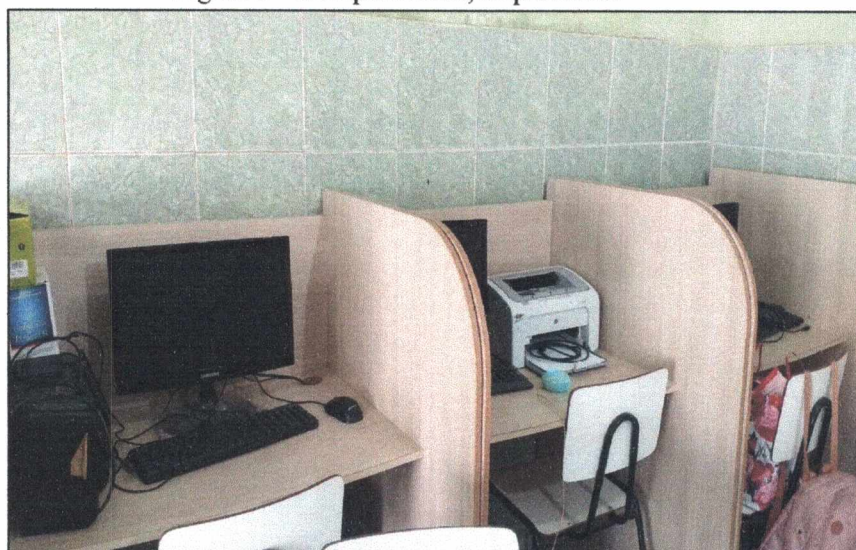
de 2019.	em geral acontecem no contraturno escolar ocupando e educando as crianças.	livros literários.	projetos de captação de recursos para a compra dos mesmos.	assistidos pelo projeto diretamente ligados a Rede Ilha Literária.	bibliotecas fixas em 11 bairros e divididas em dois polos: Coroadinho e Cidade Operária.
----------	--	--------------------	--	--	--

Fonte: Portfólio da Rede Ilha Literária (2019).

1.3. Estrutura Físicas e Constituição do Acervo

As bibliotecas da Ilha Literária possuem um acervo de mais de 30 mil títulos, provenientes de doações e de compra através de projetos de captação de recursos. Seu acervo é composto em sua maioria por livros de literatura nacional e internacional, literatura infanto-juvenil e adulta. Além de gibis, periódicos como revistas e jornais, obras de referências como (dicionários, enciclopédias e atlas). O acervo está catalogado. Os serviços de empréstimo, reserva e devolução são automatizados. As bibliotecas utilizam um software biblioteca fácil. E também disponibilizam computadores com internet e impressoras para pesquisas.

Figura 2 - Computadores, impressoras



Fonte: Diário de Campo, 2022.

As bibliotecas estão inseridas em salas cedidas e alugadas. Possuem espaços bem arejados, mobiliário, iluminação, paredes, pufes e tapetes coloridos, com água encanada, banheiros, mesas, cadeiras e estantes em bons estados.

Figura 3 - Acervo da Biblioteca

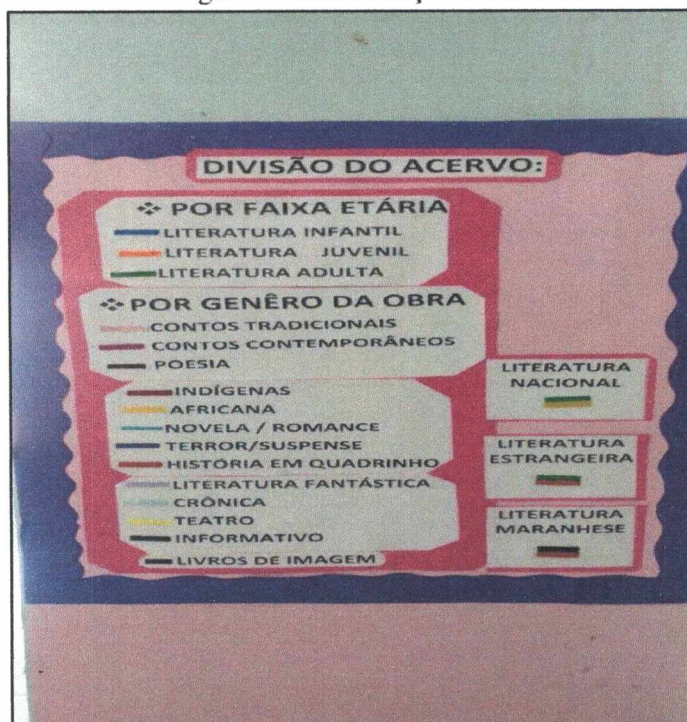


Fonte: Diário de Campo, 2022.

As bibliotecas possuem livros de registro, carimbos, fichas de catalogação dos livros, fichas de registro para os usuários, fichas de empréstimos, classificação do acervo por cores. A classificação do acervo por cores é uma orientação do programa e adotada pela rede Ilha Literária. É uma forma de classificação idealizada por umas das consultoras do Prazer em Ler, a Cida Fernandez². Nas lombadas são colocadas duas fitas de cetim coloridas: a primeira identifica o tipo de público (infantil, juvenil e adulto) e a segunda o gênero literário. Em seguida, a marcação com caneta indica as iniciais do autor e do título do livro. Conforme Figuras –3, 4 e 5.

2 Responsável pelo Programa Direito à Leitura, do Centro de Cultura Luiz Freire, é formada em Biblioteconomia pela Universidade Federal de Pernambuco. Consultora do Programa Prazer em Ler (PPL) desde 2006. Entre 2013 e 2015, coordenou o projeto Mais Bibliotecas Públicas, pelo Centro de Desenvolvimento e Cidadania (CDC), apoiado por edital público do SBNP/MinC. Desenvolveu o Sistema de Classificação por Cores para a Literatura de Ficção e Poesia que hoje é utilizado por bibliotecas comunitárias e escolares em vários territórios do país.

Figura 4 - Classificação do Acervo



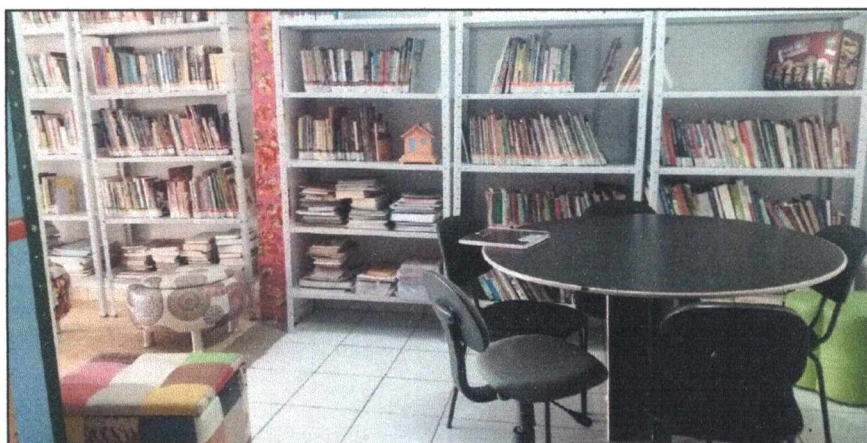
Fonte: Diário de Campo, 2022.

Para a M2:

Essa forma facilita a organização e nos dá autonomia para classificar e organizar o acervo, sem ficar esperando por ninguém. Isso facilita para todos, o público em geral se identifica e muitas vezes as próprias crianças já pegam o livro que querem nas estantes sem precisarem de ajuda, quando terminam eles mesmo guardam. Isso já contribui para manter as estantes sempre organizadas. Já que é mais fácil organizar. Nós mesmo, as mediadoras fazemos a catalogação dos livros e quando necessário somos auxiliadas pelas bibliotecárias.

A Ilha Literária possui duas bibliotecárias no seu quadro de funcionários, uma bibliotecária responsável por um polo. Durante a semana as bibliotecárias fazem visitas a uma biblioteca do polo. Sendo que nesse dia a biblioteca que recebe a visita não abre ao público. As bibliotecárias desenvolvem uma gestão técnica, auxiliando as mediadoras com a organização do acervo, orientando as mediações de leitura, auxiliando nas intermediações de palestrantes, escritores e convidados nas atividades da Rede. Embora todos participem, as bibliotecárias são responsáveis pela aquisição e organização do acervo.

Figura 5 -Estantes organizadas



Fonte: Diário de Campo, 2022.

1.4. Gestão e Recursos

A Rede é administrada através da gestão democrática que funciona com uma proposta compartilhada de gestão, utilizando os princípios de espaço coletivo onde todos os envolvidos opinam e decidem, assim são deliberados em reuniões o planejamento, monitoramento e avaliação da rede, as despesas e o compartilhamento de verbas, equipamentos e livros. Ou seja, a administração da Rede Ilha Literária é feita através de conselho deliberativo, seguindo o modelo de gestão compartilhada.

Todos os funcionários são remunerados por meio de dotação orçamentária, prevista nos projetos de captação de recursos, exceto os gestores por se tratar de cargo voluntário. A Rede possui 21 funcionários remunerados, entre eles 17 mediadoras de leitura, 2 bibliotecárias, 1 contador e 1 comunicador.

Além do financiamento do Programa Prazer em Ler, para conseguir mobilizar recursos a Rede fica constantemente acompanhando os editais públicos e privados, nos quais são elaborados projetos onde uma das bibliotecas assume o papel de proponente, sendo ela a responsável pelas demais. Todas as instituições participantes recebem recursos para implementar projetos de leitura. A rede possui quatro modalidades de apoio conforme o quadro abaixo:

Quadro 5-Modalidades de apoio da Rede Ilha Literária

Patrocínio Incentivado	Ementa	Associação	Doação avulsa
------------------------	--------	------------	---------------

Modalidade de apoio baseada nas leis de incentivo fiscal entre parcerias sociais público-privadas e relações de doação entre iniciativas privadas do segundo para terceiro setor.	Modalidade de apoio público privada de destinação de incentivo previsto em lei de destinação orçamentária para instituições do terceiro setor que prestem serviço social.	Modalidade de apoio baseada na associação do doador ao projeto com contribuição mensal, estreitando relações comunitárias e auxiliando na manutenção das atividades básicas do projeto. Podendo, ou não, ser incentivada por abatimentos fiscais em imposto de renda.	Modalidade de apoio pontual, podendo ser realizada com recursos de toda ordem (financeiro, material, humano). Há também a possibilidade de abatimento fiscal.
---	---	---	---

Fonte: Ilha Literária, 2021.

A Rede Ilha Literária atua de forma local e nacional por meio da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RNBC), composta por 115 bibliotecas distribuídas em 11 Redes por quatro regiões do país/ Norte, Nordeste Sul e Sudeste e em nove estados: Pará, Maranhão, Ceará, Pernambuco, Bahia, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul.

A RNBC, surge em março de 2015 com a finalidade de dar amplitude nacional à organização das bibliotecas comunitárias em redes locais. Têm como principal motivação a concepção da leitura como um direito humano e a dimensão da importância das bibliotecas comunitárias para a articulação, integração e garantia desse direito. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021).

É uma iniciativa que teve origem na articulação das redes de Bibliotecas Comunitárias incentivadas pelo Programa Prazer em Ler, ação de apoio e incentivo à leitura criada em 2006 pelo Instituto C&A de desenvolvimento social, que mobilizou espaços de leitura mantidos por organizações sociais e culturais da sociedade civil, em comunidades com vulnerabilidade social, atuando na garantia de direitos básicos. E que hoje conta com a Fundação Itaú Social, que desde 2018 assumiu a continuidade da manutenção e amplitude desse projeto. (ITAÚ SOCIAL, 2021).

Em entrevista para essa pesquisa, a bibliotecária 1 (da biblioteca I) reitera tal concepção quando destaca que: “a nossa Rede (Ilha Literária) acredita que o desenvolvimento social só acontece a partir do acesso à leitura, do acesso à informação. E que a biblioteca comunitária é esse espaço capaz de potencializar essas mudanças tanto individual como coletiva.”

Na concepção da Ilha Literária, o Direito Humano à Leitura é um direito estruturante, que contribui para a garantia de outros direitos.

A G2 (da BC II), diz que:

Acreditamos que a leitura é a chave de mudança por isso a motivação para a criação da Rede vem da vontade de transformar a realidade das Comunidades do Coroadinho e da Cidade Operária, bairros periféricos da cidade de São Luís, considerando um cenário de precariedade dos equipamentos sociais de promoção de educação, cultura, saúde, moradia e saneamento básico. Onde as crianças e adolescentes são de famílias pobres, com lares não leitores, onde não existiam bibliotecas públicas na comunidade. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021).

Para M2 (da BC II):

O desenvolvimento social é consequência da oportunidade de condições. E o acesso à informação, nos proporciona isso. Mas como desenvolver uma sociedade com direitos negados? Nós tivemos que fazer valer os nossos direitos, pois leitura é um direito. Quem se importa com a comunidade? Ninguém se importa. Quando acontece alguma situação de violência aqui, eles noticiam logo generalizando a comunidade violenta, perigosa! Mas quando é coisa boa ninguém fala, nós moradores da periferia somos trabalhadores! E quando o Estado não garante nossos direitos, é necessário que nós cidadãos tomemos a iniciativa para mudar essa realidade. Por isso contamos com a participação de todos, empresas, igrejas, universidades, todos os cidadãos. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021).

É a partir dessa crença que a Rede Ilha Literária tem orientado suas iniciativas, através da mobilização social, do mapeamento de parcerias dentro e fora da comunidade, do acompanhamento constante de editais públicos e privados, estimulando e criando campanhas para doações de livros e principalmente sensibilizando o voluntariado para atuarem em suas bibliotecas.

A mediadora da biblioteca II, junto a bibliotecária 2 afirmaram que a motivação para a criação da Rede é de contribuição social. No site da Rede Ilha literária³ como *slogan* encontramos o seguinte: “E se você pudesse ajudar milhares de pessoas a ter acesso a mais conhecimento, tudo isso somado ao sentimento de contribuição social?”

Podemos perceber que embora a palavra contribuição social possa facilmente ser confundida com a ideia de contribuição social, tributo ou imposto monetário, observa-se que a Rede utiliza essa expressão como sinônimo de responsabilidade social. E isso é evidenciado na fala das mediadoras 3 e 4:

Aqui 80 ou 90 % das mães dessa comunidade, são mães solas e empregadas domésticas, passam o dia inteiro fora de casa. Então como é que essa mãe garante o direito à leitura para essa criança? Não garante. Ela não vai poder comprar o livro, porque a preferência não é o livro, é o alimento. Aí o livro fica para um terceiro plano, e se tiver terceiro plano. A biblioteca comunitária entra para preencher essa lacuna da garantia desse direito. Tanto é que temos aqui a maior parte do acervo é de literatura pura. A criança da comunidade tanto da Cidade Operária como do Coroadinho, tem

3 <https://detalhar.com.br/clientes-sites/rede-literaria/>

direito a um livro de qualidade.

A biblioteca comunitária entra com esse viés. Nós lutamos com a política pública para que possamos permanecer com ela aberta. Porque o estado não vai criar uma biblioteca comunitária, quem cria biblioteca comunitária é a comunidade. Nós temos duas bibliotecas públicas aqui em São Luís, uma municipal e outra estadual, mas é longe. Como uma mãe sem tempo e sem recursos vai pagar duas passagens de ida e duas de volta, para levar uma criança para a biblioteca? Essa não é a prioridade. Mas como cidadãos temos obrigação de fazer algo pela nossa comunidade, não dá para cruzar os braços e fingir que nada está acontecendo, precisamos chamar à responsabilização todos os setores sociais, a sociedade civil, os empresários e principalmente o Estado. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021).

Para a Ilha Literária, a responsabilidade social é um conjunto de práticas, que articulam ações e comportamentos voluntários em favor da sociedade em geral. O sentimento de contribuição social é que tem motivado toda a equipe das bibliotecas, os parceiros e a própria comunidade, pois, esse conjunto de práticas garante a sustentabilidade da Rede. Para ela, responsabilidade social “não é só solidariedade, mas compromisso”.

Para a G1 da BC (I): é o que nos faz seguir em frente e resolver diversos problemas, não só a sustentabilidade das bibliotecas, pois no dia a dia enfrentamos inúmeras demandas simultâneas, como a violência urbana, o desemprego, a fome. Durante a pandemia, nossas bibliotecas estavam fechadas para nossas atividades de leitura, mas estavam abertas para acolher a sociedade. Fizemos uma ação de arrecadação e distribuição de 2100 cestas básicas e 2100 kits de higiene e limpeza onde 650 famílias foram beneficiadas durante 3 meses. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

A atuação da Rede Ilha Literária, assim como a de toda RNBC, é pautada nos princípios de Gestão Compartilhada, Cooperação, Imparcialidade partidária e ideológica, Autonomia, Transparência, Democracia e Respeito à Diversidade, a partir da perspectiva de garantia do Direito Humano à Leitura.

Quadro 6 -Princípios da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias (RBNC).

SUSTENTABILIDADE	RESPEITO	TROCAS	COLABORAÇÃO	DIVERSIDADE
Ter como ponto de partida a garantia de que o Direito Humano à Leitura é um direito estruturante, que contribui para a garantia de outros direitos.	Reconhecer todas as pessoas como indivíduos autônomos, únicos e livres.	Reconhecer que as experiências do(a)outro(a)são tão importantes quanto as minhas.	Reconhecer o processo de construção, feito a muitas mãos, que gera o comprometimento individual com as ações coletivas e está pautado no respeito às diversas identidades.	Acolher as diferenças: etnia, raça/cor, gênero, deficiências, orientação sexual, entre outras.
PLURALIDADE	COMPARTILHAMENTO	SOLIDARIEDADE	ESCUA ATIVA	COMUNICAÇÃO

Entender que a complexidade da sociedade apresenta a multiplicidade de opiniões, de modos de viver, de posicionamentos políticos, de formas de vivenciar a espiritualidade, de se relacionar etc.	Entender que, quanto mais compartilhamos o que sabemos, maior será a oportunidade de ampliar os nossos horizontes a partir da experiência do(a)outro(a), que é uma experiência única.	A relação entre as pessoas deve estar baseada na cooperação mútua, ultrapassando a concorrência, a exploração e as relações hierarquizadas e promovendo um sentimento de partilha entre as pessoas.	Exercitar a escuta acolhedora, procurando entender, compreender e processar a informação internamente, sem julgamento de valor	NÃO VIOLENTA Expressar o que se pensa sem utilizar palavras que humilhem, envergonhem, ameacem, atribuam culpa etc. e construir diálogos a partir do exercício da empatia.
TRANSPARÊNCIA É a base para uma conexão saudável, duradoura, que constitui o sentimento de pertencimento.	HORIZONTALIDADE Constituir convivências horizontais, respeitando as diferenças e a diversidade, pretendendo a não hierarquização das relações.	COLETIVIDADE Não deve haver receita pronta; os processos devem ser discutidos, pactuados e construídos coletivamente.	RECONHECIMENTO Conscientizar-se de que viver em grupo faz parte do desenvolvimento humano e nos movimenta, no sentido de estabelecer as articulações com pessoas que tenham objetivos comuns aos nossos. Quanto mais pessoas se reconhecem nas nossas lutas, mais fortalecidas/os estamos.	

Fonte: (Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias) 2021.

Baseadas nesses princípios, a Ilha Literária dispõe de fundamentos estratégicos, apresentados no quadro a seguir:

Quadro 7-Fundamentos estratégicos da Rede Ilha Literária

Missão: Garantir o Direito Humano à Leitura e à Literatura, promovendo ações de democratização, contribuindo para a formação de comunidades leitoras na Cidade de São Luís/MA.
Visão: Ser referência local e nacional no desenvolvimento de ações de incentivo à leitura e democratização do acesso ao livro, contribuindo para a formação de uma nação leitora.
Objetivo geral: Garantir acesso à biblioteca, ao livro e a democratização da leitura. Formando leitores capazes de exercer plena cidadania para a construção do bem viver.
Objetivos Específicos — Integrar as bibliotecas comunitárias do território maranhense; — Fortalecer e dar visibilidade às ações do livro, leitura e literatura promovidas pelas bibliotecas

comunitárias;

— Fomentar a sustentabilidade das bibliotecas comunitárias; contribuir na formação das bibliotecas comunitárias para que desenvolvam o enraizamento comunitário;

— Incidir na criação e efetivação dos planos municipais, estaduais e nacional do livro, leitura, literatura e bibliotecas;

— Fomentar que as bibliotecas dos territórios se articulem em rede;

— Desenvolver uma gestão compartilhada e horizontal.

Os Princípios e Valores da Rede Ilha Literária estão ancorados no: Respeito aos Direitos Humanos; Valorização das diversidades; Respeito aos saberes tradicionais de matrizes africanas e indígenas; Valorização da pluralidade cultural; Protagonismo de todos; Compromisso social; Transparência; Capacidade de escuta e Flexibilidade.

Fonte: Ilha Literária, 2021.

Com a definição dos fundamentos estratégicos, a Rede Ilha Literária firma sua identidade como instituição social que busca, através da democratização de suas ações, garantir o Direito Humano à Leitura e à Literatura, contribuindo para a formação de comunidades leitoras. Logo, pelo que estabelece a missão da Ilha literária, sua concretização resolveria um problema histórico da formação de leitores no Brasil. “O debate em torno das especificidades que envolvem as bibliotecas comunitárias têm conduzido a uma compreensão de que estas se constituem num dispositivo cultural que contribui para o letramento daqueles que a frequentam e para as comunidades em que estão inseridas.” (FERNANDEZ; MACHADO E ROSA, 2018, p.13).

É importante frisar que a Rede Ilha Literária orienta suas ações com base em um processo sistemático de formação, monitoramento e avaliação do Instituto C&A por meio do Projeto Prazer em Ler, que além do apoio financeiro também garante apoio técnico às bibliotecas e essas formações e monitoramento foram continuadas pelo Itaú Social.

A Rede afirma que desde 2006, quando começaram a receber apoio financeiro do Instituto C&A, participam de formações periódicas com os consultores e assessores do programa. E que essas formações foram continuadas pelo Itaú Social quando este assume a direção do Programa Prazer em Ler.

1.5. Itaú Social

O Itaú Social foi criado em 1993 com a missão de desenvolver, implementar e compartilhar tecnologias sociais para contribuir com a melhoria da educação pública brasileira. Visando ser “um polo de desenvolvimento educacional articulador, agregador e produtor de conhecimento, para a consolidação da educação e da proteção de toda criança, adolescente e jovem, como prioridades da sociedade”.(ITAÚ SOCIAL, 2022)

O Itaú Social está alicerçado nos valores da equidade, empatia, colaboração, entusiasmo e transparência. Seus programas estão divididos em dois pilares: O pilar da Formação de profissional da educação, que tem como foco os profissionais das áreas pedagógica e de gestão de redes públicas de educação infantil e de ensino fundamental, onde está inserido o apoio às bibliotecas comunitárias. E o pilar do Fortalecimento da sociedade civil, que apoia organizações da sociedade civil e coletivos que atuam em prol da educação. (ITAÚ SOCIAL, 2022).

1.6. Instituto C&A

O Instituto C&A foi criado em 1991, com o objetivo de “valorizar pessoas e comunidades por meio da promoção de uma educação infantil de qualidade.”(INSTITUTO C&A). No Livro que comemora os 10 anos do programa “Prazer em Ler” que relata toda sua trajetória desde o início em 2006 até seu término em 2016, podemos apreender entre algumas das motivações para implantação do programa, os 15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), e toda rogativa às bases comunitárias para convocar a sociedade, as famílias, os atores sociais, empresas e governo a atuarem em benefício de uma educação de qualidade para crianças e adolescentes, feita pela Conferência Mundial sobre a Educação para Todos de Jomtien. (INSTITUTO C&A, 2016).

Instituto C&A após algumas análises do cenário educacional que apontavam para a necessidade de estabelecer focos mais direcionados para o investimento social privado no campo da educação, lança seu primeiro edital público em (2006-2009) voltado à criação e consolidação de bibliotecas comunitárias e promoção da leitura. Porém, a literatura ainda estava longe das prioridades das organizações. A recomendação era possibilitar que todos pudessem se apropriar da cultura, da ciência e da arte, bem como de práticas de cidadania, de valores e de atitudes para a convivência

humana. Para o Instituto C&A:

Surgiu, então, o primeiro desafio do programa: convencer gestores e educadores de que valia a pena criar algo novo, focado na leitura literária. Pensar essa leitura sem objetivos pedagógicos voltados para a pontuação, a certo e errado. Leitura por experiência, encantamento, prazer, imaginação. Mais do que um trabalho de convencimento, era necessário formar e fortalecer as equipes de cada biblioteca, fazendo com que ficassem claros os objetivos e as estratégias para criar um ambiente propício ao fomento à leitura literária. (INSTITUTO C&A, p.33).

Nesse primeiro momento se deu com a reorganização das bibliotecas, seu espaço e principalmente seu acervo. A proposta era que as bibliotecas se voltassem essencialmente à promoção da leitura de obras literárias. Então assessoradas por equipes do Instituto começaram fazer uma triagem e muitas vezes tiveram que descartar livros em mau estado, seja por estarem em condições inadequadas, com presença de mofo e umidade, seja por mau uso. Foram retirados os livros didáticos e paradidáticos e começou um novo processo de construção desse acervo, agora com obras literárias de qualidade.

A M3 da BC II conta que:

Existe uma biblioteca antes e outra depois do Programa Prazer em Ler, e não falo apenas de estrutura física, o que é notório, mas de como nós aprendemos como profissionais. Esse projeto foi sem dúvidas, essencial para nosso crescimento. Temos formações de tudo. E isso nos dá segurança para fazer o que temos que fazer.

Segundo o Instituto C&A, (2016 p.32) “este talvez tenha sido o maior desafio, transformar a ideia defendida em objeto de interesse e desejo de outros e, baseado nisso, chegar aos projetos e programas desenvolvidos pela Rede”. O interesse do Instituto C&A baseava-se em difundir a prática da responsabilidade social por meio da estratégia de formar gestores com uma visão social para estimular a discussão da sociedade em torno das políticas públicas de leitura, enfatizando a importância da biblioteca em três dimensões: cultural, social e econômica.

Já no segundo edital (2010-2012), o Instituto C&A começou a investir não mais em propostas isoladas, e sim em projetos coletivos, que juntassem cinco ou mais bibliotecas e que foram chamados de pólos de leitura. Pelo fato do instituto já ter tido experiências com atuação de organizações em rede em outro de seus programas, o Redes e Alianças, e a experiência mostrava que esse poderia ser um caminho interessante a seguir, iniciando assim o processo de congregação dessas

bibliotecas.

Para o terceiro ciclo do programa (2013–2015), foi decidido que o Instituto C&A manteria a estrutura de polos, mas não haveria a figura da proponente. Agora as bibliotecas deveriam operar coletivamente, passando a atuar em rede, o que na visão do instituto facilitaria a promoção do direito à leitura nos territórios de atuação de cada rede. (INSTITUTO C&A, 2016).

Com isso, podemos perceber que a formação da Rede Ilha Literária através da junção da Rede Terra das Palmeiras e Rede Leitora Ler pra Valer não foi uma atividade espontânea, e sim uma demanda do Projeto Prazer em Ler. Que por razões óbvias de visibilidade começa a fomentar essa formação em rede, o que serviu de alicerce para a formação da Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias.

Além disso, esse programa é tido como importante por assumir a responsabilidade de ter influenciado a aprovação do Projeto de Lei do Senado nº 212, de 2016, que institucionaliza o Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) por meio da Política Nacional de Leitura e Escrita. O PNLL foi oficialmente instituído pela Portaria Interministerial nº 1.442, de 10 de agosto de 2006, assinada pelos ministérios da Cultura e da Educação. Em setembro de 2011, o PNLL foi regulamentado pelo Decreto nº 7.559, pela presidente Dilma Rousseff.

Nos locais de atuação das Redes fomentadas pelo programa Prazer em Ler existe uma constante demanda pela construção de planos municipais e estaduais voltados ao livro, à leitura, à literatura e às bibliotecas.

Para fortalecer as ações das Redes de Bibliotecas Comunitárias na promoção e incentivo à leitura de forma lúdica e prazerosa e sua mobilização na incidência de políticas públicas, o programa orienta suas ações com base em nove eixos temáticos: Espaço, Acervo, Mediação de Leitura, Gestão Compartilhada, Enraizamento Comunitário, Comunicação, Articulação, Incidência em Políticas Públicas e Mobilização de Recursos. Porém, é importante salientar que todos esses eixos e diretrizes propagadas tanto em âmbito local e nacional são frutos de uma metodologia própria do Programa Prazer em Ler.

1.7. Eixos Formativos e Projetos desenvolvidos pela Ilha Literária

A Formação da Rede Ilha Literária é feita por um suporte técnico presencial e virtual de consultores do Projeto Prazer em Ler para o fortalecimento dos processos de intercâmbio e formação entre as Redes, no âmbito dos seguintes eixos temáticos: Espaço, Acervo, Mediação, Gestão

Compartilhada, Enraizamento Comunitário, Comunicação, Articulação, Incidência Política Pública e Mobilização de Recursos.

A B1 da BC (I), esclarece que:

Em relação a formação técnica todos os atores envolvidos recebem treinamentos sobre organização e dinamização de espaços físicos e acervos das bibliotecas comunitárias, ferramentas digitais, gestão e elaboração de projetos, oficinas de comunicação e temáticas como estudos e práticas sobre mediação de leitura. Além da formação técnica, temos a formação política com toda equipe, abrangendo diversos temas como raça, gênero e diversidade com enfoques numa educação libertária, educação antirracista, e igualitária. (DIÁRIO DE CAMPO, 2021).

Os programas de estratégias do Instituto C&A são divididos em eixos que tem como base sua própria metodologia: “experimentando, aprendendo e transformando”. Essa metodologia divide esses eixos em duas partes: eixos principais voltados para o fortalecimento das bibliotecas comunitárias; eixos estratégicos, voltados para ampliar o alcance do programa.

O primeiro seria o eixo do Espaço, que diz respeito ao espaço físico, seu imóvel, mobiliário, infraestrutura, ambientação. É o local organizado para receber públicos diversos e apresentar diferentes gêneros literários nos seus vários suportes e estimular a interação e convivência desse leitor com outras ideias, histórias e pessoas. Nesse sentido, Honorato et al.(2018, p.43), afirmam que os espaços das bibliotecas comunitárias são: “[...] Territórios que acolhem a todos, promovendo o encontro de crianças, homens e mulheres de todas as idades e etnias, possibilitando ampliação da consciência dos direitos e deveres individuais e sociais, favorecendo uma existência cidadã.”

O segundo eixo é o Acervo, que consiste no estabelecimento de parâmetros e diretrizes para aquisição e desbastamento do acervo, diz-se da política de aquisição do acervo, o processo de compra, doação e descarte de livros.

O eixo Gestão trata-se dos métodos de colaboração, embasados no diálogo, que promova a equidade de participação, e a visão integrada de planejamento, monitoramento e avaliação da aprendizagem.

O eixo Mediação é a ação capaz de orientar e estimular o interesse pela leitura com públicos diversos, planejada para promover o valor da leitura e a cultura leitora na comunidade.

O eixo Articulação é a interlocução com diversos atores da comunidade, da sociedade civil e do poder público para viabilizar a sustentabilidade da rede.

O eixo Incidência Política diz respeito à percepção da necessidade de participação no

cenário político para reivindicar e viabilizar o direito e o acesso ao livro literário e à leitura, bem como o reconhecimento da importância do papel social das bibliotecas comunitárias. Participação na construção do Plano Municipal do Livro e Leitura, no Conselho Municipal do Livro e Leitura e nas Conferências de Cultura com protagonismo.

O eixo Enraizamento comunitário se refere à criação de fortes vínculos com o público leitor e a comunidade, possibilitando que os mesmos participem das ações e das tomadas de decisão nas bibliotecas. Um exemplo são as mediadoras de leitura, que possuem um vínculo afetivo com as bibliotecas que atuam, por serem moradoras da comunidade em que estas bibliotecas estão inseridas e por serem assíduas frequentadoras da mesma.

O eixo mobilização de recursos estabelece parcerias públicas e privadas de forma ampla para mobilizar diversos recursos, sejam recursos financeiros, recursos humanos ou recursos materiais com diferentes instituições. Por exemplo, recursos humanos; através do apoio político e pedagógico dos professores, bibliotecários, artistas, escritores através da articulação com universidades, conselhos de classe; recursos financeiros, através de remuneração de prestação serviços como a disponibilização de oficinas de leitura para festas e eventos científicos; recursos materiais através de doação de livros, cestas básicas, equipamentos eletrônicos computadores, ar-condicionado, televisão, e móveis em geral. Como evidenciado no (Quadro 8) abaixo:

Quadro 8-Eixos e Atividades da Ilha Literária.

Nº	Eixos	Projetos
1	Espaço	Ambientações Literárias, Acampamento
2	Acervo	Formações e Oficinas de: Catalogação e Organização de acervo, Conservação e Preservação de Acervos Bibliográficos, fotografia
3	Mediação de Leitura	Leitura Dramatizada, Cortejo literário; Cantata Literária, Poesia de Porta em Porta, Trupe Literária, Teatro de Bonecos, Bibliocicleta, Sarau Poético, Oficina: O Construir de uma mesma História
4	Gestão Compartilhada	Formações em Gestão de Bibliotecas
5	Enraizamento comunitário	

6	Comunicação	Gerenciamento de Redes Sociais, Comunicação Social
7	Articulação	Sustentabilidade em Rede, Captação de Recursos
8	Incidência em Políticas Públicas	Atuação no Fórum Permanente do Livro e Literatura do Maranhão; Fundo municipal dos direitos das crianças e do adolescente.
9	Mobilização de Recursos	Organização de eventos, rifas, bazar literário, oferta de serviços como oficinas de leitura, contação de histórias.

Fonte: DIÁRIO DE CAMPO, 2022.

As atividades e os projetos da Ilha Literária estão fincadas nesses eixos, os quais seguindo os princípios da gestão compartilhada os agentes se dividem em grupos de trabalhos, os (Gts). Nesses grupos de trabalho são discutidas as atividades e projetos com base nesses eixos. Cada grupo fica responsável por um eixo, então se definem metas com diversas funções para cada um, estabelecendo objetivos e o tempo necessário para sua realização. Depois, os participantes se reúnem para discutir, acompanhar e compartilhar os resultados. O que dá origem ao projeto coletivo, onde todos realizam suas atividades, sem hierarquia.

A G1 da BC(I) afirma que o maior projeto da Rede é garantir o acesso de qualidade aos livros literários por meio das bibliotecas comunitárias e da mediação de leitura, e estes englobam todos os eixos acima. Para isso, atualmente a Rede tem trabalhado em dois projetos: o Projeto Anjos Griots: “guardiões da memória” e o Projeto Drogas, tô fora!

A Rede com a intenção de fortalecer o enraizamento comunitário e formar futuros mediadores, lança o Projeto “Anjos Griots: guardiões da memória”. O projeto tem o intuito de formar pequenos mediadores de leitura para que possam disseminar a leitura nos diversos espaços da comunidade. Partindo do pressuposto de que as crianças, são importantes no processo de salvaguardar as memórias das gerações atuais transmitindo para gerações futuras. Esse projeto foi contemplado em segundo lugar com o prêmio Magno Cruz de Direitos Humanos promovido pelo Governo do Estado do Maranhão. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Projeto Drogas, Tô fora! Visa educar jovens e adolescentes para os reais problemas

oriundos do consumo e abuso do álcool e drogas ilícitas. Esse projeto tem o objetivo de realizar o enfrentamento coletivo de problemas sociais causados pelo uso de drogas lícitas e ilícitas, promovendo um debate amplo, e buscando fazer parcerias com cantores locais para apresentar outras formas de lazer.

1.8 Parceiros da Rede Ilha Literária

A Rede Ilha Literária articula parceria com órgãos públicos e privados com base no princípio de autonomia descrita no quinto parágrafo da sua carta de princípios.

Cada biblioteca comunitária mantém sua autonomia em relação à Ilha Literária e as demais bibliotecas. A Ilha Literária não se subordinará de forma a ferir seus princípios por conta de sujeitos externos. A Ilha Literária prima pela garantia de sua liberdade em sua gerência cultural, pedagógica e financeira, onde cabe à própria rede definir suas decisões sem influências ideológicas partidárias ou qualquer órgão que venha a se tornar parceiro da Ilha Literária.
(DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Entre as parcerias foram citados: Biblioteca Pública Benedito Leite, com a Secretaria Municipal de Educação (SEMED), rádios comunitárias, igrejas, escolas e associações locais, Delegacias dos Bairros, Polícia Cidadã, Agentes de Saúde, Conselho Tutelar, Centro de Referência de Assistência Social (CRAS), Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA), Defensoria Pública do Estado do Maranhão, Ministério Público com apoio técnico de organização e fiscalização Itaú Social, Serviço Social do Comércio (SESC), Editoras, ALCOA-ALUMAR, Livraria Mundo de Sophia, Livraria Saci-Pererê. Conta com a parceria do Canal Futura por meio da Maleta Infância com conjunto de obras temáticas e vídeos entre outros.

1.9 Desenvolvimento e Responsabilidade Social

Com base nos discursos apresentados ao longo da pesquisa, e nos livros: *O Brasil que lê: Bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores* e *Prazer em Ler: Dez anos de fomento da leitura literária*, que serviram como fontes dessa pesquisa. Percebeu-se que a Ilha Literária trabalha os termos “desenvolvimento social” e “responsabilidade social” na superfície. Não existem projetos voltados especificamente para o desenvolvimento social.

Esses conceitos são utilizados pela rede, assim como emancipação social, como um resultado da sua atuação. Em vários relatos os agentes da rede descrevem a garantia do direito à leitura

como fator determinante de emancipação comunitária, desenvolvimento social e individual.

Foi verificado também, através da fala de participantes, que todos os projetos da rede são projetos de vida, de realização pessoal, onde o trabalho desenvolvido é visto como um instrumento de vida para cada pessoa, o que proporciona satisfação:

M 2 da BC (I) Só em saber que eu contribuo com o meu trabalho para a efetiva emancipação dos nossos leitores dá muita felicidade. Hoje colhemos os frutos de muito trabalho. É gratificante pra gente saber que muitos deles estão hoje frequentando universidades públicas, outros formados, empregados e muitos tinham apenas a biblioteca comunitária como fonte de informação. Ficamos muito orgulhosos, é fruto de esforços coletivos de pessoas que se juntam que doam seu tempo para mudar uma realidade. E aos poucos estamos conseguindo.

B 2 da BC (II) Embora ainda falte muito ainda para conseguirmos chegar ao nosso ideal, todos os dias somos agraciados pela evolução das nossas crianças, toda nova mediação traz novidades na evolução delas. E isso traz motivação, faz perceber que todo o trabalho, tempo, investimento tem dado retorno.

As ações da rede centrada no objeto livro literário, acessado pelo espaço biblioteca comunitária, teriam por finalidade a garantia do direito humano à literatura e com isso a promoção do bem-estar social, mesmo que de forma dialética, por meio das mediações, debates e diálogos, resultando na esperança, de seus “interagentes”, de serem bem-sucedidos futuramente.

G1 da BC (I): Garantir o direito à leitura é garantir a emancipação de leitores e futuros leitores, que irão se tornar pessoas e cidadãos melhores, mais esclarecidos e críticos da sua realidade.

B1 da BC (I) Quando a comunidade possui acesso à leitura, ela se transforma. As pessoas precisam de livros para se desenvolverem. Não existe desenvolvimento social sem acesso aos livros.

B2 da BC (II) O conhecimento é a chave da nossa evolução, precisamos de leitura para conhecer, precisamos mostrar para essas crianças e jovens que existe uma realidade além da que eles vivenciam. E só os livros podem proporcionar isso. Por isso lutamos com as políticas públicas para conseguir garantir isso. Para que o jovem da comunidade tenha um livro literário de qualidade.

M3 da BC (II) Só o acesso à leitura garante o desenvolvimento social e intelectual, seja ele individual ou coletivo. É por isso que lutamos. Essa é a nossa missão, e missão das nossas bibliotecas comunitárias. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Os discursos descritos acima, demonstram que a Rede pensa na instituição biblioteca, no objeto livro e na ação leitura como se estes tivessem fins em si mesmo. Colocam o livro literário como centro da discussão sobre democratização do livro e da leitura numa lógica onde garantindo o acesso

(garantindo o direito humano à literatura) os problemas seriam resolvidos.

Porém, colocam em segundo plano o papel dos fatores sociais e políticos da qual a biblioteca, o livro e a leitura fazem parte. Sem considerar as relações históricas desse fenômeno. O que despertam alguns questionamentos sobre o caráter crítico e/ou ideológico presente nesses discursos, bem como quais influências o mercado editorial exerce, qual o lugar dessa leitura literária em um projeto crítico de formação cultural. O acesso em si à informação não garante conhecimento, assim como o simples acesso ao livro também não garante que um leitor será formado, pois o conhecimento não é inato, a herança cultural interfere na forma de aquisição e percepção da realidade.

2 ESTADO, SOCIEDADE CIVIL E A CONFLUÊNCIA DE PROJETOS POLÍTICOS

O objetivo deste capítulo é compreender como se estabelece a relação entre Estado e sociedade civil, com a percepção de que esta se forja no bojo de uma disputa de projetos políticos, na maioria das vezes, contraditórios. Buscou-se compreender qual interesse das organizações civis na questão social, como influenciam as políticas de cunho social e de que forma são influenciadas por instituições financeiras internacionais. Saliento que toda essa discussão está intrínseca à prática da Rede Ilha Literária.

2.1 Projetos Políticos em disputa

As primeiras teorias sobre o Estado moderno surge do debate feito pelos contratualistas que defendiam uma possível forma de contrato, entre homens que viveriam, supostamente, em estado de natureza, e que estivessem em constantes ameaças como para Hobbes que defendia que “o, homem é o lobo do homem”, ou pacífico como para Locke “onde não há lei, não há liberdade” e para Rousseau “o homem nasce bom a sociedade o corrompe”. (MELLO, 2000, p. 85). Mascaro vai afirmar que a Idade Moderna foi o momento central e decisivo para consolidação do poder político estatal capitalista, o “germe da forma política estatal”. Porém para o autor o estabelecimento de unidades estatais se dá sobre as específicas relações do feudalismo em fragmentação. A forma política em definitivo, que dá identidade ao Estado com instância apartada dos indivíduos e das classes, surgirá com as revoluções burguesas”. (MASCARO, 2013, p.57).

Dessa forma, o Estado resulta de um longo processo de consolidação de ideias e de concepções sobre o mundo por parte de distintas correntes filosóficas, na economia, no direito, na ciência política e etc. Os liberais defendem o estado mínimo e rejeitam qualquer intervencionismo estatal, defendendo uma organização da economia em linhas individualistas. Assim, eles defendem a limitação do Estado como única forma de garantir a liberdade individual, os direitos individuais, e a proteção à propriedade privada e ao livre comércio. Ou seja, para eles o capitalismo é o sistema mais perfeito de organização econômica e social.

O liberalismo é uma corrente filosófica da economia política que começa a ter suas bases teóricas delimitadas pelo John Locke a partir da sua obra “*Dois tratados do governo civil*”, publicada no final do século XVII. Que defendia que a propriedade tanto de bens quanto de meios de produção poderia se justificar pela honra do trabalho. Para Smith o Estado deveria interferir o mínimo possível na economia, pois esta deveria ficar totalmente regulada por si mesma. Para ele, haveria uma espécie

de “mão invisível” do mercado econômico que se autorregularia sem necessitar de qualquer interferência externa.

Para Polany (2000), deixar o mercado solto sem maiores impedimentos ou regulações como defendem os liberais, era excitá-lo a ser um “moinho satânico”, como ele preferiu, destruindo todas as relações sociais. Usa dessa analogia de um “moinho satânico” para anunciar como a dinâmica do capitalismo industrial transformou a terra (a natureza), o dinheiro e o trabalho (o homem), em mercadorias. E que se o mercado não fosse autorregulado aconteceria uma “catastrófica desarticulação nas vidas das pessoas comuns”.

Locke (2016) defende a propriedade privada como direito natural e inviolável. Dessa forma o governo não poderia se dispor arbitrariamente da propriedade e dos seus súditos. Para o ideário liberal, a liberdade, o indivíduo e a igualdade são conceitos basilares. De acordo com Wellfor (2001, p.84) “[...] Locke sustenta a tese que nem a tradição, nem a força, apenas o consentimento expresso dos governados é a única fonte do poder político legítimo”.

O Estado mínimo surge da finalidade de separar Estado e sociedade, diferenciando o público do privado, e limitando a interferência do estado nas coisas privadas. Portanto o poder estatal deveria ser instituído no consentimento dos cidadãos, que teriam os direitos individuais garantidos, tais como liberdade de pensamento, liberdade de expressão e liberdade religiosa.(MARMELSTEIN, 2011). Desse modo o liberalismo defendia a garantia dos direitos individuais (civis e humanos), tolerância política e religiosa, o livre mercado etc. Essas ideias se popularizam e se espalham pela Europa nos séculos XVII e XVIII. Traduzindo-se na defesa da liberdade de todos os cidadãos.

Porém o que se terá não é a liberdade de todos como propagava, e sim de uma parcela da sociedade, no caso a burguesia. Que quer expandir seus negócios, produzir e lucrar mais e precisa se ver livre do jugo dos reis absolutistas para poder decidir para quem e por quanto comercializar. Essa burguesia começa a acumular, fazer riquezas e ver nesse sistema econômico e político uma forma de garantir a permanente manutenção do direito à propriedade privada. Essa portanto seria a primeira fase da acumulação primitiva do capital.

Marx e Engels (2013) evidenciam como verdadeiramente se deu o processo de acumulação entre os séculos XV e XVII em um cenário europeu, especificamente na Inglaterra por essa ter sido o berço da revolução capitalista. Sua análise da acumulação primitiva, tem como principal motivação expor criticamente os fatores que proporcionaram o aparecimento de um novo modo de produção, o capitalista. Onde vamos encontrar o seguinte esclarecimento de que a acumulação do capital pressupõe

o mais valor, à produção capitalista, e esta, por sua vez, a existência de massas relativamente grandes de capital e de força de trabalho nas mãos de produtores de mercadorias.

Assim seguem convencendo que, a acumulação primitiva, não apenas antecede a acumulação capitalista, como é o ponto de partida da produção capitalista. Eles atestam que a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal, e denuncia toda uma dinâmica que obriga o trabalhador a oferecer sua força de trabalho como única opção ao capitalista que descansa na exploração do trabalho alheio, pois desse trabalhador são retirados todas as possibilidades e a ele é ofertada uma falsa apropriação do seu trabalho, atribuindo-lhe também uma falsa independência, em um processo que transforma em capital os meios de produção e os meios sociais de subsistência.

Para Marx, a chamada acumulação primitiva é resultado de um intenso e complexo processo histórico, que dicotomiza o produtor e o meio de produção. Nessa tese são expostos conteúdos elementares que apontam a relação entre propriedade privada dos meios de produção, força de trabalho e mais-valia, considerando a luta de classes entre proprietários dos meios de produção (burgueses capitalistas) e os que somente têm a força de trabalho para vender (proletários).

Assim sendo, é essencial entender o Estado como um engendramento de diferentes concepções, uma disputa entre projetos antagônicos e entre classes sociais. Em oposição ao Estado liberal, imparcial e neutro, Marx e Engels vão afirmar que existe uma natureza classista do Estado. Seguindo esse princípio Kowarick (1985, p.7) expõe que: “[...] o Estado capitalista é obviamente um Estado burguês, que expressa os interesses das classes hegemônicas, e o mais importante é que expressa a dominação dos interesses de classe contraditoriamente.” (KOWARICK, 1985, p. 7). Na mesma linha, Montañó (1999) declara:

O Estado é, hoje, capitalista e do capitalismo, e não independe do sistema socioeconômico que o criou. O Estado moderno é, na verdade, uma criação do mesmo projeto instaurador da ordem burguesa, é parte do processo que colocou os proprietários dos meios de produção no controle do poder político-econômico. É, portanto, um instrumento que fundamentalmente, porém não exclusivamente, é criado para garantir a propriedade privada, como fundamento da liberdade individual (burguesa). (MONTAÑO, 1999, p. 48-49).

Harvey (2005) define o Estado capitalista como um modelo concreto intrínseco ao direito e à garantia da propriedade privada, do livre mercado e do livre comércio. Ao Estado por meio de toda sua estrutura institucional, compete criar, manter e garantir a qualidade e a integridade do dinheiro. O

fundamento do Estado e a forma como organiza a economia está fincada na propriedade privada dos meios de produção, na apropriação da riqueza produzida socialmente e na mercantilização da força de trabalho.

Sua essência atende às relações privadas e assegura as estruturas de defesa que garantem o direito à propriedade privada e o funcionamento adequado dos mercados por meio de ajustes e redução dos gastos sociais. Assim, como resultado das políticas neoliberais, Harvey cita a “[...] a desregulação, a privatização e a retirada do Estado de muitas áreas do bem-estar” (HARVEY, 2008, p. 12). Desse modo podemos inferir que o ideário neoliberal de Estado mínimo, vulnerabiliza e precariza o trabalho e o trabalhador e consequentemente intensifica a reprodução e manutenção das desigualdades sociais.

Sobre isso, Saes (1992) referenciando Poulantzas (1986) corrobora afirmando por meio de dois enunciados que “a) o Estado burguês organiza de um modo particular a dominação de classe, e b) o Estado burguês corresponde a relações de produção capitalistas.” (SAES, 1992, p.21). Assim o autor, define o Estado capitalista como uma estrutura jurídico-política composta pelo direito burguês, (estrutura jurídica) e pelo burocratismo, (estrutura política) onde as relações de reprodução capitalistas só são realizáveis por conta dessa estrutura. Estas relações, por sua vez, se apresentam em dois aspectos: a relação de propriedade e de separação entre produtor direto e os meios de produção.

Saes (1992) adverte que somente no capitalismo se verifica a separação entre o produtor direto e os meios de produção. O que difere esse sistema de outros modos de produção anteriores como escravismo e feudalismo que se caracterizavam pela unidade entre ambos. É no capitalismo que “a extorsão do sobretrabalho do produtor direto pelo proprietário dos meios de produção assume a forma de compra e venda da força de trabalho: através do pagamento de um salário ao produtor direto, o proprietário dos meios de produção compra o uso de sua força de trabalho.” (SAES, 1992, p.25).

Marx afirma que a separação do trabalhador, do produto elaborado pela força de seu trabalho, criou a forma de assalariamento dessa forma de produção, já que o trabalhador foi expulso de suas terras onde retirava seu sustento, deixando de ser autônomo e necessitando de um modo para sua sobrevivência, se submetendo a esse novo processo de trabalho.

Somando-se a isto, Saes (1992) chama atenção para como o Estado age ideologicamente, nos fazendo perceber essa troca como proporcional, porém, não existe equivalência nesse processo de compra e venda da força de trabalho. Pelo contrário, é “a extorsão do trabalho do produtor direto, pelo proprietário dos meios de produção”, pois, o salário pago ao produtor direto é inferior ao valor produzido por sua força de trabalho. Desse modo, o Estado por meio de sua estrutura jurídica legítima

essa relação de exploração, por meios de contratos e leis que são formuladas e aplicadas em diversos níveis que garante de maneira permanente os interesses de quem tem o poder econômico, de quem detém a propriedade privada dos meios de produção.

Marx assume uma postura crítica em relação ao Estado burguês, bem como sua concepção histórica acerca das categorias sociais, sobre a universalidade e imparcialidade do Estado em relação aos interesses da sociedade civil burguesa expondo a destruição causada pelo capitalismo. Todos “[...] devem ter condições de viver para poder ‘fazer a história’.” (MARX; ENGELS, 2007, p.21). Portanto, “[...] toda historiografia deve partir dessas bases naturais e de sua transformação pela ação dos homens, no curso da história”. (MARX; ENGELS, 2007, p.10).

Segundo o pensamento marxiano, a essência humana é historicamente determinada pelas relações sociais de produção presente. Fontes (2009) afirma que para Marx “o estado é a forma pela qual os diversos interesses das diferentes classes dominantes que historicamente existiram encontram uma forma de unificação interna e se impõe pelo uso da violência, mas também do convencimento, por meio da ideologia sobre todo o conjunto social”.

O Liberalismo legitima uma ascensão da classe burguesa ao poder, que em consequência disso vai formatar um novo Estado. O Estado burguês com práticas e instituições que a legitimam, fazendo com que seja percebido como natural. Esse cenário liberal vai se estender por todo o século XIX do capital industrial e durante o início do século XX. O Liberalismo foi adotado mundialmente até a quebra da bolsa de valores norte-americana em 1929.

Em um cenário de destruição proveniente das guerras e por não conseguir resolver o problema da miséria, endêmicas ao Estado capitalista, este se torna palco de tensões sociais agudas que lhe exigirão a busca de estratégias de superação. Chegando-se ao século XX com outra referência de regulação estatal, qual seja: “Um modelo de Estado que, transformando-se gradativamente, ampliou suas relações com a sociedade, mediante um intenso processo de socialização da política ancorado no sufrágio universal, no surgimento dos partidos e sindicatos de massa [...]”. (SIMIONATTO, 2004, p. 20).

O Liberalismo começa a ser questionado e criticado e por esse motivo o Estado começa a intervir na economia. Surgindo assim, um período de bem-estar social no Welfare State. Este período vai ficar marcado pelo keynesianismo. Uma outra corrente filosófica de economia política que defendia o Estado máximo, o estabelecimento de empresas estatais, regulação do mercado, funcionalismo público e direitos trabalhistas. Para isso, muito dinheiro do Estado será investido na economia e em

material humano e na reformulação do princípio do Estado Mínimo. A partir de então o capitalismo adota uma nova orientação, a de revisar o papel do Estado na economia, considerando necessário aliar a eficiência econômica à liberdade individual, com especial atenção à justiça social. O Estado passa a interferir de modo direto na economia, com objetivo de assegurar a regulação econômica. (HOBSBAWN, 2002).

Fonseca (2010) argumenta que a ideia do aumento desses gastos públicos, com a implantação do keynesianismo, resultava na verdade de certas incapacidades práticas. Em outros termos, no contexto de uma prolongada depressão econômica, não faria sentido esperar que os investimentos e consumos privados se elevassem; e seria inútil recorrer ao comércio externo. “A ampliação da agenda do governo não se devia a uma opção política ou doutrinária, muito menos apreciação pelo intervencionismo ou pelo socialismo: consistia na única alternativa possível. Os conservadores teriam que engolir este remédio amargo” (FONSECA, 2010, p. 440).

Com a pretensão de se opor a este Estado protecionista e de bem-estar social e em meio a um cenário devastado por guerras e como resposta aos problemas provenientes do liberalismo e da sua histórica derrota frente ao socialismo, o neoliberalismo surge como um novo modelo de política institucional, propondo novas respostas a estes problemas. Porém, como apontam diversos autores, é apenas uma nova face radicalizada do capitalismo. (FONTES, 2010; DAGNINO, 2013; MONTAÑO).

2.2 Política neoliberal e a reconfiguração da questão social

O conceito de neoliberalismo e como ele estaria se engendrando nas estruturas sociais, políticas e principalmente econômicas, apresentam tensões importantes a serem percorridas. Sem dúvida existem inúmeras definições de neoliberalismo que ultrapassam sua categorização como mera atualização do liberalismo tradicional. Porém, é importante situar que as contradições inerentes ao capitalismo, em um determinado momento histórico, originarão as mudanças no regime de acumulação e no modo de regulação do capitalismo. Em síntese as crises do capitalismo levam a novas formas de organização da produção e por consequência a novas formas de exploração do trabalho. (HIRSCH, 2007; HARVEY, 2004; DARDOT e LAVAL, 2016).

Três importantes eventos marcam a implantação do Neoliberalismo no mundo: o Colóquio de Walter Lippmann-1938, a Sociedade Mont Pèlerin-1947 e o Consenso de Washington-1989. Em agosto de 1938, um grupo de intelectuais se reuniu em Paris, no chamado Colóquio Walter Lippmann, propondo a tarefa histórica de construir um novo liberalismo. Entre os membros do colóquio figuravam

influentes personalidades, como Wilhelm Röpke e Alexander Rustow; Ludwig von Mises e Friedrich Hayek.

Neoliberalismo é um sistema econômico e político que começa se consolidar entre o final do século XIX e início do século XX com base em teorias que vinham sendo endossadas por intelectuais, empresários e acadêmicos bem anteriormente, como os economistas Ludwig von Mises e Friedrich Hayek. A teoria neoliberal pode ser considerada como uma reação aos intervencionismos estatais aos arranjos sociais iniciadas após a crise de 1929 que foi consolidada após a Segunda Guerra Mundial. Portanto, o Neoliberalismo surge para contestar a teoria keynesiana de bem-estar social e sugerem uma outra perspectiva econômica que fundamentam a essencialidade do livre mercado na economia. Foi no ‘Colóquio Walter Lippmann’ em 1938, que o termo neoliberalismo foi adotado oficialmente por um grupo de pensadores, sendo determinante para a efetivação do neoliberalismo no campo intelectual e político no pós-guerra. (DARDOT; LAVAL, 2016a).

Em 1947 nasce com a reunião de um grupo de 36 acadêmicos liberais na Suíça, uma organização liberal denominada Sociedade Mont Pèlerin, que tinha como finalidade rechaçar o intervencionismo estatal, em especial o keynesianismo. Um outro fato importante que marca a implantação do neoliberalismo, é a escola de Chicago, que vai propor o Consenso de Washington em 1989, um evento que tratou de legitimar as políticas neoliberais recomendadas por diferentes agências internacionais, sustentado pelo governo norte-americano e seus organismos financeiros internacionais, dentre eles, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional (FMI). (HARVEY, 2011).

O Consenso de Washington reorientava os gastos públicos, a desregulação do estado na economia, a proteção da propriedade privada dos meios de produção, orientava a privatização de empresas estatais, e indicava retirada de proteções ao capital estrangeiro de investimentos alegando a incapacidade dos países latinos de resolver seus problemas político-econômicos e principalmente relacionados ao pagamento da dívida externa que só aumentava. Portanto o Consenso consistia em estender a dominação dos países centrais sobre os países periféricos e de renovar a dependência das antigas colônias com as antigas metrópoles. (BEHRING, 2003; BEHRING; BOSCHETTI, 2006). Essas reformas neoliberais, visavam transferir os serviços sociais para o mercado, com a finalidade de diminuir a intervenção Estatal, e sintetizar seus investimentos na área das políticas sociais, colocando dessa forma o interesse econômico acima da segurança social.

Hofling (2001) compreende que a racionalidade neoliberal de Estado e sociedade resgata a noção do liberalismo, mas não se confunde com ele. O autor aponta que no ideário neoliberal a figura

do Estado forte e imparcial são características primordiais desse sistema, e principais motivos de ruptura com o liberalismo tradicional. Assim, a ascensão do neoliberalismo está ligada ao advento do regime de acumulação pós fordista e ao modo de regulação que resulta em novas formas de intervenção estatal na reorientação ideológica que aprofunda o individualismo, na decomposição dos laços sociais, mas não só isso, o neoliberalismo reorganiza e reconfigura conceitos como indivíduo, liberdade e igualdade submetendo-os a uma espécie de generalização da forma mercantil, assim como faz com tudo, e todos os âmbitos da vida. (DARDOT e LAVAL, 2016b).

O berço teórico do Neoliberalismo foi pioneiramente sedimentado por seus próprios defensores, dos quais destacam-se dentre outros, os economistas da escola austríaca: Carl Menger, Friedrik Hayek e Von Mises. O neoliberalismo é um nome dado a um conjunto de teorias sociais que fundamentam a essencialidade do chamado livre mercado. Para os neoliberais o livre mercado não é um dado natural é uma construção política cultural ou jurídica. (DARDOT e LAVAL, 2016b).

O ideário neoliberal parte do diagnóstico de culpabilizar o Estado pela crise, pois gastou demais em políticas sociais. Ele aponta as instituições públicas como irresponsáveis, devendo repassar suas tarefas e responsabilidades para o setor privado mercantil, tido como parâmetro de qualidade. (PERONI, 2015). Paulo Netto (1995, p. 77) resume a política neoliberal como sendo “[...] uma argumentação teórica que restaura o mercado como instância mediadora societal elementar e insuperável e uma proposição política que repõe o Estado mínimo como única alternativa e forma para a democracia.”

Nessas circunstâncias, o Consenso de Washington dá origem a um processo de radical mudança em termos de concepção ideológica e prática no que se refere ao recrudescimento do bem-estar social quanto à aceitação das estratégias de desenvolvimento sugeridas, especialmente no caso dos países periféricos latino-americanos. Essa perspectiva atravessa os anos 70 e 80 e se exacerba na década de 90. Dessa forma, as décadas de 70, 80 e 90 serão marcadas pelo aumento da desigualdade no mundo, resultante de políticas neoliberais que vão propiciar a uma fração específica da burguesia “aquela ligada ao setor das finanças” em especial do norte do globo, passa a ter maior lucratividade com o neoliberalismo. Em direção contrária nos países em desenvolvimento o que se terá é o alto número de endividamento da população, além de ditaduras militares financiadas pelos Estados Unidos (para que estes países continuassem sendo mercado consumidor de matéria industrializada e exportador de commodities). (HOBSBAWM, 2003).

Com a ascensão de regimes neoliberais primeiramente com o Pinochet, como primeiro

experimento no Chile, Margaret Thatcher na Grã-Bretanha e Ronald Reagan nos Estados Unidos o que teremos é uma classe trabalhadora profundamente afetada pela crise de lucratividade do capitalismo dos últimos anos, o recrudescimento do bem-estar social nos anos 80, 90. E no caso do Chile, trinta anos depois dessas reformas trabalhistas e da previdência, o que veremos é que a tessitura social desabou, não existe saúde pública, ensino público, aposentadoria pública, houve sim um aumento generalizado da miséria. (HARVEY, 2015, p. 31).

No Brasil a adesão das políticas neoliberais coincide com um momento histórico de democratização proclamado pela Constituição Federal de 1988. Onde se tem depois de um longo período de ditadura militar a eleição direta de um Presidente da República. No entanto, o mandato de Collor de Mello foi interrompido por um processo de impeachment concluído em 1992, sob acusação de corrupção. Deixando como legado a implantação de políticas neoliberais como a abertura comercial, especialmente na redução e privatização de empresas estatais. Para isso, realizou-se intenso discurso de combate à inflação, “herança dos anos 1970-1980” (MACIEL, 2011).

O projeto de implantação do neoliberalismo no Brasil foi continuado pelo governo Itamar Franco. Contudo, o seu aprofundamento acontece nos dois mandatos do governo do Fernando Henrique Cardoso. Como descrito por Fiori (2003) no Brasil, sob a chancela do Consenso de Washington a gestão Fernando Henrique Cardoso (FHC), abandona o modelo desenvolvimentista com o discurso “o fim da era Vargas” e dedica-se ao projeto de globalização neoliberal atacando diretamente os direitos sociais com a retórica de aumentar a eficiência estatal. Do mesmo modo Cano (2000) acrescenta que para implementar as políticas neoliberais de forma contundente, FHC vai investir na abertura comercial e financeira submetendo a nação ao capital internacional, a flexibilização das leis trabalhistas, ao enxugamento do Estado via privatizações, a demissões voluntárias, etc. E para isso, teve importante apoio da mídia tanto na campanha quanto em seu mandato, onde as críticas eram raras e os aplausos constantes, principalmente nas propagandas que demonstravam o “sucesso” do Plano Real. (CANO, 2000).

Dessa feita, os maiores impactos que os países redutos da política neoliberal sofreram foi na esfera das políticas sociais, com forte diminuição de gastos públicos, um excessivo processo de refilantropização da política social e maior incentivo ao voluntariado. (BEHRING; BOSCHETTI, 2006).

O recrudescimento dos direitos sociais pode ser observado a partir das seguintes implicações:

[...] cortes de programas sociais à população de baixa renda, à diminuição dos benefícios da seguridade social e à criminalização da pobreza com o incentivo às práticas tradicionais de clientelismo, à filantropia social e empresarial, à solidariedade informal e ao assistencialismo, revestidos de práticas alternativas e inovadoras para uma realidade de pobreza e exclusão social.(PIANA, 2009, p. 330)

Embora o modo de produção capitalista possua uma dinâmica própria que produz o aumento do desemprego, da contenção salarial, queda da taxa de lucro, concentração de renda e riqueza, no neoliberalismo teremos uma nova dinâmica do capital financeiro que não necessariamente dialoga com a salubridade da produção industrial mas com o subemprego. Há um deslocamento do modo de acumulação que sai um pouco do eixo produtivo e faz surgir um novo sujeito, uma nova forma de vida, de racionalidade que supera a ideia de reformismo liberal.

Para os autores Dardot e Laval (2010, p.363) o neoliberalismo fez emergir o homem “empreendedor de si” a quem denominaram de “neosujeito”, que está fincado na ideia de onipresença. Onde todas as relações humanas estão submetidas à ideia de iniciativa, inovação, criatividade, desempenho e lucro máximo.

O sujeito produtivo foi a grande criação da era moderna, um sujeito altamente eficaz. Ele é o seu trabalho! O sujeito neoliberal é o seu próprio chefe e empregado ao mesmo tempo; é flexível, faz seu próprio horário, trabalha a qualquer hora, é investidor da bolsa de valores. Com a expansão desse ideário, a primeira estratégia é dispersar a classe trabalhadora que já havia se consolidado devido à pressão e organização da classe em sindicatos.

Os sindicatos no neoliberalismo sofrem ataques diretos de desmobilização e desmoralização. As medidas neoliberais impactam os sistemas de proteção social já fragilizados e colocam os trabalhadores e trabalhadoras sindicalmente organizados em lutas defensivas não por novas conquistas de direitos, e sim pela manutenção de direitos já adquiridos pelos movimentos dos trabalhadores. Essas reivindicações vão de direitos básicos como a luta por salários atrasados e por respeito a uma jornada de trabalho máxima, até mobilizações mais amplas como a informalidade ou ausência de contrato de trabalho. (MARCELINO E CARRERA, 2020).

Dagnino e Simionato (2004) apontam as desastrosas consequências do projeto neoliberal de livre mercado (a mínima intervenção do Estado na economia), a livre negociação de patrões e empregados, como as flexibilizações das leis trabalhistas, privatizações de serviços públicos e empresas estatais, terceirizações, como principais causas dos baixos salários, do aumento das desigualdades sociais, da exclusão e da violência urbana. Prosseguindo na mesma linha, Marcelino e Carrera (2020)

ênfatizam que:

Essa violência nos permite apontar uma característica do neoliberalismo que excede em muito o escopo da atividade econômica para abranger toda a vida. Em grande medida, ele constrói seu poder sobre o terror: o medo do crime (constituído em grande parte como resultado dos processos de repulsa da população dos espaços sociais que ocupava, somados ao empoderamento do crime organizado vinculado ao capital financeiro), o medo de estar desempregado, o medo da inflação e a consequente perda do poder de compra dos salários, o medo da repressão do protesto (MARCELINO; CARRERA, 2020, p.04).

Jinkings (2007), em sua tese *Sob o domínio do medo: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo* expõe que a classe subalterna é a principal classe a ser atingida por esse medo social da criminalidade. Uma política de extermínio direto que tem a pobreza como alvo e conta com a conivência das elites. São os indivíduos pobres e em sua maioria negros, moradores das comunidades pobres as maiores vítimas de crimes violentos. Diferentemente das classes abastadas que buscam não só legitimar a crescente repressão à pobreza, como fazem pressão social por aumento de níveis de penalização. Existe uma “polícia do extermínio”, cuja ação apresenta altos níveis de letalidade contra comunidades pobres, permanece, não obstante, impune. Na maioria dos casos, inclusive, estes policiais matadores são premiados e elogiados publicamente”. (JINKINGS, 2007, p.5).

Nessa concepção, é o mercado que determina o espaço legítimo do Estado e só concebe sua intervenção em face de extremos. Por isso, Dardot e Laval (2016b, p.2) vão afirmar que: “é perfeitamente inepto pensar essa transformação nos termos convencionais como se viesse para limitar a intervenção governamental: ela não vem para limitá-la, mas, em certo sentido, vem para estendê-la, ou melhor, vem para transformar o Estado e para expandir a lógica do mercado.” Em suma, é o Estado máximo para o capital e mínimo para a população. Montano (2002) assegura que de forma prática e ideológica o neoliberalismo age para transferir as questões sociais para a sociedade civil e mercado. Para que assim o Estado esteja livre para gestar os negócios do Capital.

Os ajustes político, econômico, social e cultural de cunho neoliberal, advindos do Consenso de Washington acatados por diversos países latino-americanos –inclusive pelo Brasil, ao longo da década de 1990 – refletem as profundas transformações atreladas ao novo rompante de universalização do capitalismo. O ideário neoliberal de Estado mínimo por intermédio de projetos e leis aprovados pelo Legislativo e sancionados pelo Executivo, tem feito ajustes e redução dos gastos sociais que incidem em novas formas de organização do trabalho, gerando o aumento das tarefas e a redução dos direitos sociais, que resulta na má remuneração, insegurança jurídica, trabalho vulnerável e precarizado.

Tais impactos começam na origem das ideias norteadoras do Consenso de Washington por

parte de sua comissão organizadora – uma comissão eminentemente formada por organismos e agências defensoras dos interesses hegemônicos do capital que desejavam os ajustes econômicos por meio das reformas, incluindo a reforma do Estado, e essa reforçando ainda mais um já poderoso privatismo como a orientação dominante no conjunto das relações sociais.

O Consenso de Washington teve grande impacto nos programas sociais por suscitar o Estado mínimo mediante cortes de gastos. As ideias neoliberais do Consenso de Washington alinharam e redirecionaram as ações das agências da ONU direcionadas à educação. A defesa era da propagação do ensino básico em detrimento aos demais. Onde os gastos com outros níveis de educação deveriam ser direcionados ao ensino básico, ficando seu financiamento direcionado à iniciativa privada.

Em meio às inúmeras mudanças do cenário social, onde o Estado começa a ser pressionado por sua ineficiência no atendimento às demandas sociais, começa haver um esvaziamento do espaço público; a reivindicação de direitos torna-se simbólica com um número cada vez mais elevado de pessoas; surgem cada vez mais organizações que materializam a insatisfação e a contestação de grupos sociais ditos “excluídos”; a “sociedade civil” começa a se destacar na articulação com a ordem estatal; e a noção de Responsabilidade Social sobressai-se e passa a se expandir cada vez mais por todos os segmentos da sociedade. Como um dos tentáculos da incorporação das políticas neoliberais e resultado do padrão de intervenção defendidos no Consenso de Washington.

As reivindicações dos movimentos sociais do final da década de 80 por melhoria das condições de vida da população através do acesso a direitos como saúde, cultura e educação, compõem o jogo de forças e de interesses que se insere não só na Constituição de 1988, como também nos textos legais que a partir dela são criados. Quando a cultura e educação são firmadas como um direito na Carta Constitucional, desdobra-se o aparecimento de maior interesse de empresas, que começam a criar institutos e fundações atraídos pelas questões sociais a partir da década de 1990. Nesse momento, observa-se uma modificação importante em relação às práticas socioassistenciais desenvolvidas entre os séculos XX e XXI.

Na década de 1990, ocorre uma rearticulação das noções dos direitos sociais, proteção e inclusão social, o que torna habitual as associações, as parcerias entre a esfera pública e a privada. Gerando um contexto de políticas de apoio no campo econômico, social e cultural. Devido ao recuo do Estado em relação à questão social, há um aprofundamento das desigualdades sociais e conseqüentemente um aumento da pobreza, momento crucial para a investida de organizações da sociedade civil no campo da atuação social. Com o objetivo de diminuir essas condições adversas

surtem, na sociedade civil, organizações dispostas a atuarem em diversas ações nos âmbitos da educação, saúde, cultura, meio ambiente, assistência social, defesa de direitos, dentre outros. (MONTAÑO, 2002). Assim como exemplo podemos citar o Instituto C&A, e a Fundação Itaú Social, subsidiários da Rede Ilha Literária que atendendo e investindo no chamado por uma “educação de qualidade para todos” sob os preceitos defendidos pelos organismos internacionais empresariais começam atuar no campo da educação, cultura e desenvolvimento social que sob a ideologia do “voluntariado” e do “empreendedorismo”. (ITAÚ SOCIAL, 2022; INSTITUTO C&A, 2016).

Dessa forma, o “neoliberalismo” surge como principal estratégia do capital para segundo (PERONI, 2015), redefinir o papel do Estado, tirando sua responsabilidade ou agindo ideologicamente com o discurso que o estado é incompetente principalmente em relação às políticas sociais, se apresentando com discurso salvacionista como a única alternativa possível e segura como expressão do início de um “processo de reorganização do capital e de seu sistema ideológico e político de dominação” (ANTUNES, 1999, SOUZA, 2016). Dando origem a uma nova forma de organização, que não seria nem a pública ou estatal (primeiro setor), nem privada ou mercadológica (segundo setor), mas, um terceiro setor uma iniciativa privada de utilidade pública que tem origem na sociedade civil.

A compreensão do termo “público não estatal” para Bresser-Pereira e Grau (1999), é a propriedade que não é nem estatal pois, nela não se exerce o poder do Estado e nem privada por se tratar de serviço executado pela sociedade civil e subsidiado com recursos orçamentários estatais na sua execução. Em outras palavras, são “não-estatais” porque não fazem parte do aparato do Estado, seja porque não utilizam servidores públicos ou porque não coincidem com os agentes políticos tradicionais”. Para eles, a expressão “público não estatal” significa organizações ou formas de controle públicas porque estão voltadas ao interesse geral.

Montaño (2002), afirma que o “terceiro setor” assume uma gestão privada da coisa pública e transfere a responsabilidade das obrigações estatais para a sociedade civil. Na concepção do referido autor, “os serviços para pobres, são pobres serviços estatais onde, parte das questões sociais são transferidas para o mercado quando rentável e a outra parte não lucrativa para a sociedade civil ou “terceiro setor”, que vende ou fornece “gratuitamente” os serviços sociais”. (MONTAÑO, 2002, p.).

Na concepção de Dagnino (2004, p.158) “Os alvos dessas políticas não são vistos como cidadãos, com direitos a ter direitos, mas como seres humanos carentes, a serem atendidos pela caridade, pública ou privada”. O que gerou um aumento da filantropia que adquiriram um caráter assistencialista, em que garantir as necessidades básicas de sobrevivência tornou-se a missão de cada

cidadão. Assim, o assistencialismo contribuiu para que a filantropia se tornasse elemento importante para a manutenção da condição do carente. E esta influência foi tão grande que a própria palavra filantropia passou a ter o significado de caridade. Conseqüentemente, desestrutura e desmobiliza a sociedade politicamente, pois a impede de perceber os conflitos e contradições inerentes à luta social da disputa de classes.

Nessas condições, isso leva a população a serviços assistencialistas que não resolvem a estrutura do problema não configura direito garantido e deixa a população mais vulnerabilizada entregue a ações voluntárias baseadas em um discurso, por parte das próprias instituições da sociedade civil, de que exista uma insuficiência de recursos públicos destinados às políticas sociais.(DAGNINO, 2004; MONTAÑO, 2002).

Assim, o sistema capitalista transforma todas as relações sociais, instituições, e indivíduos, em meios para a acumulação e reprodução capitalista, aparelha e instrumentaliza todos os âmbitos da vida social para a acumulação ampliada de capital. “Assim, o ferro deve ser convertido em foice, o trabalhador em assalariado, os serviços sociais em instrumentos de controle e intervenção na vida cotidiana da população, o ensino em meio de treinamento de força de trabalho sem ônus para o capital etc.” (MONTAÑO, 2002 p.5-6).

Desse modo, essa transferência de responsabilidade das obrigações estatais para a sociedade civil é própria de um sistema que se apropria, reduz e fragmenta as políticas sociais, as práticas coletivas e por conseguinte os movimentos sociais. Impossibilitando a construção de uma sociedade democrática e sustentável.

2.3 Sociedade Civil e Movimentos Sociais

Sociedade civil é um tema em disputa e que nos últimos anos têm ganhado destaque em vários setores sociais como as esferas da educação, cultura, espaços públicos e na mídia. Portanto, ao abordar tal tema se torna pertinente fazer uma pequena definição de sociedade civil, sabendo que este conceito é alvo de formulações e definições diferentes, a depender da corrente teórica ou autor/a que o embasa. Sendo assim, compete a este trabalho destacar o que é mais preciso em termos de identificação do real no âmbito da sociedade civil. Em parte, tal ênfase se dá como resposta à realidade sociocultural na qual nos encontramos nas últimas décadas. De acordo com Duriguetto; Souza; Silva (2009, p.14) a sociedade civil:

[...] é o espaço em que as classes organizam e defendem seus interesses (através de associações e organizações, sindicatos, partidos etc.), é a esfera da elaboração e/ou difusão de valores, cultura e ideologias que tornam, ou não, conscientes os conflitos e as contradições sociais. Portanto, é nela em que se confrontam projetos societários, em que se desenvolve a luta pela construção de projetos hegemônicos de classe.

Duriguetto; Souza; Silva (2009) utilizam a noção gramsciana de sociedade civil ao afirmar que é nesse campo que a percepção política e pública da questão social pelos movimentos sociais se fortalece. Diferentemente de Marx, que entende Estado e sociedade civil em distintas dimensões da estrutura social (a sociedade civil seria a estrutura material a partir de onde se erguem as superestruturas de dominação política e ideológica, concentrada no poder de Estado).

Porém, Gramsci entende que a sociedade civil também faz parte da superestrutura. Para ele, é na sociedade civil que as relações sociais de produção e reprodução da vida acontecem, mas é também por meio dela que acontecem as relações ideológicas necessárias à manutenção do sistema. Gramsci amplia a análise marxista acerca do Estado, quando constata que, embora o Estado fosse classista e tivesse um caráter de classe burguês, determinadas demandas das classes subalternas estavam sendo incluídas por ele. (MONTÃO, 1999, p. 50).

Gramsci ao perceber que a natureza do Estado capitalista fora modificada por diferentes acontecimentos econômicos e políticos ao longo do tempo, compreende que o privilégio da força e violência pelo Estado já não era o bastante para manter a ordem social: formas ampliadas de exercício do poder político que transbordam do Estado e incorporam aspectos não apenas jurídicos, mas também intelectuais e morais na formulação e disseminação de um conjunto de valores e normas políticas, sociais e culturais se fazia necessário para se estabelecer o consenso. (COUTINHO, 1996). Entretanto, Coutinho (2011, p.25) aponta para o fato de que: “a ampliação gramsciana da teoria do Estado, é uma ampliação dialética: os elementos novos aduzidos por Gramsci não eliminam o núcleo duro da teoria de Marx e Engels.”

Para Fontes (2010), o debate em torno da relação entre Estado e sociedade civil é resultado de um conjunto estruturado e sistemático de conceitos sobre o homem e a sociedade, ou seja, da teoria social, cuja criação está normalmente relacionada à sociedade industrial que surgiu no Ocidente com a revolução industrial. Desde então, o liberalismo e o marxismo têm competido entre si e disputado espaço e aceitação de intelectuais, políticos e instituições de toda natureza. Sobre isso, a autora afirma que, “na atualidade, tanto o conceito como as próprias entidades da sociedade civil são âmbito de intensas lutas sociais entre uma abordagem (e uma prática) de cunho liberal e uma abordagem (e uma

prática) crítica.” (FONTES, 2009, p.1).

Acanda (2006) defende a sociedade civil como componente essencial da hegemonia. É a sociedade civil que pauta as políticas de Estado. Na mesma direção analítica, Neves (2012) considera que:

Para Gramsci, sociedade civil é o conjunto de organismos designados vulgarmente como ‘privados’ [...] (GRAMSCI, 2001, p. 20) formado pelas organizações responsáveis tanto pela elaboração quanto pela difusão das ideologias, compreendendo assim o sistema escolar, as igrejas, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações profissionais, a organização material da cultura (que se dá pelos jornais, revistas, editoras, meios de comunicação de massa), etc. Em suma, os ditos ‘aparelhos privados de hegemonia’ – organismos sociais coletivos voluntários e relativamente autônomos em face da sociedade política. (GRAMSCI, 2004). Assim, a sociedade civil é considerada uma das esferas principais do Estado visto em seu sentido ampliado [...]. (NEVES, 2012, p. 109).

A forma como as políticas do Estado são formuladas e aplicadas dependem muito da atuação da sociedade civil. Que combatem, apoiam, derrubam, formulam e reformulam essas políticas.

por argumentações subjetivas relacionadas à dinâmica do “mundo da vida”, que em boa medida acabaram por esvaziar a compreensão da sociedade civil como arena de luta política para além das conquistas dos direitos de cidadania. Essa perspectiva aproxima-se das formulações liberais em que a sociedade civil é situada como instância autônoma, espaço de articulação de individualidades, atravessada pela neutralidade de classe. (SIMIONATTO, 2010, p. 38).

Gramsci (1990) conceitua sociedade civil “como a instância onde se busca o consentimento ativo das massas” onde seu significado e sua capacidade de organização constitui-se na contradição de ser resistência à opressão do grupo dominante, quanto espaço onde os grupos dominantes buscam vencer a resistência dos grupos sociais persuadindo-os.

A disputa pela hegemonia se dá no âmbito do que Gramsci chama de sociedade civil – expressão herdada do liberalismo clássico que é reelaborada pelo filósofo italiano, sendo[...] formada por múltiplas organizações sociais de caráter cultural, educativo e religioso, mas também político e, inclusive, econômico. Por seu intermédio, difundem-se a ideologia, o consenso e a direção moral e intelectual do conjunto social. Nela se forma a vontade coletiva, se articula a estrutura material da cultura e se organiza o consentimento e a adesão das classes dominadas (ACANDA, 2006, p.175).

Como descrito por Acanda, essa persuasão é o que Gramsci conceitua de hegemonia. E alerta que: “[...] a habilidade do grupo que detém o poder não reside em tentar impedir as manifestações dessa diversidade, e sim em cooptá-las para seu projeto global de construção da trama social”. (ACANDA, 2006, p.181). Isso não significa dizer que a sociedade civil esteja livre das

contradições, pois esta é parte essencial dela, e nem tampouco, sugere que toda ela tenha sido cooptada aderindo, conscientemente ou não, à hegemonia burguesa; se assim o afirmássemos, estaríamos ignorando a luta de classes e seus antagonismos.

Desse modo, é na sociedade civil o espaço onde as classes se organizam em defesa de seus interesses. A sociedade civil é a esfera da elaboração e difusão de valores, cultura e ideologia. E pode atuar tanto na conscientização das contradições e conflitos sociais como na manutenção e intensificação deles.

Dagnino diz que para se entender a complexidade inerente ao processo democrático é urgente se desmistificar algumas crenças como a de achar que o Estado é a “encarnação do mal” e a sociedade civil é o “polo de virtudes democratizantes”, visto que, essas generalizações limitam o entendimento tanto de Estado como de Sociedade civil impossibilitando uma real participação e democratização. Dessa forma, a autora chama atenção para que se perceba aquilo que está além da dicotomia Estado ou Sociedade civil, mas perceber aquilo que os atravessam. Se esses deslocamentos expressam e configuram uma disputa política, “sua análise pode contribuir para expor os distintos projetos que esses sentidos dissimulam e revelam, contribuindo para desfazer a crise discursiva que o seu ocultamento tem provocado.” (DAGNINO 2004, p.145).

Para Gonh (2011), os movimentos sociais nos anos 1980 tiveram grande protagonismo na luta pela democratização do país. Na luta contra a ditadura militar, e na reivindicação da participação nas elaborações de políticas públicas, pressionavam o Estado por direitos sociais, ocupavam as ruas com greves, passeatas, protestos artísticos e denunciavam a situação precária da população. Havia na cena a luta pelo socialismo e crítica ao capitalismo, a transformação da sociedade era a máxima desses movimentos. A luta por saúde e educação pública de qualidade. A educação popular ganha espaço importante na organização e conscientização dos movimentos.

Os movimentos passaram a produzir uma nova agenda de demandas, e construir uma nova cultura política, modificando as políticas públicas vigentes. Aos poucos foram sendo construídas redes de movimentos sociais temáticos. Conselhos e delegacias das mulheres, racismo, feminismo, meio ambiente, direitos sociais, entre outros. Começaram a ser pautadas do cotidiano na passagem do regime militar para a fase da redemocratização. Para Silva (2013, p.216):

A questão social, latente ou explícita, sempre esteve no centro das lutas sociais travadas no interior da sociedade brasileira. Representação política da questão social constitui-se pelo descontentamento popular expresso nas lutas por reformas sociais, políticas e econômicas que, em conjunturas históricas diversas, adquire sempre uma nova configuração.

Dagnino (2004) evidencia que existe uma confluência marcada pela crise de uma disputa político-cultural e teórica entre dois projetos, um projeto neoliberal e outro projeto democratizante e pelos “deslocamentos de sentido que ela opera em três noções – sociedade civil, participação e cidadania”. Os discursos alternativos são cooptados pelo ideário neoliberal, suscitando uma união que esconde a diversidade dos sentidos em disputa, o que se converte em barreira na construção de práticas realmente democráticas, elementos centrais dentro dos deslocamentos de sentido que ambos os projetos promovem. “A perversidade estaria colocada, desde logo, no fato de que, apontando para direções opostas e até antagônicas, ambos os projetos requerem uma sociedade civil ativa e propositiva”. (DAGNINO, 2004, p.142).

Para ela os espaços públicos são rodeados de disputas entre “[...] projetos políticos num sentido próximo da visão gramsciana, para designar os conjuntos de crenças, interesses, concepções de mundo, representações do que deve ser a vida em sociedade, que orientam a ação política dos diferentes sujeitos.”(DAGNINO, 2004, p.142-144). Os deslocamentos discursivos geram uma mudança em toda forma de pensar e agir de uma sociedade. A mídia, o jornalismo são atores políticos importantes muitas vezes sendo difusores desses deslocamentos e possuem profunda relação com a questão da hegemonia, atuam em favor de um projeto político e isso é evidenciado no silenciamento daquilo que a imprensa promove assim como nos destaques que ela celebra.

O neoliberalismo se apropria e distorce os sentidos e concepções para confundir intencionalmente cidadania, é mais um caso do processo de “deslocamento de significado”. Há um entendimento de cidadania circunscrito à responsabilidade moral privada, com a qual a sociedade é conclamada a engajar-se em trabalhos voluntários e filantrópicos, “que se tornam cada vez mais o hobby favorito da classe média brasileira, quando não mais uma alternativa terapêutica para aflições individuais”. (DAGNINO, 2004, p.157). Um outro conceito que a autora chama atenção é para o de sociedade civil que passa a ser reduzida a concepção de terceiro setor.

Montaño (2014) expõe que o terceiro setor cumpre um papel ideológico que contribui com o desmonte do Estado na área social. Contribui e legitima socialmente o afastamento do Estado. O Terceiro setor tem a função de legitimar a auto-responsabilização do indivíduo, a desresponsabilização social do Estado e a consequente desoneração do capital.

Para Gonh (2012), os movimentos sociais são lutas complexas que têm caráter educativo, pois são produtoras de saberes. Para autora, os movimentos sociais são ações coletivas de caráter

sociopolítico e cultural construída por atores de diferentes classes e camadas sociais com repertório e demandas heterogênea que produzem identidade ao seus participantes e tem como temas centrais as questões dos negros, indígenas, mulheres e podem se apresentar de diversas formas de organização civil: Associações voluntárias, Movimentos sociais, ONGS, Redes Sociais, Conferências Nacionais, Conselhos Gestores, Estruturas Colegiadas, Ouvidorias Públicas. A maioria dos movimentos sociais luta por terra, moradia, comida, dignidade, equipamentos culturais coletivos básicos, necessidades materiais e sociais elementares à sobrevivência, direitos humanos.

Os movimentos sociais são produtores de saber. As experiências adquiridas no processo de viver, sentir as necessidades, formular processo de demanda e lutar por ela, cria um saber que gera uma capacidade de fazer diagnóstico e proposição, isto ao longo de um processo, não um evento isolado. É fundamental que as manifestações culturais procurem e, realmente, alcancem formas de oportunizar a conscientização e criticidade perante a realidade da vida e do mundo, dando robustez às verdadeiras transformações. “O objetivo central dos que lutam contra a sociedade mercantil, a alienação e a intolerância é a emancipação humana” (MÉSZÁROS, 2005, p. 15). Nesse sentido, a inserção de sujeitos políticos em novos espaços de participação popular, deve ser de constante engajamento na luta pela direção das ações na perspectiva da emancipação humana, qualificando esses espaços.

Além disso, a história dessa luta não deixa dúvidas da importância do fortalecimento constantemente em conjunto com as bases populares, num processo compartilhado, através do diálogo reflexivo, da problematização da realidade, da troca de saberes para construção de estratégias que tenham como horizonte uma superação radical das injustiças sociais. Pois “[...] a liberdade de comércio não pode estar acima da liberdade do ser humano”. (FREIRE, 1996, p. 147).

Desse modo, podemos afirmar que a cultura e educação negligente a que têm sido relegadas as massas proletárias, é exatamente o que querem as classes dominantes. Como fuga desse processo de hegemonia só resta, então, a classe trabalhadora pensar e agir na busca da resistência. E resistir através do crescimento intelectual, e das trocas de saberes e experiências onde novos saberes são construídos tornando-se um processo fundamental para a tomada de consciência. Esta é a ideia central em toda obra de Paulo Freire: “se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.” (FREIRE, 2000, p. 67). Freire considera a necessidade da politicidade no processo pedagógico que não se restringe a tecnicidade uma vez que os problemas educacionais são também políticos e sobretudo econômicos. Assim, as lutas sociais, são de extrema importância no processo de denúncia e transformação da realidade perversa que se apresenta. Nos parece acertado afirmar, com base nas

razões já apresentadas, que somente com as tentativas de transformação e rompimento com a cultura e educação hegemônica do colonizador, do espoliador, do dominador é que se conseguirá chegar até o povo, resgatá-lo da opressão servil e da condição subalterna de dominado, de oprimido.

Em seu estudo sobre diferentes tipos de educação, Gadotti (2012), expõe os processos que julga serem complexos e diversos, defende uma educação transformadora, livre de falsas neutralidades, e que capacite a criticidade. Uma educação como a defendida por Paulo Freire, instrumento de politização humana, e não conformada com um sistema social que favorece grupos proprietários em detrimento de outros.

Para Gadotti (2012), a educação popular, social e comunitária são formas emancipatórias de um grupo oprimido, que necessita não apenas de alfabetização mas do entendimento sobre sua realidade e reconhecimento dos diferentes interesses hegemônicos, que os segregam e excluem social e culturalmente. Sendo assim, ressalta a importância do papel educador social para essa transformação, por possuir conhecimento empírico pode agir facilmente como mobilizador social.

Apesar de criticar a pedagogia científica, por sua atuação muitas vezes autoritária e domesticadora, Gadotti não descarta sua importância e até defende que educadores sociais tenham uma educação adequada, afirmando, que não adianta apenas 'boa vontade', são necessárias equipes profissionais de diferentes áreas, com formação em diferentes níveis e saberes específicos, para melhor lidar com a diversidade social.

Pensar a função do acesso à leitura como parte de mudanças estruturais em tempos de mercantilização se constitui em uma tarefa difícil, porém, imprescindível, pois a leitura cumpre um papel importantíssimo em vista de transformações. Percebe-se que decisões que vêm "de cima", muitas vezes, desorganizam e desestimulam aqueles e aquelas que estão engajados(as) na causa das bibliotecas comunitárias. A partir de interesses meramente empresariais e até mesmo a formação de profissionais feita com a finalidade de "maquiar" os números para apresentar ao Fundo Monetário Internacional (FMI).

3 CONTRIBUIÇÕES, LIMITES E POSSIBILIDADES: uma análise da atuação da Rede Ilha Literária

O propósito deste capítulo é identificar, apresentar e analisar os impactos gerados pelas ações da Rede Ilha Literária na vida de seus participantes e das comunidades às quais está inserida.

Rede Ilha Literária se denomina como um movimento social que encara a leitura literária como um desafio. Um desafio que pode ser traduzido pelo compromisso de transformação social a partir da leitura. Para a Ilha Literária o acesso à leitura é um direito humano essencial e que tem como finalidade “reconhecer que aquilo que consideramos indispensável para nós é também indispensável para o próximo.” (CÂNDIDO, 2004, p. 14). É sobre esse prisma, que a Ilha Literária desenvolve suas ações.

3.1 Ilha Literária: Desenvolvimento e emancipação social

As bibliotecas comunitárias, na interpretação da Rede Ilha Literária, têm sido sinônimo de sucesso para as comunidades onde a Rede atua, uma vez que essas proporcionam um quadro de transformação social devido à inserção da leitura na periferia.

M1 da BC(I) Quem mora em um bairro periférico sabe o que é conviver com todo estigma da violência, da criminalidade, mesmo que você abra sua janela e não vivencie isso no dia a dia da maneira como é passado nos jornais. E com toda certeza o que fazemos aqui tem modificado muito o olhar das pessoas em relação a isso. Pois podem ver que as pessoas daqui são trabalhadoras, que estamos lutando por educação. Nossas ações têm sido pauta de várias matérias nos telejornais da mídia local e nacional. E isso influencia positivamente toda a comunidade. Pra ter uma ideia, até os aplicativos de transportes não queriam entrar aqui, e hoje isso tem mudado bastante.

M2 da BC (I) Seja do ponto de vista coletivo ou individual defendemos que a periferia ler e que livro não é coisa de rico. Muitos pensam que na comunidade só tem violência, você abre um jornal pela manhã e as notícias sobre seu bairro são só coisa negativa. Como sabemos que na nossa sociedade não temos igualdade de tratamento em nada, aos pobres resta a luta. Por isso, é imprescindível que além de leis específicas garantindo este modo de ver, estejamos sempre mobilizados e vigilantes. Divulgando nosso trabalho, nossos projetos e nossas bibliotecas. Estamos engajados nesta ação e trabalhando muito para divulgar essa ideia tanto nas redes sociais, como nos telejornais da nossa cidade. É importante conscientizar a sociedade desde a infância que a leitura é um direito de todos e como tal, todos devem ter a possibilidade de exercê-lo. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Nas falas acima, podemos perceber o papel da mídia na construção dessa representação, que de modo tendencioso acaba influenciando na internalização de estigmas capazes de afetar todo o

imaginário social e principalmente daqueles que nem ao menos conhecem estas comunidades. As notícias cotidianamente divulgadas a respeito destes bairros são geralmente notícias sensacionalistas, cujas manchetes dramáticas são difundidas em instantes nas redes sociais, e estão relacionadas justamente a acontecimentos de violência, tráfico de drogas, confrontos com a polícia, crimes que aconteceram na comunidade ou foram causados por algum de seus moradores. Além disso, essas mídias frequentemente enfatizam com bastante frieza os aspectos espaciais resignados pela Rede como comuns, quais sejam: a falta de infraestrutura nos bairros, asfaltos e praças deterioradas, algumas ruas sem rede de esgoto, desprovimento de postos de saúde, coleta de lixo e saneamento básico. Apontamentos esses, que, analisados com base na teoria gramsciana, evidenciam a relação intrínseca entre a mídia e a constituição do senso comum e dos consensos na sociedade.

Para além do que foi exposto, a Rede busca desconstruir outro imaginário muito propagado também, a visão preconceituosa de que o pobre não lê. Este é um ponto importante que vai na contramão dos discursos hegemônicos de que a comunidade leitora em sua maioria é formada pela elite.

Dados da quinta Pesquisa Retratos da Leitura no Brasil 2019-2020 apontam que no Brasil existem 100 milhões de leitores, o que equivale a 52% da população. 68% dos leitores possuem ensino superior, onde 67% são da classe A, 63% da classe B, e 70% possuem renda familiar de mais de 10 salários-mínimos. Embora informem que exista um enorme público consumidor de livros formados pelas classes C, D e E (somando 70 milhões), esse valor é informado em números absolutos e não em forma de porcentagem como no caso dos outros dados. O que acaba gerando confusão e induzindo ao erro.

Coincidentemente ou não, em 2021 a Receita Federal propôs o fim da isenção tributária sobre os livros, com argumento falacioso de que a população mais pobre não lê livros que não sejam livros didáticos. Afirmação essa feita pelo Ministro da Economia Paulo Guedes. Na tentativa de justificar tal ato alegou que a maior parte dos livros seria consumido por famílias com renda superior a 10 salários mínimos. (FOLHA DE SÃO PAULO, 2020).

Este é um exemplo comum que expressa como a hegemonia de uma classe dominante influencia na concepção de mundo das classes subalternas. Pois se introduz no pensamento popular de uma forma sutil, porém, não deixa de ser violenta, já que após adotada pelas massas, interfere em toda a interpretação e ação delas sobre sua própria realidade.

A hegemonia de uma visão de mundo sobre a outra ocorre, segundo Gramsci (2001), de

uma forma em que a ideologia produzida pelo grupo dominante apresenta um caráter destituído da ação do senso crítico. Desse modo, os grupos subalternos passam a aderir a ideologia que a eles é imposta de maneira consensual, já que é realizada por meio dos aparelhos privados de hegemonia, que conduzem os indivíduos a assumirem os ideais propostos de forma voluntária, sem questionar aquilo que lhes é transmitido. Neste sentido, a ideologia do grupo dominante manifesta uma natureza abstrata, assemelhando-se à “fé” religiosa. A esse respeito é importante ressaltar, mesmo que rapidamente, que para que haja anuência das classes a um projeto econômico, social, político e cultural que fortaleça a hegemonia de uma classe, é indispensável a difusão de valores e visões de mundo.

Como discutimos no capítulo anterior, a sociedade civil, em Gramsci (2001) é terreno de disputas de interesses e, ao mesmo tempo, de universalização dos desígnios burgueses, que calculadamente impõem-se por meio do convencimento e das práticas de dominação oriundas dos aparelhos privados de hegemonia que, segundo Fontes (2010), são heterogêneos em sua composição e se apresentam muitas vezes como totalmente destituídos de interesses partidários políticos. Mesmo que se apresentem de um determinado segmento de classe e apartidários, os APHEs, na compreensão da autora, “[...] são formas organizativas que remetem às formas de produção econômica (a infraestrutura) e política (o Estado), embora sua atuação seja eminentemente cultural”. (FONTES, 2010, p. 134).

Desse modo, podemos entender a Pesquisa Retratos da Leitura, que se apresenta como maior e mais completo estudo sobre o comportamento do leitor brasileiro como uma difusora da cultura da classe dominante. Esta pesquisa tem servido para dar organicidade a uma série de iniciativas, projetos e inclusive pautando políticas públicas como bem observou Fabíola Farias em sua tese de doutorado. (FARIAS, 2018). No denso estudo intitulado: *O leitor e a leitura revelados pela Retratos da Leitura no Brasil: uma análise à luz da teoria da semicultura*, foram analisadas as primeiras quatro edições da pesquisa, pois a quinta edição foi publicada posteriormente. Onde a autora enfatiza que:

A lógica quantitativa e de mercado, apoiada por dados da Retratos da Leitura no Brasil, fica evidente em programas públicos, que passam a assumir o compromisso de incrementar o mercado, invertendo os papéis esperados para cada um dos atores. Em vez de fortalecer as bibliotecas, que conseqüentemente demandarão mais acervo bibliográfico, a proposição é de apoio ao mercado editorial (produção, edição, distribuição e comercialização de livros), com “incentivo em bibliotecas públicas”, muito provavelmente para que elas se tornem compradoras, por meio de programas públicos, da produção apoiada. (FARIAS, 2018, p.116).

Assim, faz uma crítica ao enredo criado pela Retratos da Leitura no Brasil que tem se

tornado referência e justificativa para formulação de Políticas Públicas inclusive de metas de Plano Nacional de Cultura. Servindo a interesses puramente econômicos, pois contempla em sua maioria um público que consome determinada quantidade de textos e livros em determinado espaço de tempo, sem priorizar a leitura como prática intelectual, histórica e social. “O que é apresentado como discurso competente, especializado, objetivo e científico é, antes de tudo, a validação de um modelo que promove a indústria cultural, o negócio editorial e, ao fim e ao cabo, a leitura como mercadoria, em detrimento da formação para o desenvolvimento humano”. (FARIAS, 2018, p.128).

Desse modo, a autora aponta que a pesquisa não contempla uma formulação de leitor sob uma perspectiva emancipadora, pois coloca sempre o leitor como consumidor de determinados números de livros, fazendo comparações inclusive com outros países de realidades totalmente distintas do Brasil. O que demonstra que os resultados da Retratos da leitura no Brasil estão alicerçados sob uma ótica mercadológica que tem na organização, na racionalidade e, principalmente, na competitividade o modelo de eficiência.

Nessa perspectiva, a utilização de metas estatisticamente mensuráveis não contempla a formação de leitores fora da lógica produtiva numa perspectiva freiriana de se utilizar da leitura como instrumento de compreensão e de problematização do mundo. No qual seria a perspectiva da Ilha Literária que por meio de várias falas das entrevistadas evidenciaram adequar suas iniciativas baseada em ensinamentos de autores como Paulo Freire e Antônio Cândido, buscando sempre através da leitura e do conhecimento formar pessoas com autonomia para pensar e agir por conta própria.

A Rede garante também ter uma preocupação real com a geração de emprego e renda, com o sustento e a inclusão produtiva da comunidade no mercado de trabalho. Mas afirma não possuir nenhum projeto formal direcionado para isso.

G1 da BC(I): Nossa missão não é qualificar mãos de obra, e sim sujeitos pensantes. Nossos projetos estão pautados em proteger as crianças e os adolescentes, empoderar as mulheres, ocupar nosso território. Aproveitando o tempo livre com atividades culturais, com informações precisas para prevenir abusos sexuais e drogas. Toda a comunidade, principalmente as crianças, jovens e adolescentes não precisam “sair da rua”, pelo contrário devem vivenciá-la. Precisamos ocupar as ruas. Porém, com responsabilidade. Sendo assistidas e guiadas por ideias criativas, brincadeiras, e leituras, passeatas e uma série de outras atividades.

G2 da BC(II): Uma das funções das bibliotecas é o desenvolvimento social. E o desenvolvimento social só existe quando a população tem acesso a direitos sociais. É impossível desenvolver uma comunidade, uma cidade ou um país sem garantir acesso a educação e cultura.

M1 da BC(I): Desenvolvimento social é a garantia de direitos. Garantir que crianças jovens e adultos tenham acesso à escola, biblioteca, espaços culturais e principalmente ao alimento, à moradia. A gente entende que desenvolver socialmente é dar acesso, é garantir que a população tenha informação. É por isso que lutamos pelo direito humano da leitura. Temos cursos de inclusão digital, onde os jovens aprendem a manusear computadores, usar internet, oficinas de design, mas nosso foco mesmo é a formação de leitores.

B1 da BC (I): Desenvolvimento social é transformação. É você mudar uma realidade. E acreditando nessa mudança que o nosso trabalho faz sentido. Nós acreditamos que as pessoas podem ter novas oportunidades através do conhecimento e que a leitura abre portas, às pessoas que têm acesso à informação, conseguem ter uma leitura crítica da vida. Têm melhores oportunidades de emprego. Nós temos jovens que desde criança frequentava nossas bibliotecas e hoje são universitários, possuem empregos melhores. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Percebe-se, portanto, com estes relatos acima que o objetivo da Rede não é formar cidadãos para o mercado de trabalho. Buscando em Freire um paralelo para melhor embasamento da análise, reiteramos que:

A educação libertadora, problematizadora, já não pode ser o ato de depositar, ou de narrar, ou de transferir, ou de transmitir “conhecimentos” e valores aos educandos, meros pacientes, à maneira da educação “bancária”, mas um ato cognoscente. ... O antagonismo entre as duas concepções, uma, a “bancária”, que serve à dominação; outra, a problematizadora, que serve à libertação, toma corpo exatamente aí. Enquanto a primeira, necessariamente, mantém a contradição educador-educando, a segunda realiza a superação (2005, p. 78).

Freire (2005) reflete sobre a importância da educação crítica para a não dissolução do sujeito autônomo. Podemos perceber que na falta de uma consciência crítica, a realidade política, econômica e social e principalmente cultural dominante, determinará o indivíduo em sua essência. Desse modo, esse indivíduo não será capaz de tomar decisões livres e somente reproduzirá os valores e o imaginário de um sistema cultural hegemônico.

De acordo com a Rede Ilha Literária, seus projetos têm como objetivos: possibilitar ação dinamizadora de leitura e contação de história contribuindo para ampliação dos repertórios literários e teóricos do seu público. Propiciando novas experiências e sensações através de ludicidade, de fantasias, aventuras, mas também de consciência da realidade.

B1 da BC(1) Estamos sempre selecionando literaturas afro, indígenas, trazendo autoras

mulheres. Buscar temas e autores progressistas têm sido uma de nossas preocupações. E isso é trabalhado também nas nossas formações internas onde temas sobre raça, racismo estrutural, gênero e diversidade são sempre contemplados.

G1 da BC(I) Nossa ação aqui é política. No sentido de não estarmos de acordo com muita coisa que tem acontecido no nosso país, principalmente nos últimos anos. E estamos resistindo e denunciando o tempo todo. Nos manifestando contra várias opressões sociais. Durante a pandemia nos mobilizamos e incentivamos os adolescentes e jovens que prestariam vestibulares a aderirem a campanha nacional do Adia ENEM. Devido às diversas dificuldades que estes estariam tendo para conseguir acompanhar as aulas online. Muitos sem computadores, sem internet e alguns até mesmo sem comida.

M2 da BC(II) Trabalhamos o debate, a conscientização, a politização da importância da leitura, do contato com o livro mesmo que não se saiba ainda ler. Organizamos a luta dos estudantes em relação a importância de um público jovem popular, humilde, carente, periférico entrar em uma faculdade ou universidade pública.(DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Esses relatos revelam a concepção de um projeto coletivo, na luta por transformar a realidade para além do plano individual. Isto implica transcender a luta para além do âmbito da Ilha Literária. Há, portanto, uma preocupação em não encarar o conhecimento como algo transmissível, mas buscar construir um projeto individual (seja aprender a ler, estudar em uma universidade, criar hábito e prazer pela leitura) conectado ao um projeto coletivo (lutar em prol do direito de todos terem acesso ao livro e a leitura literária) e da superação da exclusão social e elitização desse acesso. E para concretizar tal objetivo a Rede diz que é necessário não somente apontar as dificuldades, mas agir para superá-las e para isso a biblioteca dispõe de várias atividades: Leitura dramatizada, criação de fantoches, criação de mangás e HQ, Fanzine, Lambe-lambe literário, leitura para bebês, Plantas são livros, Criação de Poesias/Cordel, Cortejo Literário.

Em relação a como são pensadas essas atividades, a Ilha Literária cita que existe um planejamento prévio, onde são escolhidos assuntos com a utilização de várias linguagens e formas literárias, propiciando momentos de interação na contação e leitura de diversas narrativas na biblioteca comunitária objetivando oportunizar o desenvolvimento intelectual e social, onde são selecionados temas e autores que conversem com a realidade da comunidade, buscando trazer assuntos atuais e que impactem diretamente nas nossas vidas, e isso é trabalhado de diversas formas através de fóruns, lives, seminários, postagens em redes sociais, caminhadas, escritas criativas e muitas outras formas. Conforme ilustrado nas Figuras: 6, 7 e 8.

A Rede trabalha com a ideia de acervos afirmativos, onde são montados acervos sobre temáticas baseadas na pluralidade de ideias, na diversidade étnica e racial, nas diversidades de gênero e sexualidade.

Figura 6- Indicações de Leitura de autoras negras



Fonte: DIÁRIO DE CAMPO, 2022.

O objetivo dessa ação é proporcionar um contato direto com outras narrativas e aumentar o conhecimento e interesse do público pela literatura sobre a cultura negra e indígena, buscando principalmente literaturas de autoras negras e indígenas. Essas literaturas são trabalhadas por meio de leituras coletivas e discutidas em diversas atividades rodas de conversas, contações de histórias, bate papo com autores. E como extensão disso tudo fazem postagens com curiosidades, e pequenas informações para chamar atenção a respeito da representatividade, para que o público note e se questione sobre sua ausência em espaços diversos. Como consequência ampliar o repertório cultural sobre nossa própria história.

Figura 7- Indicações de literatura indígena



Fonte: DIÁRIO DE CAMPO, 2022.

Figura 8-Postagens sobre eventos e manifestos da Ilha Literária



Fonte: DIÁRIO DE CAMPO, 2022.

Ao citarem os impactos das bibliotecas para seus usuários, as mediadoras afirmam que com as atividades ofertadas percebem maior fruição do texto literário, da criatividade e da ampliação do repertório linguístico e cultural do seu público e isso é refletido no dia a dia.

Poema Resultado da Oficina de Escritas Criativas:

Mulher

Mulher, tu és fonte de inspiração
 Cada verso e poema de você nasce uma canção
 Sempre cheia de garra
 Muito conhecida por ser guerreira
 Mulher de muitas faces
 Essa mulher é brasileira
 Vai sempre a luta
 Mesmo diante das adversidades
 Chora, rir e morre,
 Porém renasce como muitas
 E vai atrás de sua dignidade
 Nunca se deixa abater por qualquer eventualidade.
 Ainda vive em um país de desigualdade
 Onde por muitas veze é colocada na maldade
 Sem desistir continua sempre em frente
 Como Marieles todas aqui presente!
 Nossa voz jamais será calada
 Seremos sempre nós mulheres a enfrentar essa jornada.

Em relação às questões que envolvem o trabalho em si, o local, o salário e o próprio voluntariado a Rede afirma ser um local agradável, salário justo, onde são remunerados via dotação orçamentária prevista nos projetos de captação de recursos. Além do financiamento do Programa Prazer em Ler pelo Itaú Social, a gestão de cada biblioteca dispõe de autonomia para elaborar projetos de captação de recursos financeiros buscando parceria com empresas privadas e poder público. Como cada biblioteca tem autonomia para fazer parcerias, a Rede possui inúmeros parceiros. O que segundo a Rede tem garantido a educação continuada de seus colaboradores. A gestora se mostrou bem contente com uma nova parceria a que tem prestado formação técnica para rede a Gerando Falcões⁴, que atua na formação de líderes sociais. Quanto ao salário e carga horária de serviço, cada respondente se mostrou satisfeita com a remuneração, embora reconhecessem não possuírem todos os direitos trabalhistas garantidos, como o Fundo de Garantia por Tempo de Serviços, e Direito às Férias. “a duração da jornada de trabalho era coerente e justifica o valor recebido e também possuímos um tempo pra descanso, não configura férias mas acaba sendo suficiente”.

O presente quadro revela as contradições inerentes à Rede Ilha Literária na luta por direitos

⁴ Segundo o site <https://gerandofalcoes.com/> A Gerando Falcões trata-se de um ecossistema de desenvolvimento social, que atua em rede para acelerar o poder de impacto de líderes em favelas do Brasil, e tem como missão transformar a pobreza das favelas em peça de museu. Com foco são iniciativas transformadoras, capazes de gerar resultados de longo prazo e, para isso, entregamos serviços de educação, desenvolvimento econômico e cidadania em favelas, e executamos programas de transformação sistêmica, como o Favela 3D. Nossas oficinas, financiadas via Lei de Incentivo à Cultura e ao Esporte, são focadas em uma metodologia própria desenvolvida pela Falcons University, além do acompanhamento e desenvolvimento do plano de decolagem familiar.

sociais e ao mesmo tempo a relativização dos seus próprios direitos trabalhistas. Esse fenômeno é evidenciado nos estudos de Fontes (2008), a qual denomina de conversão mercantil-filantrópica dos movimentos sociais, onde muitas lutas sociais importantes perdem autonomia e acabam incapacitadas de produzir contra-hegemonia devido à falta de recursos. Trata-se do apassivamento e subordinação da classe trabalhadora pelas ilimitadas formas de expansão do capital que surge no centro das lutas sociais, e consiste, segundo a autora, “na admissão por parcelas do empresariado (e, em alguns casos, até mesmo no estímulo) de algumas demandas populares, direcionando-as através da elaboração de projetos financiáveis, para a produção de serviços de cunho assistencial. (FONTES, 2008, p. 33).

Desse modo, altera-se a concepção de boa parte da militância, convertida em prestadora de serviços de apoio a “projetos sociais”, profissionalizando-se como assessores de movimentos populares. Com isso, a militância passa a ser emprego com serviços profissionais remunerados segundo a lógica do mercado, segundo as condições de pagamento dos movimentos sociais ou, caso mais frequente, através da orientação para obtenção de recursos junto a agências financiadoras.

Fontes (2008) enfatiza que pelo mesmo ensejo em que a filantropia se envolvia na militância, as contradições entre fazer filantropia, ser militante e ser remunerado de maneira mercantil por essa atividade desaparecia. Imprimindo todo um conjunto de mediações com a intenção de manter e perpetuar a lógica do capital através de doações, financiamento empresarial ou através do apoio de fundações internacionais ou agências de cooperação.

Partindo da análise da autora, entende-se que pela tão sonhada “empregabilidade” começa haver um engajamento de trabalhadores voluntários, dispostos a trabalhar sem contratos, destituídos de direitos e sem uma jornada específica o que começa a gerar um apagamento dos conflitos de interesses das classes sociais e das contradições entre essas atividades e o empresariamento social.

Um outro ponto importante a ser comentado diante do que foi exposto é o entendimento de que a periferia continua sendo área estratégica nas disputas sociais atuais. Os casos dos Instituto C&A e do Instituto Itaú Social e agora da parceria mais recentemente com o Gerando Falcões evidenciam que há um interesse latente desses institutos em formar lideranças para a periferia sob uma concepção antiga apoiada sob múltiplas fontes de financiamentos internacionais que defendem uma dinâmica de ajustar aquele espaço à realidade já existente, sem sentido de transformação social, apenas de melhorias dentro da ordem, de “alívio da pobreza” (FONTES, 2008; 2010).

Ricardo Antunes (2018, p.243), ao analisar os movimentos sociais, os sindicatos de classe e os partidos de esquerda alerta que embora estes estejam bem próximos da realidade cotidiana nem

sempre é fácil vislumbrar um outro “desenho societal” pois muitas vezes, “[...] se perdem em seu imediatismo, em suas batalhas cotidianas, quando não em seu burocratismo.”

Tendo em vista as análises dos autores supracitados, podemos inferir, que é de extrema importância para organização da classe trabalhadora que a mesma conquiste a satisfação de suas necessidades imediatas, colocando na cena política seu projeto emancipador e intensificando a construção da consciência de classe para si. Considerando que a hegemonia burguesa se materializa através de todo um processo cultural, político e ideológico é urgente que os trabalhadores construam uma visão de mundo baseada na consciência de classe, através de uma lente dos grupos sociais subalternizados. Onde não mais os interesses da burguesia sejam defendidos como se fossem seus, mas que as classes trabalhadoras construam e apresentem seu próprio projeto que oriente sua práxis social. (FONTES, 2008; ANTUNES, 2018).

Quanto à sua gestão, a Rede defende a ideia de que suas bibliotecas possuem autonomia, flexibilidade, valorização de aspectos culturais, comunicação fluida, integração, processo decisório participativo, cultura organizacional disseminada, presença da autonomia. Para a rede isso gera satisfação dos seus colaboradores e parceiros, uma consequência da dinâmica diferente de gestão, onde a estrutura não segue os moldes tradicionais como é o caso das bibliotecas públicas. Isso é evidenciado nos estudos de Machado (2008) ao afirmar que as bibliotecas comunitárias possuem gestão participativa e esta é uma importante característica deste tipo de espaço o que facilita o estreitamento da relação comunidade e biblioteca.

O Instituto C&A, por meio do programa Prazer em Ler, atribui a si o mérito de ter sido um dos principais atores “que colaboraram com apoio técnico e financeiro na mobilização da sociedade civil na construção dos planos, com base em diferentes ações e estratégias de pressão e controle social de políticas públicas.”(INSTITUTO C&A, 2020, p.81). Porém a Ilha Literária afirma que embora os subsídios do programa Prazer em Ler sejam essenciais para a manutenção da Rede, cada biblioteca possui autonomia para formar novas parcerias e que a demanda por uma política pública que conferisse às bibliotecas comunitárias um apoio técnico e financeiro sempre foi uma pauta essencial a qual vem lutando. O que podemos confirmar no relato abaixo:

B1 da BC(1): A preocupação com a leitura e a mobilização para implantar espaços de leitura é mérito da comunidade onde cada biblioteca foi implantada. Os subsídios e ajuda técnica do Projeto Prazer em Ler foi essencial para melhorar nosso projeto. Mas já existíamos antes disso, porém sem a organicidade de hoje.

G2 da BC(2) As bibliotecas possuem várias fontes de financiamentos, e cada biblioteca da rede possui uma autonomia financeira, assim como total liberdade para captar

recursos. Muitas bibliotecas da Rede além de serem subsidiadas por recursos do Prazer em Ler – Itaú Social, também recebem de projetos como Criança Esperança, Vale, Editais do Governo e etc. Agora mesmo fomos reconhecidos como Ponto de Cultura pelo Projeto Cultura Viva: Pontos de Cultura pelo governo do Estado do Maranhão.

Nesse sentido, é perceptível a estratégia que vem sendo conduzida pelo ideário neoliberal. Numa perspectiva salvacionista, onde o privado passa a garantir a qualidade da gestão do público passando a atuar como aquele que por ter qualidades que a sociedade civil e Estado não possui, a saber inovação, flexibilidade, entre outros, atua como mentor que “ensina” ao Estado e a sociedade civil como melhor desenvolver seu papel submetendo-os ao gerencialismo. Havendo, portanto, um aprofundamento das parcerias público-privadas e a subordinação dos grupos sociais aos critérios de mérito do mercado. Isso é bem nítido no discurso do Instituto ao descrever as dificuldades encontradas para aprovar os planos nacional, estadual e municipal de livro e leitura.

Concretizar essas metas, no entanto, não é tarefa simples. Uma série de entraves dificulta a articulação política e atrasa – ou impede – o processo. Entre os principais entraves, podem ser citadas a dificuldade de mobilização das comunidades para participar do processo de discussão dos planos, a pouca participação dos envolvidos na cadeia produtiva do livro e a falta de conhecimento da sociedade civil sobre legislação, orçamento e procedimentos administrativos. Na esfera pública, falta conhecimento do poder público das diversas localidades sobre as diretrizes do PNLL e há muita descontinuidade dentro dos processos de transição governamental. Somam-se a isso a morosidade do poder público, o pouco diálogo entre as secretarias e a imprevisibilidade de recursos públicos alocados para os planos. (INSTITUTO C&A, 2020, p.85).

Sobre os critérios de parcerias, percebe-se nos discursos da Ilha Literária certa neutralidade se identificando como um movimento que pode convocar toda e qualquer organização independente da ideologia e projetos de sociedade que possam defender, em nome de uma “vontade geral”, como o citado pelos entrevistados:

B1 da BC(I) Precisamos de recursos para a sustentabilidade da nossa rede, temos nossas diretrizes, nossa atuação está fincada no respeito à diversidade e em defesa dos direitos humanos e tudo que não fira nossos princípios têm sido muito bem-vindo. Sabemos que as empresas não financiam projetos de leitura e bibliotecas porque são “boazinhas”. Recebem isenção fiscal para isso.

M2 da BC(I) As pessoas que trabalham aqui tem uma diversidade de pensamento, ideológico, político, religioso, tem cristãos, tem militantes negros e LGBTQI+ e todos nós respeitamos e conseguimos trabalhar da melhor forma possível, e nossos parceiros também são diversos e devem respeitar isso. Temos algo maior que é o nosso propósito que é o da leitura como direito humano.

B2 da BC(II) Temos boas relações com nossos parceiros, mas temos total

independência em relação às parcerias, nossas bibliotecas são autônomas. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Baseado nos discursos acima e evidenciado ao longo dessa seção, evidenciamos que a Rede se apresenta totalmente desvinculada politicamente de suas parcerias, como desconectada dos interesses de classe e com forte apelo às iniciativas de trabalho voluntário através da ideologia da solidariedade e colaboração. (FONTES, 2010, p. 134). O que contribui para uma despolitização da relação entre sociedade civil e Estado, onde a lógica da adesão e colaboração prevalece. Onde a ação coletiva subordina-se a regras e procedimentos de parcerias sem as quais não é reconhecida e/ou legitimada. A participação nos espaços institucionalizados tende a se transformar em consenso. O conflito em parceria e as identidades políticas em políticas de concessão. (GOHN, 2010).

A Rede possui parceria também com o Estado por meio da Biblioteca Pública Benedito Leite, que desde o início da formação da Rede, vinha dando suporte técnico para a organização e classificação do acervo das bibliotecas comunitárias pois estas ainda não possuíam bibliotecárias. Porém, a Rede de Bibliotecas Comunitárias da Ilha Literária ao serem inseridas no Sistema Estadual de Bibliotecas Públicas reafirma essa parceria com a Biblioteca Benedito Leite que tem doado livros e oferecido eventos para formação dos atores sociais das bibliotecas comunitárias. Em relação a esta parceria:

G1 da BC(1) Diz que, a Biblioteca Benedito Leite é uma ótima parceria que tem ajudado bastante, mas em relação a Rede começar a fazer parte deste sistema ainda não conseguem mensurar ou dizer com objetividade o que de benefício trará para a Rede. Mas estamos certos de que somente o reconhecimento de nossas ações por meio dos Planos Municipal e Estadual do Livro, Leitura e Biblioteca com aprovação de dotação orçamentária garantirá a manutenção das nossas bibliotecas comunitárias.(DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Percebe-se que os projetos de leitura mais que formação de leitores visam formar outros mediadores voluntários para atuar nas bibliotecas. “Na metodologia do Prazer em Ler, o educador-mediador é um catalisador de ações e também um formador. Ou seja, ele deve transferir sua experiência para que outros leitores também se tornem mediadores.” (INSTITUTO C&A, 2009, p.108).

É interessante destacarmos que o programa não só financia a Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária como dá todas as diretrizes, que vão desde o modelo de gestão compartilhada, a composição do acervo, cuja orientação é a de ser composta totalmente por livros literários, classificação por cores. Todas orientações são seguidas pela Rede tanto em nível local como nacional, evidenciando uma relação de dependência que condiciona e concentra a existência, o alcance

e a atuação da Ilha Literária aos ditames da instituição mantenedora.

O Programa Prazer em Ler já foi implantado com o objetivo de atuar temporariamente, e após o Itaú Social assumir o programa todo ano o repasse de verbas sofre uma diminuição. Segundo a Rede, o corte programado é progressivo, todo mês são descontados valores que vão aumentando até que se finde o financiamento.

Para o Instituto C&A, o Programa Prazer em Ler daria suporte temporário até que a gestão destas bibliotecas estivessem estruturadas e organizadas para cumprir sua missão educacional, incentivando a articulação com outros agentes sociais por meio de parcerias e voluntariado para que a própria comunidade estivesse preparada para se encarregar de sua própria permanência e continuidade quando o programa findasse. Desse modo, segundo Montañó (2002, p. 236), “[...] o capital deixa de ser obrigado a cofinanciar as políticas sociais estatais; passa-se de uma ‘solidariedade sistêmica’ (mediante a contribuição compulsória e diferencial para uma solidariedade individual e voluntária” (segundo os princípios da “autoajuda” e da “ajuda mútua”).” E esse seria o legado do programa, preparar essas bibliotecas para que pudessem se manter e dar continuidade aos seus projetos de leitura, mesmo quando determinada política pública ou financiamento de empresas apoiadoras chegassem ao fim.

Dessa forma, cria-se uma tendência de atuação dessas instituições nas áreas periféricas, apresentando um discurso tecnicista e gerencialista, que identifica os problemas sociais (no caso o problema de acesso ao livro e a leitura) e atua pontualmente sobre eles. Ofertam a solução do problema sem que as causas estruturais da desigualdade sejam discutidas. (FONTES, 2017; 2010).

Um outro ponto importante é que além da atuação em Rede, a mobilização na formação e participação em grandes fóruns, conferências e comissões interclassistas corresponde a mais uma estratégia de atuação do Instituto C&A:

Outra estratégia que se mostrou bastante interessante – e virou uma marca do programa – foi a organização de seminários locais, capitaneados por polos. Tais eventos mostraram-se uma ótima maneira de articular parceiros, comprometer gestores públicos, engajar a comunidade e chamar a atenção da mídia sobre os problemas e as oportunidades de avançar na promoção da leitura em cada localidade. Nesses momentos, assim como Mediadores e em audiências públicas e ações de incidência política, a equipe de gestores do programa Prazer em Ler costuma estar junto dos polos, assessorando, Estão em contato direto dando consultoria e participando como palestrante.(INSTITUTO C&A, 2016, p.44).

Segundo Gramsci (2015), os intelectuais cooperam para a manutenção da hegemonia dos

dominantes, já que esses legitimam os discursos criando consensos. O consenso, portanto, seria a maior estratégia da classe hegemônica de manter o controle sobre as classes subalternas e possui, segundo ele, uma dupla eficácia:

1) reunir os intelectuais do nível mais elevado, concentrando-os e multiplicando sua influência; 2) obter uma concentração mais rápida e uma orientação mais decidida nos intelectuais de níveis inferiores, que são levados normalmente a seguir os universitários e os grandes cientistas por espírito de casta. (GRAMSCI, 2015, p.99)

São os intelectuais que, de forma organizada, são os responsáveis pelo progresso ideológico e cultural hegemônico por meio da elaboração, sistematização e disseminação de uma determinada concepção de mundo. E isto é bem visível em relação ao programa prazer em ler. O discurso da Rede de forma geral reproduz a ideia de que este programa foi essencial para mudanças e conquistas efetivas, tanto da estrutura física das bibliotecas, como na profissionalização de seus agentes e principalmente na incidência em políticas públicas. Estes discursos estão acessíveis a uma grande quantidade de segmentos, produzindo o convencimento sobre “consolidar a leitura como um direito” proposta e, principalmente, massificando a ideia de protagonismo do Projeto Prazer em Ler, que já virou sinônimo de eficiência em vários trabalhos acadêmicos que retratam as questões das bibliotecas comunitárias.

No livro que celebra os 10 anos do Programa Prazer em Ler, seu ex-coordenador Valnei Canônica comemora afirmando que:

A atuação do Instituto C&A foi fundamental não apenas na incidência política para a aprovação do Plano Nacional do Livro e Leitura (PNLL) como nas discussões dos planos estaduais e municipais. Sem esse apoio disparado diretamente pelo programa, dificilmente teríamos alcançado tantos avanços. (INSTITUTO C&A, 2016 p.108).

Importante destacar o reconhecimento do Ministério da Cultura (MinC) pelo trabalho desenvolvido por Canônica na coordenação do programa. Em julho de 2015, foi convidado a assumir o cargo de diretor do livro, leitura, literatura e biblioteca do MinC, cargo que ocupou até maio de 2016, quando houve troca de ministros. O Instituto C& A e o Instituto Itaú Social, por meio do programa Prazer em Ler, se legitimam como o projeto que mudou positivamente o cenário das bibliotecas comunitárias, fortalecendo e ampliando sua abrangência. Sobre isso:

Destaca-se nesse universo a parceria com o Instituto C&A, por meio do Programa Prazer em Ler (PPL), e os aprendizados resultantes dessa parceria no tocante ao enraizamento. São as bibliotecas do PPL, atualmente reunidas na RNBC, que possuem, por exemplo, maior compreensão da importância e qualidade do seu acervo e da sua

relação com a comunidade, assim como detêm informações mais precisas acerca das pessoas que as frequentam. Esse mesmo grupo é o que indica fazer mais atividades fora da biblioteca, 83,7% contra 54,9% daquelas que não participam do PPL/RNBC. Vale destaque também para parcerias com bibliotecas públicas municipais e com universidades públicas. (FERNANDEZ; MACHADO E ROSA, 2018, p.109).

Podemos destacar que além da adesão de várias classes na defesa da qualidade do programa, vários artistas, pesquisadores e escritores, além de livros e pesquisas financiadas pelo próprio instituto, temos a figura do Estado lhe garantindo legitimação. O que diminui o nível de consciência política coletiva das várias frações da classe trabalhadora, conduz seus intelectuais coletivos a pautarem seus interesses por demandas que, embora possam contribuir para melhorar alguns aspectos na vida das classes subordinadas, essa mudança é parcial e não altera as relações de exploração e de expropriações inerente às relações sociais capitalistas.

Diante do exposto, compreendemos que o ideário neoliberal desresponsabiliza o Estado de sua função de agente organizador das políticas socioeconômicas, de protetor dos interesses sociais e culturais de sua sociedade. Como resultado o cidadão passa a ser o agente responsável por seu desenvolvimento gerando um esvaziamento dos seus direitos.

Mendonça (2013) afirma, ainda, que o conceito de sociedade civil defendido por Gramsci foi pensado como uma arma contra o capitalismo, muito diferente do que vem sendo utilizado atualmente, atribuindo à sociedade civil o lugar do não-conflito e de complacência ao domínio do capital.

3.2 O perfil e a visão dos sujeitos inseridos no cotidiano da Rede Ilha Literária

A amostra desta pesquisa foi composta por 30 participantes, que responderam o questionário dentro e fora da biblioteca, sendo 15 questionários aplicados no universo da BC(I) e 15 na BC(II). Importante frisar que além das pessoas que responderam os questionários, os usuários das bibliotecas, a comunidade como um todo contribuiu de forma direta e indireta para a realização desta pesquisa. Nesse sentido, é possível afirmar que os informantes desta investigação não são apenas as pessoas que estavam nas bibliotecas e se dispuseram a responder os questionários: diversas vozes contribuíram para a análise da Rede Ilha Literária. Por questões éticas, tais vozes não são identificadas, mas estão presentes nas notas do caderno de campo. Todas as informações por eles fornecidas, em conversas informais na comunidade ou durante as observações em diversas situações vividas, de alguma forma contribuíram para uma melhor análise dessa pesquisa, pois além de conhecer as

bibliotecas, nos dispusemos a conhecer um pouco a realidade da comunidade.

Em companhia de uma das bibliotecárias andamos um pouco pelo bairro, fomos até a casa de uma das gestoras da biblioteca. Nesse percurso pudemos perceber a interação das pessoas com a bibliotecária, todos a cumprimentavam, perguntavam se a biblioteca funcionária a tarde, alguns se justificavam por ainda não terem devolvido os livros que haviam feito empréstimo. Aproveitamos e pegamos um transporte coletivo para conhecer um pouco mais da infraestrutura do bairro. Conversamos com alguns vizinhos que moram na rua onde as bibliotecas estão instaladas de maneira informal e descontraída. Buscamos saber qual a percepção dos moradores em relação à estas bibliotecas. Diferentes assuntos foram surgindo, em momentos e contextos distintos e que foram essenciais para introduzir-nos a vida da comunidade, produzindo informações sobre elementos importantes da cultura local, e de suas próprias vivências, apontando questões que lhes afetavam subjetivamente, fazendo-nos compreender que de uma certa maneira estávamos conectados aquela comunidade e que não éramos o “estrangeiro”. Nos remetendo a uma frase de Foote Whyte que diz que: “a vida pessoal estará inextrincavelmente associada à pesquisa.”(FOOTE WHYTE, 2005, p. 283). Essa interação e relação mútua de confiança e respeito é fundamental para boa execução da pesquisa.

Percebemos em todas as falas a grande importância da biblioteca para aquela comunidade. Eles a veem como algo bom para o bairro. Para eles, ter uma biblioteca naquele lugar humaniza o ambiente, aumenta a convivência e sem contar o fato das crianças terem uma atividade para fazer no tempo livre, o que para a comunidade é essencial, pois sentiam-se seguros por já conhecerem as pessoas que trabalham na biblioteca. Muitos são até parentes, algumas frequentam a biblioteca desde criança. Outro ponto muito comentado é o de que a biblioteca de alguma forma ajuda a proteger as crianças e adolescentes do perigo das drogas e da marginalização. Como todas as pessoas que trabalham nas bibliotecas são moradoras antigas do bairro, facilita muito essa interação.

Observamos também tanto no bairro Coroadinho como na Cidade Operária um orgulho e pertencimento daquelas pessoas com seus territórios. Muitos se mostravam extremamente contrários à ideia dos bairros terem estigma de violento. “Violência existe no Brasil todo. Drogas é um problema do mundo todo. Não consigo entender o porquê de acharem que isso só existe na periferia.” (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Observamos também que a biblioteca é tida pelos moradores como uma oportunidade para melhorar a vida delas e que a educação é algo único e de grande importância para reverter a desigualdade social. Ou seja, as pessoas acreditam na leitura e na educação como solução para a

vulnerabilidade social que lhes atinge.(DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Na pesquisa, pudemos perceber que o perfil dos respondentes das duas bibliotecas pesquisadas é em sua maioria feminino. Na BC(I) 9 eram do gênero feminino, e 6 do gênero masculino. Já na BC (II), dos 15 respondentes, 8 declararam ser do gênero feminino e 7 do masculino. Ou seja, 17 informaram ser do gênero feminino e 13 do gênero masculino, o que corresponde a 53,33% feminino e 46,7% masculino.

Realizou-se também a identificação da faixa etária dos usuários participantes do estudo, por meio da qual percebeu-se que, dentre estes, as crianças e jovens (entre cinco a 17 anos) estão entre os principais frequentadores das duas bibliotecas pesquisadas, correspondendo a 82% na BC(I), e 79 % na BC 2. As bibliotecas apresentam, ainda, boa representatividade na participação de adultos. No caso dos usuários que se encontram entre 26 e 42 anos, estes correspondem a 12% na BC(I), e 15% na BC(II). É relevante notar que tanto a BC(I) como a BC(II) possuem 6% cada uma de seus participantes com idade acima de 40 anos.

Em relação à escolaridade dos frequentadores das bibliotecas, o maior número de usuários das duas bibliotecas são estudantes do ensino fundamental, cuja maioria é constituída por crianças e adolescentes. Essa constatação pode ser justificada pelo fato dessas bibliotecas estarem em locais próximos às escolas comunitárias onde não possuem bibliotecas escolares. E por mais que a Rede não seja de bibliotecas escolares observou-se que as bibliotecas comunitárias acabam atuando para preencher essa lacuna. Um outro fator não menos importante é a necessidade que as mulheres da comunidade possuem em ter um lugar seguro para deixar suas crianças enquanto trabalham.

M2 da BC(I) Devido a falta de creches ou pessoas de confiança para cuidar das crianças enquanto as mães trabalham, pois, as escolas não são de tempo integral. Muitas delas passam manhã ou tarde aqui na biblioteca e já participam de atividades educativas.

M3 da BC(II) O bairro cada dia está mais cheio de gente, tem muitos jovens e crianças. Existe forte participação da comunidade nas atividades das bibliotecas. Mas geralmente no dia a dia, são as crianças e adolescentes que frequentam às bibliotecas para empréstimos, leitura, participam das mediações. As mulheres e homens participam mais quando são atividades específicas como palestras, passeatas e caminhadas comemorativas. Ou os cursos que as vezes ofertamos nos espaços das bibliotecas.

Estudos comprovam que o processo de migração de pessoas da zona rural para a zona urbana é um dos maiores responsáveis pelo crescimento desordenado dos centros urbanos e conseqüentemente o aumento de suas periferias. Desse processo, resultam inúmeros problemas de

cinho socioeconômico, como o desemprego, a falta de segurança, moradias precárias, falta de assistência à educação, cultura e saúde de qualidade. (SANTOS, 2002; 2004).E desses problemas a falta de creche ou escolas em tempo integral são um dos problemas que tem assolado muitas mulheres, principalmente as que precisam trabalhar fora de casa. Podemos perceber que as mães ficam esperando as bibliotecas abrirem para deixar as crianças.

Em relação à escolaridade do público da BC (I), 53,3% declararam ter concluído ou ainda cursar o ensino fundamental, 33,3% ensino médio e 13,3% ensino superior. Resultado bem parecido na BC (II): 53,3% fundamental, 40% ensino médio e 6,6% ensino superior. O que indica um público juvenil composto em sua maioria por crianças e adolescentes.

Esse resultado pode ser justificado pelo direcionamento das atividades ofertadas, como também pelo fato dessas bibliotecas estarem perto de escolas comunitárias.

Desse modo, objetivando saber qual a importância dessas bibliotecas para os usuários e para a comunidade houve um entendimento unânime entre os participantes do estudo de que as bibliotecas comunitárias são importantes e que prestam excelente atendimento.

O que se verificou em campo aponta para a constatação de que, por ser frequente e muito determinante no cotidiano da comunidade, a observação participante lá realizada revelou, como já afirmado, que existe uma forte influência positiva destas bibliotecas na vida daquela população que as utilizam. Tal constatação foi alcançada num tempo relativamente curto, o que foi devidamente anotado no diário de campo da pesquisa. A transformação de vidas a partir do trabalho desenvolvido pela Rede Ilha Literária é recorrente nas falas das pessoas que utilizam as bibliotecas da Rede. Esse sentimento de que algo mudou na comunidade ressoa nas comunidades e, a cada dia, novas crianças, adolescentes, jovens e adultos são integrados aos projetos da Rede. A gestora afirma que as bibliotecas da Rede:

G1 da BC(I) transformam as vidas dessas crianças e desses jovens, de forma irreversível. E eles têm consciência disso, eles escrevem e recitam poemas sobre isso, fazem cartazes comemorativos, e participam satisfatoriamente das atividades realizadas.”

Como exemplo, temos o poema abaixo feito por um usuário da biblioteca:

A BIBLIOTECA

Em um bairro humilde
Cercado de violência,
Nasce um lugar iluminado

Repleto de experiências.
 Em uma escola pequena,
 Bem agradável por sinal.
 A biblioteca se torna
 Um lugar especial.
 Um pedaço do céu
 Com estantes e prateleiras
 Livros e cadeiras
 Alegrias, sorrisos sem tristeza
 Ela abre um sorriso
 No coração das crianças
 Os leitores por meio dela
 Obtêm conhecimento e esperanças
 Seus livros transformam as pessoas
 Seus projetos despertam artistas
 Semeando amor com suas oficinas
 não é a toa que ela se chama
 Portal da Sabedoria
 (JOÃO PEDRO, 2021)

Durante a pesquisa, o que nos chamou atenção foi que, em nenhum momento, os significados atribuídos à leitura foram afirmados ou sequer sugeridos como algo de pouca importância. Para todos a leitura é um elemento fundamental para a vida e via de acesso ao exercício pleno da cidadania.

Os pesquisados atribuem essa importância, especialmente, à promoção da leitura e ao acesso ao livro. Também aos projetos e ações desenvolvidos pela Rede por oferecerem a seus leitores livros com conteúdos atuais, diversificados e em ótimo estado físico, e que apresentam autores e produções literárias, humanistas e sociais, clássicos e contemporâneos, e pela possibilidade de terem um espaço de desenvolvimento de atividades culturais e sociais, visto que a comunidade se encontra distante das bibliotecas pública e municipal.

Também atribuem à biblioteca a importância de facilitadora de convivências, por promover eventos culturais diversos. Além disso, disseram que as bibliotecas oferecem a opção de atividades que preenchem o tempo com momentos de leituras, brincadeiras sempre incentivando a educação e o lazer e na maioria dos relatos a leitura é citada como elemento fundamental para a vida e como via de acesso ao exercício pleno da cidadania.

Um ex-aluno da escola comunitária localizada em frente a uma das bibliotecas, referindo-se

às mediadoras de leitura, diz :

As tias da biblioteca são muito legais, elas trabalham de forma criativa nos ensinando coisas que vão além de ler um livro, elas nos mostram que a leitura, melhora nossa comunicação, nossos estudos e nos ensina sobre nossos deveres e direitos. A leitura melhora todos os níveis de nossas vidas.

Um outro respondente informou que:

Vir aqui não é apenas uma visita à biblioteca depois da escola; é uma grande fonte de conhecimento. Hoje sou muito mais consciente como cidadão. Ler é um hábito que tenho desenvolvido para a vida. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Em relação ao interesse pela leitura na BC (I), por unanimidade, responderam que gostam de ler, e que a leitura é importante. Na BC (II), 93,33% responderam que gostam de ler e que a leitura é muito importante. Somente uma pessoa não respondeu.

Em relação às atividades que costumam participar nas bibliotecas, das mais citadas, todas estão relacionadas à leitura. Esse resultado vai na direção das declarações feitas pelas bibliotecárias, mediadoras e gestoras e também o que tem sido evidenciado nos estudos a respeito das bibliotecas comunitárias, que enfatizam as atividades de leitura como foco e características primordiais dessas instituições. Machado (2008) aponta a biblioteca comunitária como uma instituição cultural com diversas atividades envolventes, onde a leitura deve ser a principal atividade. Conforme Paulo Freire (2003, p.11), o processo de “leitura não se esgota apenas na decodificação da palavra escrita, mas, que se antecipa e se alonga na inteligência do mundo”.

Ao serem questionados o que especificamente a biblioteca trouxe de benefício individual ou coletivo foram citados por muitos a melhora da leitura e escrita, aprovação em vestibulares, e principalmente o gosto pela leitura.

Desde meus oito anos de idade eu frequento a BC I, fui mediadora mirim e eu comecei lendo os clássicos da literatura infantil, Monteiro Lobato, Cecília Meirelles, Ruth Rocha, Ziraldo entre outros. E depois fui para uma fase da literatura de ficção científica que sou apaixonada. Gostar de ler sempre foi algo que me abriu muitas portas, Eu sou miss Maranhão e a leitura foi muito importante para conseguir realizar muita coisa na minha vida, passei no vestibular da UFMA, comecei a cursar comunicação. Depois vi que queria mesmo era fazer Publicidade e Propaganda, aí fui para uma faculdade particular e estou cursando.

Frequento faz um tempo, desde que comecei a estudar na escola Maanaim. E por ser bem perto facilita. A leitura pra mim é tudo e a biblioteca comunitária é muito importante pra mim, foi onde aprendi a gostar de ler.

Sempre pegava livros emprestados. Vinha toda sexta-feira. E até hoje tenho essa relação íntima com esse espaço. Sempre quando tem eventos, participo. Gosto de ler para as crianças.

Eu amo ler, e vir para a biblioteca é muito legal pois eu tenho algo pra fazer, me distraio e aproveito aprendendo um monte de coisas legais! Aqui posso pintar, escrever e poemas. É muito legal!

Faz tempo que venho pra biblioteca, minha mãe sempre me trouxe aqui mas não gostava de ler. Agora estou gostando já li vários livros. Um dia li todos os livrinhos daquela estante pequena. (DIÁRIO DE CAMPO, 2022).

Das atividades que mais gostam de participar, citaram o bingo literário, danças, contação de histórias e muitas brincadeiras na rua, alguns citaram que gostam de participar na arrumação da biblioteca, e participarem de passeios fora do bairro.

Por meio destes relatos, percebemos na prática as apropriações das experiências freireanas, considerando o livro e a importância do ato de ler. (FREIRE, 1981). Pudemos compreender o quão importantes e inspiradores são as mediadoras e todas as experiências de contato com o livro e a leitura no contexto das bibliotecas comunitárias para a comunidade.

Das considerações até aqui desenvolvidas constatamos que as bibliotecas comunitárias da Rede Ilha Literária tentam se manter como um espaço participativo, e um produto afetivo, social e simbólico a partir da forte relação comunidade e biblioteca. Uma relação que reforça o processo de identificação entre essa comunidade e o seu território.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta seção apresenta as considerações finais do trabalho que teve como objetivo geral: investigar a atuação da Rede de bibliotecas comunitárias “Ilha Literária” em São Luís, a fim de perceber se e de que modo esses espaços públicos contribuem para a melhoria das condições de vida das comunidades em que estão inseridos. Para isso foi realizado um estudo de caso em duas bibliotecas da Rede Ilha Literária, uma biblioteca localizada no bairro Coroadinho e uma no bairro Cidade Operária onde a rede atua. Quanto aos três objetivos específicos, considera-se que os objetivos foram cumpridos. Na introdução deste trabalho trouxemos um breve histórico das bibliotecas comunitárias, situando as bases teórico-metodológicas sobre as quais a pesquisa desenvolveu-se. Na primeira seção, contemplamos o primeiro objetivo específico apresentando o que são essas bibliotecas comunitárias, sua natureza, proposta, objetivos, concepções, história, estrutura, organização, parceiros, atuação nacional e local, entre outras informações relevantes a partir da visão da própria Rede Ilha Literária. Na segunda seção contemplamos o segundo objetivo específico. Situamos o referencial teórico e trabalhamos principais conceitos que embasam a análise sobre atuação das bibliotecas comunitárias nos planos específicos e geral, como os conceitos de “Estado”, “Sociedade civil”, “Ideologia”, “Movimentos sociais”, etc. Na terceira seção, que compreende o terceiro e último objetivo específico, Fizemos uma análise sobre aspectos da atuação da rede que contribuem ou não contribuem para a construção de um real quadro de politização dos indivíduos e contextos ao redor, cumprindo a articulação da pesquisa de campo com o referencial teórico.

A retrospectiva feita ao redigir as considerações finais dessa dissertação nos surpreende por todo o processo de mudanças de planos, posições, olhares, que vão se transformando com a dinâmica da investigação. O objeto de pesquisa e o sujeito pesquisador não são os mesmos quando a pesquisa encerra; a prática dos acontecimentos, o processo e nossa própria condição de pessoa em transformação fazem do tempo mais um autor nesta etapa que se completa. O contexto final é sempre o delineamento provisório, conformado pelo contexto, pela habilidade do pesquisador em reconhecer os limites e possibilidades da pesquisa e de si próprio.

Nosso objeto de pesquisa nos conduziu para o estudo de formulações teóricas sobre os conceitos de público e privado, sobre a função do Estado e o papel da sociedade civil, a ideia de participação social, cidadania, luta por efetivação de direitos universais, o papel das bibliotecas comunitárias, as políticas para o livro, leitura, literatura e biblioteca, a emancipação humana, desigualdade e justiça social, o conceito de parceria. Era fundamental compreender se experiências de

parceria entre bibliotecas comunitárias e Institutos Empresarial de Responsabilidades Social são realmente ações conjuntas, se conseguem se preservar como espaços autônomos, com identidades próprias, encontrando caminhos para uma articulação potencializadora dos direitos da população ludovicenses.

Lowy (1978) ao dissertar sobre a categoria da contradição em Marx nos mostra que existem coisas que são inegociáveis, que existem conflitos, contradições genuínas entre as classes sociais. É com base nesses princípios que acreditamos que as parcerias com institutos empresariais não podem se dar de forma acrítica. Um movimento de luta social por direitos universais não pode deixar que o mercado pautar seus debates. Será possível então uma parceria com o contraditor? Entendemos que tanto o Estado, como as organizações da sociedade civil tem responsabilidade pública, porém, esta relação de parceria deve ser feita com bases mais críticas e democráticas, priorizando a autonomia dos movimentos sociais.

Concordamos com Antunes (2002) quando diz que um dos maiores desafios das lutas sociais dos trabalhadores é criar formas de atuação autônomas que articulem e deem centralidade às ações anticapitalistas. O autor destaca que, apesar de a classe proletária ser heterogênea, complexa e fragmentada, o papel de suas lutas sociais deve ser central e bem articulada com as diversas outras lutas como a luta ecológica, a luta por moradias, a luta de gênero, dos lgbtqia+, dos negros, para que o processo de emancipação humana se concretize.

Aspecto relevante para o propósito aqui assinalado é aquele que diz respeito às formações teórica e política do Projeto Prazer em Ler para a Rede. Pensamos que a Ilha Literária deve tomar o protagonismo, pois quando o seu contraditor pauta o debate existe o risco latente desse debate ser introjetado por ideologias da cultura ocidental, branca e burguesa e conseqüentemente esse debate ser amortecido, sob o risco do embranquecimento das principais pautas do movimento negro, de tornar a periferia, as mulheres os LGBTQIA+ todos formatados, o encaixe perfeito para o molde do mercado. Deixar tudo menos incômodo, e mais palatável.

Isso se confirma, em esvaziamento dos principais debates sociais, onde se fala em empoderamento feminino sem tocar nos efeitos negativos do patriarcado, e do machismo, que invalida a mulher. Debate-se a violência que majoritariamente atinge a população negra sem falar das conseqüências da escravidão e do racismo. Levanta-se debates sobre a desigualdade social sem que se pautar o capitalismo. Estes debates só serão honestos quando se coloca no centro do debate não apenas a conseqüência e os efeitos, mas a sua verdadeira causa.

É preciso que questionemos o porquê de existirem pessoas que não têm acesso a livros e bibliotecas nesse país. Por que milhares de pessoas estão na pobreza extrema? Por que bancos como o ITAÚ⁵ batem recordes de lucros enquanto milhares de pessoas no nosso país passam fome? Como empresas como a C&A⁶ com inúmeras denúncias de trabalho escravo, acidentes trabalhistas, má remuneração dos seus trabalhadores, criam institutos de fundação social? Quem ganha com isso?

Quando se permite que seu algoz paute os debates de sua luta, você entrega nas mãos dele toda a possibilidade de vencer. A luta por acesso a leitura como direito humano tem que ser a luta de uma sociedade civil progressista, o que consiste em não aceitar que as contradições inerentes às lutas de classes se transformem em cooperação de classes que só desarticula e despolitiza a classe trabalhadora. É real a necessidade de traçar limites e qualificar a demanda para que se abra espaço para a participação da parcela mais invisível da sociedade, essa ampliação é condição para uma sociedade mais justa e menos desigual.

Analisando os resultados da pesquisa, pudemos observar que a Rede Ilha Literária possui uma preocupação com os problemas sociais e estão desenvolvendo e mantendo projetos sociais que têm impactado positivamente a sociedade. Porém, para que esses efeitos se solidifiquem é necessário que a Rede problematize o papel de seus parceiros independente das empresas estarem apenas exercendo Investimento Social Privado (ISP) e a Responsabilidade Social Corporativa (RSC) como forma de obter benefícios de imagem e algum retorno financeiro. Segundo Paulo Freire, “a realidade não pode ser modificada, senão quando o homem descobre que é modificável e que ele pode fazê-lo. É preciso, portanto, fazer desta conscientização o primeiro objetivo de toda a educação: antes de tudo provocar uma atitude crítica, de reflexão, que comprometa a ação”. (FREIRE, 1980, p. 40).

Através de toda pesquisa pudemos concluir que existe um tipo de interação sinérgica da biblioteca comunitária com sua comunidade e com seus atores locais. Constatamos que a biblioteca tem agido positivamente transformando a vida das pessoas da comunidade, porém para que essas mudanças ocorram de forma substancial e significativa é necessário que haja no processo de luta e organização por direitos, uma formação, conscientização e politização dos trabalhadores que atuam nessas bibliotecas tendo por base as contradições evidentes nas lutas de classes. Nesse sentido, concordamos com Fontes (2008) quando a autora afirma que: “Os movimentos sociais são compostos por trabalhadores e precisam, mais do que nunca, estarem atentos às formas de expansão contemporânea do

5 <https://g1.globo.com/economia/noticia/2022/08/08/itau-unibanco-registra-lucro-de-r-7436-bilhoes-no-segundo-trimestre-de-2022.ghtml>

6 <https://www.estadao.com.br/economia/cea-e-condenada-por-trabalho-escravo/>

capital e de suas modalidades de subalternização e ou, de apassivamento das classes subalternas.”(FONTES, 2008, p.33).

É necessário que as pessoas entendam o porquê de precisarem reivindicar algo que é um direito de todos, de entenderem que isso é consequência das desigualdades sociais provenientes das múltiplas facetas da sociabilidade capitalista, que comecem a ter uma posição mais crítica em relação a seus parceiros e subsidiários.

As bibliotecas comunitárias têm sido um tema em ascensão nos últimos anos e têm gerado grandes debates. Dessa forma, essa temática deve permear não só os discursos governamentais e sociais, como, também, as discussões acadêmicas. Por essa razão, acredita-se na necessidade de investigar, documentar e publicar mais sobre estas questões, com a finalidade de contribuir com suporte teórico e dados estatísticos para os pesquisadores e gestores que atuam nessa área, como incentivo para futuras publicações, desenvolvimentos de novas pesquisas/estudos, criação de bibliografia especializada confiável e outras possibilidades. Deste modo, a relevância desse trabalho se deu em ampliar e fortalecer o debate no assunto e contribuir para a caracterização da visibilidade da produção científica, bem como para identificação de temas e trabalhos situados na margem científica.

Nesse sentido, evidenciamos que, a partir dessa pesquisa, conquistamos elementos para avançar nos estudos das bibliotecas comunitárias e avistar novos cenários de análises nesse tema. O acesso ao livro e à leitura – tema abordado na pesquisa – é recurso básico essencial já que a disparidade de níveis de educação entre a população, a limitação do sistema educacional do país e a qualidade do ensino são entraves para a superação da pobreza e da desigualdade social. Assim, a falta de educação, ou seu baixo nível de qualidade, tem o impacto de perpetuação do ciclo de pobreza, uma vez que pais com baixa escolaridade têm dificuldade em garantir um maior nível de escolaridade para as futuras gerações o que acaba criando um ciclo vicioso de perpetuação da pobreza.

No geral, a compreensão sobre a atuação da Rede Ilha Literária ainda está no início, é necessário um aprofundamento de diversos pontos para entendermos melhor o papel da Ilha Literária na influência de políticas sociais. Procuramos de fato, através das entrevistas, questionários e das observações realizadas na pesquisa de campo, dar voz a todos os indivíduos envolvidos nessa pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa com tempo limitado, e atravessada pelos negativos impactos da pandemia de COVID-19, não pudemos nos aprofundar em todas as questões dos questionários e nem entrar em contato com as fundações que subsidiam a Rede Ilha Literária, tal como o Itaú Social, Instituto C&A e as diversas parcerias citadas ao longo da pesquisa e principalmente com o Governo do Estado do

Maranhão representado pelo Sistema Estadual de Bibliotecas do Maranhão coordenados pela Biblioteca Pública Benedito Leite, o SEBP-MA. Em consequência disso, apontamos como limite da pesquisa a importunidade de ampliação dos discursos.

Algumas indicações para pesquisas futuras são: 1. Quem são os intelectuais responsáveis pela formação teórica e política da Rede? 2. Qual a visão do Estado em relação a Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária?

Por fim, consideramos que o quadro descortinado pela pesquisa aponta que mesmo frente ao avanço do capital, as bibliotecas comunitárias resistem e têm conseguido melhorar a vida do seu público e da comunidade a qual está inserida por meio da aplicação humanizadora da leitura. Não existe conscientemente no discurso da Rede a intenção da retirada do papel do Estado como formulador e financiador de políticas sociais. Enfatiza-se que o livro de literatura, mediado sob uma perspectiva emancipatória, possibilita o discernimento sobre os Direitos Humanos, estimulando o desenvolvimento de sujeitos mais conscientes, com habilidades para melhor assimilar sua responsabilidade no mundo e de transformá-lo por meio de suas condutas.

REFERÊNCIAS

- ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade civil e hegemonia**. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.
- BRESSER- PEREIRA, L.C. **Reflexões sobre o Novo Desenvolvimentismo e o Desenvolvimentismo Clássico**. Revista de Economia Política, v. 36, n.2, p. 237-265, 2016.
- BURNNET, Carlos Frederico Lago. **Uso do solo e ocupação territorial na região metropolitana de São Luís: dinâmica econômica e realidade socioambiental dos municípios de São Luís e São José de Ribamar**. São Luís: Setagraf, 2012.
- CÂNDIDO, Antônio. **O direito à literatura (1988)**. In: _____. Vários escritos. Rio de Janeiro: Ouro sobre azul, 2004.
- CASTRILLÓN, Silvia. **O direito de ler e escrever**. Tradução Marcos Bagno. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2011.
- DAGNINO, Evelina. **Sociedade civil, participação e cidadania: de que estamos falando?** In: globalización. Caracas: FACES, Universidad Central de Venezuela, 2004. p. 95-110.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal**. São Paulo: Editora Boitempo, 2016. 402p.
- DARDOT, P.; LAVAL, C. **Neoliberalismo e subjetivação capitalista**. O Olho da História: Revista de Teoria, Cultura, Cinema e Sociedades, Salvador, (22), abr. 2016.
- de São Paulo, 2008.
- ESCOBAR, Arturo. Culture sits in places: reflections on globalism and subaltern strategies of localization. In: Political Geography. n. 20. 2001, p. 139-174. Disponível em: http://aescobar.web.unc.edu/files/2013/09/escobar_culture_sits_in_places.pdf. Acesso em 01 jun. 2022.
- FAILLA, Zoara (Org.). **Retratos da leitura no Brasil**. Rio de Janeiro: Sextante, 2016. FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam**. São Paulo: Autores Associados: Cortez, 1989.
- FERNANDEZ, Cida., MACHADO, Elisa., ROSA, Ester. **O Brasil que lê: bibliotecas comunitárias e resistência cultural na formação de leitores**. Olinda: CCLF., Brasil: RNBC, 2018. 170 p. Disponível em: <http://www.serdigital.com.br/gerenciador/clientes/ceel/arquivos/167.pdf>. Acesso em: 29 jun.

- FERREIRA, Maria Mary. (2019). **Curso de Biblioteconomia no Maranhão: 50 anos de luta contínua para construir uma sociedade orientada pela informação e leitura.** *Revista Bibliomar*, 18(1), 8–19. Recuperado de <http://periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/bibliomar/article/view/11720>
- FERREIRA, Maria Mary (org.). **Bibliotecas, Livro e Leitura no Maranhão: políticas públicas para pensar uma sociedade leitora e cidadã.** 1. ed. São Luís: EDUFMA, 2021. 600 p.
- FIORI, J. L. **O vôo da coruja: para reler o desenvolvimentismo brasileiro.** Rio de Janeiro, EdUERJ, 1995.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **A falácia de Paulo Guedes sobre a taxaço de livros.** Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/08/a-falacia-de-pauloguedes-sobre-a-taxacao-de-livros.shtml> Acesso em: 07 nov. 2020.
- FONSECA, Paulo Cezar Dutra. **Keynes: o liberalismo econômico como mito.** *Economia e Sociedade*, Campinas, SP, v. 19, n. 3 (40), p. 425-447, dez. 2010.
- FONTES, Virgínia. **Capitalismo, imperialismo, movimentos sociais e lutas de classes.** Em Pauta, revista da Faculdade de Serviço Social do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, n. 21, p. 23-36, jul. 2008.
- FONTES, Virgínia. **Sociedade civil.** In: Pereira IB, Lima JCF, organizadores. *Dicionário da Educação Profissional em Saúde.* Rio de Janeiro: Escola Politécnica Joaquim Venâncio; 2009. [Internet] [acesso em 20 set 2022]. Disponível: <http://www.epsjv.fiocruz.br/dicionario/verbetes/sociv.html>.
- FOOTE-WHYTE, Wiliam. **Treinando a observação participante.** In: GUIMARÃES, Alba Zaluar. **Desvendando máscaras sociais.** Rio de Janeiro, Forense, 1995.
- FREIRE, Paulo. **A importância do ato de ler: em três artigos que se completam.** 51. ed. São Paulo: Cortez. 2011.
- FURTADO, C. **Em busca de novo modelo: reflexões sobre a crise contemporânea.** São Paulo: Paz e Terra, 2002.
- GOHN, Maria da Glória. **Movimentos sociais na contemporaneidade.** *Revista Brasileira de Educação* [online]. 2011, v. 16, n. 47 [Acessado 28 Julho 2022], pp. 333-361. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>>. Epub 10 Out 2011. ISSN 1809-449X. <https://doi.org/10.1590/S1413-24782011000200005>.
- GOHN, Maria da Glória. **Educação não formal, educador(a) social e projetos sociais de inclusão.** In: Meta: Avaliação. Rio de Janeiro, v 1, n. 1, p. 28-43, jan./abr. 2009.
- HARVEY, David. **17 contradições e o fim do capitalismo.** São Paulo, SP: Boitempo, 2016.

- HIRSCH, J.: **Forma política, instituições políticas e Estado** – I. Tradução: Luciano Cairni Martorano. Crítica Marxista, Campinas, n. 24, pp. 9-36, 2007.
- HOBSBAWN, Eric. **Era dos Extremos: o breve século XX: 1914 – 1991**. Tradução: Marcos Santarrita. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.
- HÖFLING, E. de M. **Estado e políticas (públicas) sociais**. Caderno Cedes, Campinas, v. 21, n. 55, p. 30-41, 2001
- HONORATO, Carlos et al. **Expedições leituras: tesouros das bibliotecas comunitárias no Brasil**. São Paulo, SP: Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias, 2018. 186 p.
- IBGE. **Censo 2019 / Maranhão**. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2019/tabelas_pdf/total_populacao_maranhao.pdf. Acesso em: 20 dez.2020.
- ILHA LITERÁRIA. Jan.2020. Disponível em: <https://redeilhaliteraria.org/o-instituto/> <https://redeilhaliteraria.org/wp-content/uploads/2020/09/PORTIFOLIO-DE-APOIO.pdf>
- INSTITUTO PAULO MONTENEGRO. INAF Brasil 2016: **indicador de alfabetismo funcional: principais resultados**. São Paulo, 2016.
- INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da leitura no Brasil**. 5. ed.11 set. 2020. Disponível em: https://prolivro.org.br/wp-content/uploads/2020/09/5a_edicao_Retratos_da_Leitura_no_Brasil_IPL-compactado.pdf.
- JINKINGS, Isabella. **Sob o domínio do medo: controle social e criminalização da miséria no neoliberalismo**. Tese (doutorado). Campinas: UNICAMP, 2007.
- LOCKE, John. **Segundo tratado sobre o governo**. São Paulo, Martin Claret, 2003 In: LOCKE, John. **Segundo Tratados Sobre o Governo Civil**. 4º ed. São Paulo: Vozes, 2006.
- LÖWY, Michael. Método dialético e teoria política. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978, p. 9-34.
- MACHADO, E. C. Análise de políticas públicas para bibliotecas no Brasil. InCID: Revista de Ciência da Informação e Documentação, v. 1 n. 1, n. 1, p. 94-111, 2010. DOI: 10.11606/issn.2178-2075.v1i1p94-111 Acesso em: 10 jan. 2022.
- MACHADO, E. C.; PRADO, G. M. O rap como elemento desencadeador de informação e conhecimento. **Informação e sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 20, n.1, p. 51-60, jan./abr. 2010.
- MACHADO, Elisa Campos. **Bibliotecas comunitárias como prática social no Brasil**. (Tese). São Paulo: USP, 2008.

- MACIEL, D. (2011) **O GOVERNO COLLOR E O NEOLIBERALISMO NO BRASIL (1990-1992)**. Revista UFG, Goiânia: Ano XIII nº11. 98-108. Disponible en http://www.proec.ufg.br/revista_ufg/dezembro2011/arquivos_pdf/artigos_o_governo.pdf Consultado el 29 de novembro de 2022.
- MARCELINO, Paula e CARRERA, Nicolás Iñigo. **Sindicalismo e neoliberalismo: Oito países, oito experiências e um inimigo comum**. Tempo Social [online]. 2020, v. 32, n. 1 [Acessado 27 Julho 2022], pp. 1-9. Disponível em: <<https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.167916>>. Epub 11 Maio 2020. ISSN 1809-4554. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2020.167916>.
- MARMELSTEIN, George. **Curso de Direitos Fundamentais**. 3ª ed., São Paulo: Atlas, 2011.
- MARTINS, André Silva. **A direita para o social: a educação da sociabilidade no Brasil contemporâneo**: Juiz de Fora: Editora UFJF, 2009.
- MARTINS, Maria Helena. **O que é leitura**. São Paulo: Brasiliense. 2005.
- MARX, KARL. **A assim chamada acumulação primitiva**. MARX, Karl. O Capital: para a crítica da economia política. Livro I, volume II, RJ: Civilização Brasileira, 2013. p.833-885.
- MILANESI, Luís. **A casa da invenção**. São Paulo: Ateliê. 2003.
- MILANESI, Luís. **Biblioteca**. São Paulo: Ateliê. 2002.
- MONTANO, C. **O projeto neoliberal de resposta à “questão social” e a funcionalidade do terceiro setor**. Revista Lutas Sociais. 2002; (8):53-64.
- NETTO, José Paulo. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- NETTO, José Paulo. Introdução ao método da teoria social. In: **Serviço Social: direitos e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009, p. 667-696.
- NETTO, José Paulo. **Crise do socialismo e ofensiva neoliberal**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.
- OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **“Olhar, Ouvir. Escrever”**. In: Aula Inaugural. Campinas: UNICAMP/IFCH/Cursos de Graduação, 1994.
- PEREIRA, Doralice Barros; PENIDO, Marina de Oliveira. **Conflitos em empreendimentos hidrelétricos: possibilidades do (des)envolvimento social**. In: ZHOURI, Andréa; LASCHEFSKI, Klemens (Orgs). Desenvolvimento e conflitos ambientais. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2010.
- PETIT, Michèle. **A arte de ler ou como resistir à adversidade**. Tradução Arthur Bueno e Camila Boldrini. São Paulo: Editora 34, 2009.

- PETIT, Michèle. **Leituras: do espaço íntimo ao espaço público**. Tradução Celina Olga de Souza. São Paulo: Editora 34, 2013.
- SILVA, Ezequiel Teodoro. **O ato de ler: fundamentos psicológicos para uma nova pedagogia de leitura**. São Paulo: Cortez, 1996.
- PIO, Marco Aurélio de Jesus; ARAÚJO, Célio Roberto Pinto de. **OCUPAÇÃO, CRESCIMENTO URBANO DESORDENADO E CRIMINALIDADE: A luta por moradia no Bairro do Coroadinho**. *Revista de Movimentos Sociais e Conflitos*, v. 5, n. 2, p. 32-50, 2019.
- POULANTZAS, Nicos. **Poder político e classes sociais**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.
- PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.
- PRADO, F. & MEIRELES, M. **Teoria marxista da dependência revisitada: elementos para a crítica ao novo desenvolvimentismo dos atuais governos de centro-esquerda latino-americanos**. In: *encruzilhadas da América Latina no século XX*. Ed. Pão e Rosas, 2010.
- PRADO, G. M.; MACHADO, E. C. **Território de memória: fundamento para a caracterização da biblioteca comunitária**. In: *ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO*, 9., 2008, São Paulo. Anais [...]. São Paulo, SP: Universidade de São Paulo, 2008. p. 1-14. Disponível em: <http://repositorios.questoesemrede.uff.br/repositorios/handle/123456789/1359>. Acesso em: 15 maio 2021.
- PRADO, G. M. **Bibliotecas comunitárias como território de memória interagindo práticas da aprendizagem e mudanças**. *DataGramZero - Revista de Ciência da Informação* - v.10 n.6 dez/09
- PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **Lei nº 13.696**, de 12 de julho de 2018. Art. 1º Fica instituída a Política Nacional de Leitura e Escrita como estratégia permanente para promover o livro, a leitura, a escrita, a literatura e as bibliotecas de acesso público no Brasil. [S. l.], 12 jul. 2018. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/lei/L13696.html. Acesso em: 9 dez. 2021.
- RNBC. Rede Nacional de Bibliotecas Comunitárias. **Bibliotecas comunitárias no Brasil: impacto na formação de leitores**. São Paulo: Instituto C&A; Fundação Itaú Social, 2018.
- SAES, Décio. **O conceito de Estado burguês**. *Cadernos do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas- Unicamp*, n. 25, nov. 1992.
- SAFATLE, Vladimir _____ in. **Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021.
- SILVA, I. M. F. **Questão social e serviço social na formação sócio-histórica brasileira**. *Temporalis*, Brasília (DF), ano 13, n. 25, p. 261-278, jan./jun. 2013.

VERRI, G. M. W. **Templários da ausência em bibliotecas populares**. 2. ed. Recife: Editora Universitária da UFPE, 2010.

WEFFORT, Francisco C. **Os Clássicos da Política**. São Paulo: Editora Ática, 2001.

APÊNDICES

APÊNDICE A: QUESTIONÁRIO (Aplicado aos usuários das bibliotecas)

Senhor/a Usuário/a,

Este questionário tem por objetivo coletar dados/informações para o estudo intitulado: “**DESENVOLVIMENTO SOCIAL:** lutas e contradições na atuação da Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária”, visando mostrar a contribuição de instituições dessa natureza, para a viabilização do acesso à informação. Os dados coletados serão utilizados somente para fins acadêmicos e, para evitar quaisquer transtornos, os respondentes do questionário serão mantidos no anonimato.

Danielle Santos de Freitas (Mestranda do PPDSR)

PERFIL DO USUÁRIO

1 – Faixa etária

- 5 a 17 anos
 16 a 20 anos
 21 a 25 anos
 26 a 30 anos
 31 a 35 anos
 36 a 40 anos
 41 anos ou mais

2 – Sexo

- masculino
 feminino
 outro:

3 – Profissão

estudante
dona de casa
autônomo
servidor público
Outros: especifique

4 – Escolaridade

Fundamental incompleto cursando. Série? _____ completo
Médio incompleto cursando. Série? _____ completo
Superior incompleto cursando. Curso? _____ completo
 outros: especifique _____

5 Dados socioeconômico

6 Quantas pessoas compõem a sua família?

7 Quem é o principal responsável pelo sustento da família?

8 Qual a profissão do responsável pelo sustento da família?

9 Interesse pela leitura

gosta

não gosta

10 Importância atribuída à leitura

ler é importante

não é importante

11 Marque com um X os serviços que você utiliza ou já utilizou nesta biblioteca?

Atendimento ao usuário (pessoalmente; via telefone; via e-mail etc.)

Especifique: _____

Acesso à Internet

Xerox

Impressão

Reservas

Empréstimo domiciliar de livros.

Empréstimo domiciliar de revistas e jornais

Empréstimo domiciliar de documentos eletrônicos (ex. CDs, DVDs, Slides, Vídeos)

Orientação dos funcionários quando você realizou suas pesquisas

Visitou exposições e participou palestras e outros eventos culturais promovidos pela biblioteca

Teve conhecimento dos novos livros, revistas etc. que a biblioteca adquiriu por meio de divulgação da própria biblioteca

Obteve informações sobre como e onde tirar documentos; onde procurar empregos etc.

Outros? Especifique _____

12 Entre os produtos que seguem, quais a biblioteca oferece e você teve acesso?

boletins informativos impressos

boletins informativos on-line

guias de serviços, produtos etc. da biblioteca

bibliografias

catálogos manuais

catálogos automatizados

folders

- manuais da biblioteca
- regulamentos internos da biblioteca
- informativos
- Outros? Especifique

13 A sua frequência na biblioteca é:

- diária semanal mensal esporádica

14 Quais as atividades você realiza lá?

- tarefas escolares
- leitura
- lazer
- pesquisa
- outros: especifique _____

15 Quais os gêneros textuais que você mais procura quando vem a essa biblioteca?

- Romances
- Livros didáticos
- Livros paradidáticos
- Enciclopédias
- Almanques
- Literatura infanto- juvenil
- Literatura em geral: incluindo poesia, contos, crônicas e etc.;
- Livros de cunho religioso
- Obras gerais e biografias
- Dicionários
- Jornais
- Revistas
- História em quadrinhos
- Outros materiais: mapas, recortes, vídeos, jogos e etc.

16 A Biblioteca realiza algum tipo de atividade para incentivar a leitura? Caso a resposta seja sim, Quais? Você já participou de alguma?

17 Quanto ao atendimento aos serviços oferecidos

- ótimo
- bom
- regular
- ruim

18 Você sabe se a Biblioteca tem Projetos para comunidade? Caso a resposta seja sim, quais?

- Sim
- Não

Se a resposta for sim, Você poderia informar quais são os Projetos?

19 De alguma forma o acesso à biblioteca te ajudou em algo? Especifique:

sim

não

Atividades escolares

Aprovação no vestibular

Cursos profissionalizantes

Outro(s): _____

20 Dos assuntos a seguir, sobre quais gostaria de receber orientações e melhorar seu conhecimento?

Saúde e Bem Estar

Vestibular

Drogas

Diversidade de Gênero

Racismo

Sexualidade - DST

Administração Familiar

Orientação Jurídica e Cidadania

Culinária - Alimentação Saudável

Religião

Educação dos Filhos

Alfabetização

Empreendedorismo

Política

Arte

Outro(s): _____

21 Sugestões para melhoria nas bibliotecas da Rede Ilha Literária.

APÊNDICE B: QUESTIONÁRIO (aplicado aos responsáveis pela biblioteca)

Senhor/a Usuário/a,

Este questionário tem por objetivo coletar dados/informações para o estudo intitulado: **“DESENVOLVIMENTO SOCIAL: lutas e contradições na atuação da Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária”**, visando mostrar a contribuição de instituições dessa natureza, para a viabilização do acesso à informação. Os dados coletados serão utilizados somente para fins acadêmicos e, para evitar quaisquer transtornos, os respondentes do questionário serão mantidos no anonimato.

Danielle Santos de Freitas (Mestranda do PPDSR)

Nome da Comunidade: _____

Nome da Biblioteca: _____

Data da Criação: ___/___/___

Horário de Funcionamento: das ___:___ h às ___:___ h

1 Público Alvo:

- Crianças
- Idosos
- Estudantes
- Dona de Casa
- Trabalhadores rurais
- Outros. Especifique: _____

2 Que tipos de Documentos compõem o acervo?

- livros em geral
- livros didáticos
- livros paradidáticos
- obras de referência (enciclopédias, dicionários, almanaques etc.).

Especifique: _____

- livros de autores maranhenses
- folhetos diversos, inclusive educativos
- jornais Especifique: _____
- TCC
- bancos e bases de dados em CD-ROM
- bancos e bases de dados on-line
- Revistas eletrônicas Especifique: _____
- Revistas impressas Especifique: _____
- fitas cassetes

- CDs
- DVDs
- Slides
- gravuras
- desenhos técnicos (plantas etc.)
- desenhos artísticos
- fotografias
- cartazes
- selos
- cartões postais
- mapas

Outros? Especifique: _____

3 Possui assinatura de periódicos (jornais, revistas etc.)? Quais?

4 Gêneros mais procurados pelos usuários?

- Romances
- Livros didáticos
- Livros paradidáticos
- Enciclopédias
- Almanques
- Literatura infanto-juvenil
- Literatura em geral: incluindo poesia, contos, crônicas e etc.;
- Livros de cunho religioso
- Obras gerais e biografias
- Dicionários
- Jornais
- Revistas
- História em quadrinhos
- Outros materiais: mapas, recortes, vídeos, jogos e etc.

5 Qual a quantidade de exemplares do acervo:

6 Como é feita a Aquisição?

- Compra
- Permuta
- Doação

7 A biblioteca mantém parcerias? Quem são seus parceiros? E em que contribuem com a instituição?

8 Quais são os serviços que esta biblioteca oferece aos usuários?

- Atendimento ao usuário (pessoalmente; via telefone; via e-mail etc.)

Especifique: _____

- Acesso à Internet
- Serviço de informação para divulgar as ações desenvolvidas pela biblioteca
- Xerox
- Impressão
- Reservas

- Empréstimo domiciliar de livros.
- Empréstimo domiciliar de revistas e jornais
- Empréstimo domiciliar de documentos eletrônicos (ex. CDs, DVDs, Slides, Vídeos)
- Orientação aos usuários em suas pesquisas
- Organização de exposições, palestras, e outros eventos culturais
- Divulgação de novas aquisições
- Serviço de Informação Utilitária (p. ex. como e onde tirar documentos; onde procurar empregos etc.)
- Outros? Especifique _____

Explique como funcionam os serviços que são oferecidos:

9 Quais produtos são elaborados e oferecidos por esta biblioteca aos usuários?

- boletins informativos impressos
- boletins informativos on-line
- guias de serviços, produtos etc. da biblioteca
- bibliografias
- catálogos manuais
- catálogos automatizados
- folders
- manuais da biblioteca
- regulamentos internos da biblioteca
- informativos
- Outros? Especifique

10 A Biblioteca realiza atividades para o incentivo à leitura?

- Sim Não

Justifique:

- a) resposta negativa: Porque não realiza atividades de leitura?
b) resposta positiva: Quais atividades de leituras são realizadas?

11 A Biblioteca tem Projetos para comunidade? Caso a resposta seja positiva, Quais são esses Projetos?

- Sim Não

12 Qual a formação, e qual o tempo de serviço do(s) profissional(ais) que atua(m) na biblioteca?

13 Como se deu o processo de criação desta biblioteca?

APÊNDICE C: Roteiro de Entrevista semiestruturada aplicada aos gestores das bibliotecas

Senhor/a Usuário/a,

Este questionário tem por objetivo coletar dados/informações para o estudo intitulado: “**DESENVOLVIMENTO SOCIAL:** lutas e contradições na atuação da Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária”, visando mostrar a contribuição de instituições dessa natureza, para a viabilização do acesso à informação. Os dados coletados serão utilizados somente para fins acadêmicos e, para evitar quaisquer transtornos, os respondentes do questionário serão mantidos no anonimato.

Danielle Santos de Freitas (Mestranda do PPDSR).

DATA ----/----/----

Identificação do Entrevistado

Nome:

Idade:

Escolaridade

Profissão:

- 1 Como ocorreu o processo de implantação das bibliotecas da Rede Ilha Literária?
- 2 Quais as dificuldades encontradas?
- 3 A participação comunitária é um pré-requisito para a implantação das bibliotecas da Rede? Se sim, quais as estratégias utilizadas para garantir a efetiva participação da comunidade?
- 5 De onde vem os recursos para o sustento da Rede?
- 6 Como é feito o acompanhamento dos recursos destinados às bibliotecas?
- 7 Como é feita a seleção das mediadoras de leitura?
- 8 Como é feito o treinamento das mediadoras de leitura?
- 9 Os profissionais que trabalham na Rede são todos remunerados?
- 10 Como é feita a avaliação dos serviços oferecidos pela Rede?
- 11 Existe alguma política de acervo?
- 12 A Rede participa de Encontros com instituições afins e líderes comunitários?
- 13 A Rede participa de Encontros culturais: visitas a museus, bibliotecas públicas, e outros espaços culturais?
- 14 Qual critério para implantação de novas bibliotecas na Rede?
- 15 Em sua opinião, quais os fatores que contribuem para uma maior participação da comunidade nos espaços públicos?
- 16 Como a Rede Ilha Literária tem trabalhado para auxiliar na educação, no aumento da renda familiar

da comunidade e conseqüentemente no combate à situação de pobreza? Essas questões são uma preocupação da Rede?

17 A Rede tem algum projeto de acessibilidade?

20 A Rede possui algum apoio ou vínculo com entidades de classe como conselhos, associações comunitárias, sindicatos e cooperativas?

21 Como se mobiliza para a construção dos planos municipais e estaduais do livro, leitura, literatura e bibliotecas?

22 Durante a pandemia da COVID-19, quais alternativas foram pensadas pela Rede Ilha Literária para dar continuidade às suas atividades?

23 Quais os impactos da pandemia para Rede Ilha Literária?

APÊNDICE D: QUESTIONÁRIO (Aplicado aos Mediadores de Leitura)

Senhor/a Usuário/a,

Este questionário tem por objetivo coletar dados/informações para o estudo intitulado: **“DESENVOLVIMENTO SOCIAL: lutas e contradições na atuação da Rede de Bibliotecas Comunitárias Ilha Literária”**, visando mostrar a contribuição de instituições dessa natureza, para a viabilização do acesso à informação. Os dados coletados serão utilizados somente para fins acadêmicos e, para evitar quaisquer transtornos, os respondentes do questionário serão mantidos no anonimato.

Danielle Santos de Freitas (Mestranda do PPDSR)

1. Qual seu nível de escolaridade?

Ensino Médio Superior incompleto Superior completo Pós-graduação Outro(s):

2. Qual a sua área de atuação?

3. Qual a sua profissão?

4. Como se deu sua designação para mediadora da Rede Ilha Literária?

5. Você passou por algum processo de capacitação relativa ao exercício dessa função? Qual?

Você considera necessária a realização de capacitação para facilitar o desempenho das atividades de mediação de leitura?

6. Há quanto tempo você realiza atividades nas bibliotecas comunitárias da Rede Ilha Literária?

7. Qual critério para escolha do livro na atividade de mediação?

8. Quais principais temas abordados?

9. Como você estimula os usuários a se aproximarem das obras literárias?

10. Que técnicas você utiliza para estimular a interação dos usuários?

11. Você utiliza algum esquema didático para a elaboração da atividade? Sim. Não Qual?

12. O que você mais leva em consideração na elaboração das atividades?

Público-alvo

Tema

Solicitação do bibliotecário Outro(s): _____

13. Quanto tempo em média você dedica para elaborar a proposta de atividade?

1 hora 2 horas 3 horas Mais que 3 horas Mais que 5 horas.

Quantas? _____

14. Marque ações que você considera importantes para alcançar seus objetivos?

Adequação da atividade ao público-alvo

Divulgação do evento

Realização de atividades prévias de mediação com o público-alvo informando sobre o conteúdo que será trabalhado na atividade

Outro(s): _____

15. Você realiza alguma ação avaliativa da atividade realizada? () Sim () Não
Qual? _____

16. Como fica sabendo se alcançou o seu objetivo na atividade aplicada?

() Aplico um questionário aos participantes

() Vejo a reação das pessoas envolvidas

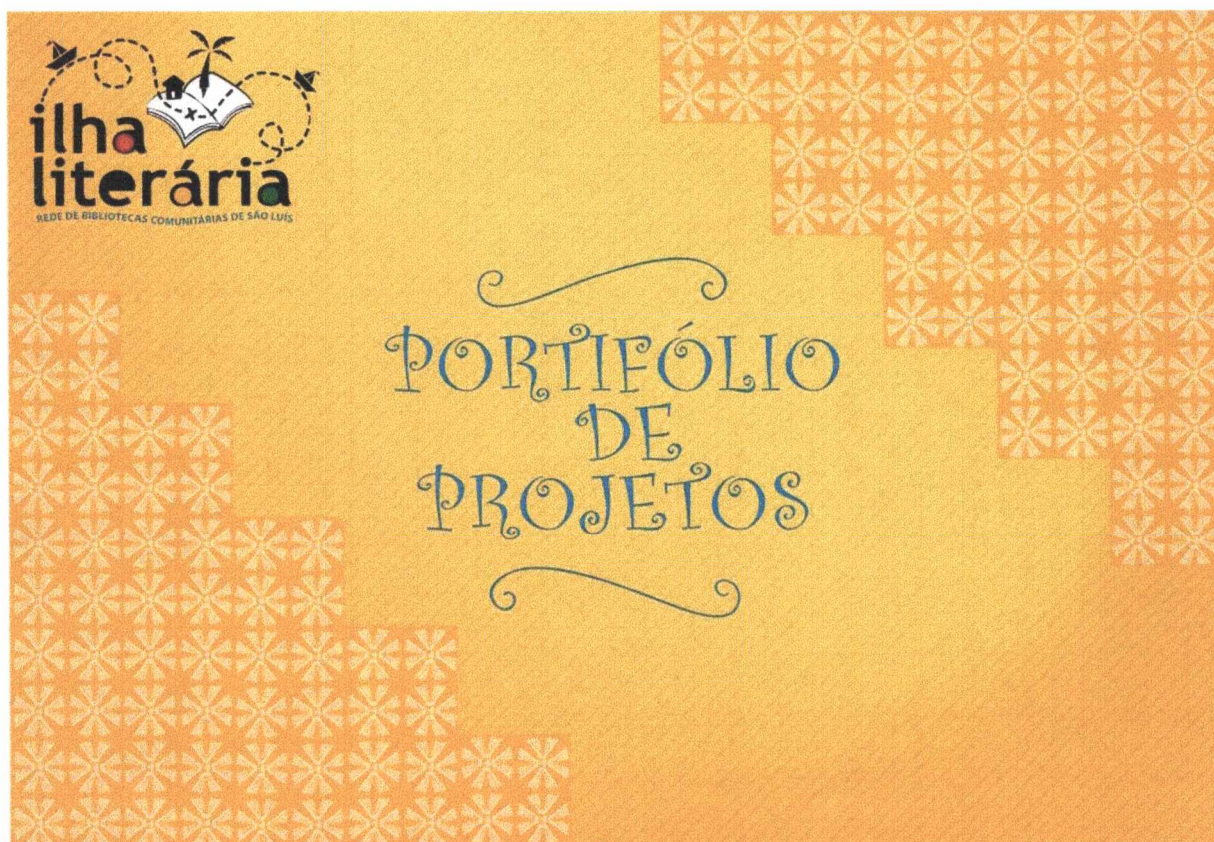
() Sigo minha intuição


() Outro(s): _____

17. Como você entende que a mediação da leitura estimula o hábito de ler e quais aspectos que você considera importante nesta tarefa?


ANEXOS

ANEXO A : PORTFÓLIO DA REDE ILHA LITERÁRIA





SOBRE NÓS



E se você pudesse ajudar milhares de pessoas a ter acesso a mais conhecimento, tudo isso somado ao sentimento de contribuição social?

Ao tornar-se um apoiador da Rede Ilha Literária, além de contribuir para que diversas comunidades tenham acesso à leitura, literatura e livros de qualidade - você também ajuda a manter nossos espaços ativos, tendo conforto e atendimento de qualidade, além de gerar emprego dentro das comunidades.

Os nossos apoiadores acabam tendo mais visibilidade para suas empresas, além do reconhecimento social.

Conheça nossa história...

Terra das Palmeiras, onde canta o sabiá.

Ilha encantada, rodeada de mitos, magias, lendas e mistérios.

Ilha do amor, cenários inspiradores para o romance.

Ilha do Reggae, Jamaica Brasileira, recheio de cores, ritmos, sabores e raças. Ilha Magnética, pense num povo hospitaleiro!

Athenas brasileira, outrora a literatura floresceu com grandes nomes de intelectuais e escritores.

Sim! Quanta prosa e poesia, ainda percorrem nossos becos e vielas,

praças e bibliotecas; escolas e universidades;

E porque não dizer, também, nossas periferias?

Gente que encanta gente!

Bibliotecárias, mediadoras e um universo de Bibliotecas Comunitárias, que articulam a promoção da leitura.

Em todos os espaços. Para todos os públicos.

Agora é nossa vez!

Uma nova identidade: Ilha Literária - Rede de Bibliotecas Comunitárias de São Luís.

Nossa Ilha?

Recheada de autores, leitores e propagadores da leitura.

Nosso mar?


Feito de livros, onde cada peixe fígado tem muita história para contar e tantos outros oceanos a navegar e explorar.

Mas para curtir essa viagem: é preciso Ler Para Valer.


E aí, tá esperando o quê?

Acesse:





SOBRE
NÓS



Missão

Garantir o Direito Humano à Leitura e à Literatura, promovendo ações de democratização, contribuindo para a formação de comunidades leitoras na Cidade de São Luís/MA.

Visão

Ser referência local e nacional no desenvolvimento de ações de incentivo à leitura e democratização do acesso ao livro, contribuindo para a formação de uma nação leitora.

Objetivo Geral

Garantir acesso à biblioteca, ao livro e a democratização da leitura. Formando leitores capazes de exercer plena cidadania para a construção do bem viver.



Acesse:



NOSSOS PROJETOS

PLANO DE AÇÃO 2020

Temos em 2020 o objetivo promover ações de democratização do acesso ao livro e a bibliotecas em bairros da periferia de São Luis e para isso pensamos nas seguintes ações:

- VI SEMINÁRIO ILHA LITERÁRIA

Evento que reúne públicos estratégicos sobre a causa da leitura como um direito humano e da cadeia produtiva do livro, para debater sobre o Plano Municipal do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas.

- FESTA LITERÁRIA

Evento pensando para levar o modelo de feira do Livro, Leitura, Literatura e Bibliotecas para as comunidades, impactando as pessoas e conscientizando sobre a importância do livro e da leitura na formação dos cidadãos do futuro.

- MEDIAÇÕES DE LEITURA

Ações individuais ao longo do ano que ocorrem fora do espaço das bibliotecas comunitárias e facilitam a acessibilidade ao livro, leitura e literatura por famílias e comunidades que não estão inseridas diretamente no cotidiano das Bibliotecas integrantes da Rede Ilha Literária.

Acesse:



NOSSOS PROJETOS

RETORNO SOBRE INVESTIMENTO

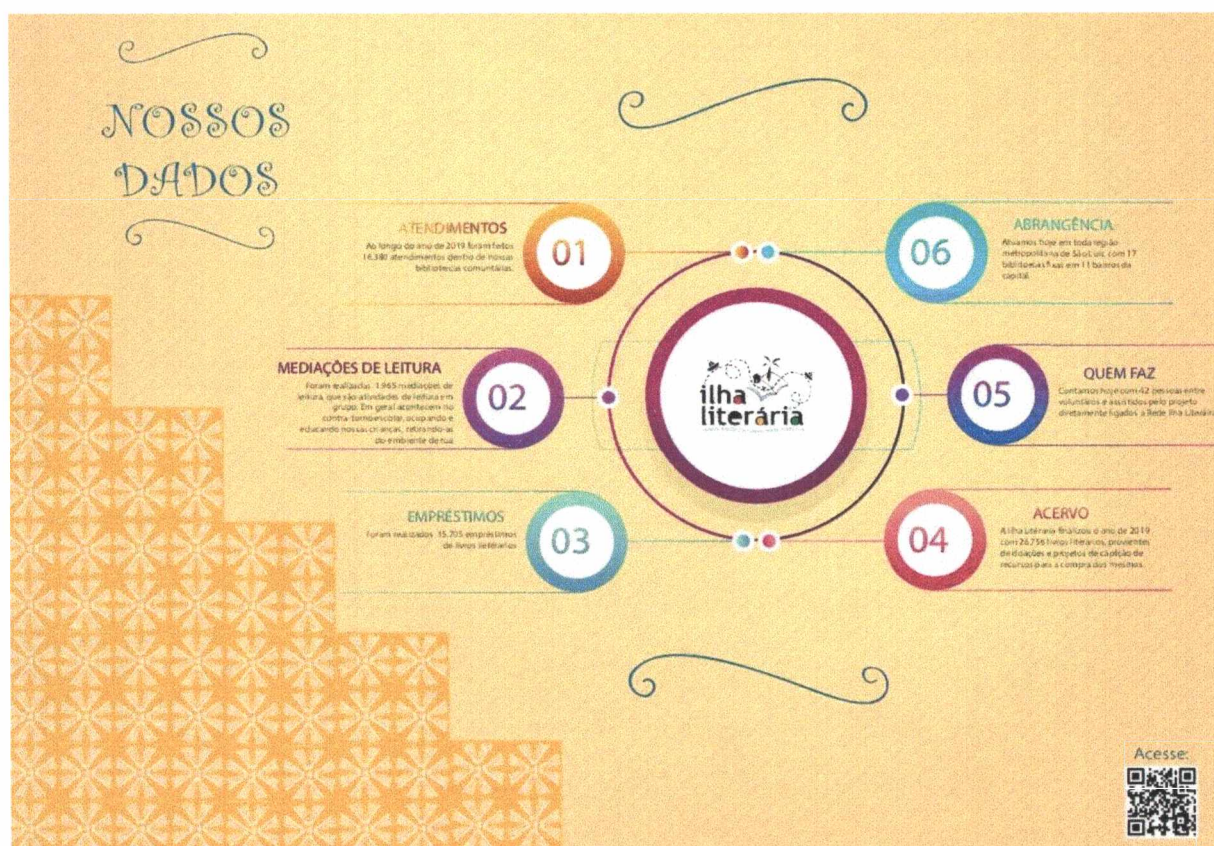
As 17 bibliotecas integrantes da Rede Ilha Literária estão situadas em 11 bairros da cidade de São Luis (Coroadinho, Salinas do Sacavem, Vila Conceição, Vila dos Frades, Cidade Operária, Cidade Olímpica, Janaina, Santa Clara e João de Deus, Vila Maranhão e Alemanha), impactando aproximadamente seis mil famílias diariamente.

Portanto, além da satisfação pessoal de contribuir para a mudança da atual conjuntura de vulnerabilidade em que se encontram diversas crianças da nossa cidade, o parceiro que se engajar com a causa receberá do mídia kit de nossos projetos:

- MÍDIA ORGÂNICA PROVENIENTE DE APOIO DE COMUNICAÇÃO DA REDE (Aparição e fala em entrevistas cedidas à rede e divulgação nas redes sociais da rede e site)
- POSICIONAMENTO DA MARCA COMO APOIADORA DE PROJETOS SOCIAIS E AMIGA DA CRIANÇA E GERAÇÕES FUTURAS
- ASSINATURA DA MARCA COMO APOIO/PARCEIRO/FINANCIADOR DO PROJETO DA REDE ILHA LITERÁRIA

Acesse:





COMO FAZER PARTE

PATROCÍNIO INCETIVADO: Modalidade de apoio baseada nas leis de incentivo fiscal entre parcerias sociais público-privadas e realções de doação entre iniciativa privada do segundo para terceiro setor.

EMENTA: Modalidade de apoio público privada de destinação de incentivo previsto em lei de destinação orçamentária para instituições do terceiro setor que prestem serviço social.

ASSOCIAÇÃO: Modalidade de apoio baseada na associação do doador ao projeto com contribuição mensal, estreitando relações comunitárias e auxiliando na manutenção das atividades básicas do projeto. Podendo ou não ser incentivada por abatimentos fiscais em imposto de renda.

DOAÇÃO AVULSA: Modalidade de apoio pontual, podendo ser realizada com recursos de toda ordem (financeiro, material, humano). há também a possibilidade de abatimento fiscal.

Acesse:





Vamos mudar o mundo
ao nosso redor, e vamos
fazer isso juntos.
Vem com a gente!

Acesse:

